

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 2ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – destinada a obter informações do secretário de Saúde sobre o enfrentamento da covid-19 no Estado
- 1.2 – 15ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.3 – Comissão

2 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/3/2021

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Questão de Ordem – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Carlos Eduardo Amaral da Silva – Palavras do Deputado João Vítor Xavier – Palavras do Deputado Raul Belém – Palavras do Deputado Cássio Soares – Palavras do Deputado André Quintão – Palavras do Deputado Ulysses Gomes – Palavras do Deputado Inácio Franco – Debates – Prorrogação da Reunião – Suspensão e Reabertura da Reunião – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– A deputada Laura Serrano, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Destina-se esta reunião a obter informações do secretário de Saúde sobre o enfrentamento da Covid-19 no Estado.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, a quem agradecemos a presença nesta Casa; e deputado João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente e demais presentes no Plenário, bom dia; bom dia, secretário. Apenas para solicitar a V. Exa. a diretriz da reunião porque diversos colegas deputados desejam participar. É uma reunião muito importante. Vivemos num período em que o governo nos impõe inúmeras restrições, do ponto de vista da saúde pública, e V. Exa. conhece o meu posicionamento quanto a essas restrições. Como presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, e obviamente por causa do interesse dos demais colegas, seria bom que V. Exa. pudesse nos orientar sobre como será a dinâmica da participação de cada parlamentar, as prioridades regimentais, para que a gente possa, de forma, eu diria, democrática, presidente, poder participar e tirar o máximo de proveito desta audiência pública. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. A presidência fará, em seguida, as orientações sobre a reunião.

A Mesa da Assembleia ressalta a necessidade de uso contínuo da máscara e solicita aos presentes que a utilizem durante todo o período de permanência no Plenário, inclusive quando fizerem uso da palavra.

Vamos passar então à organização dos trabalhos. Assim como fez aqui o deputado Sargento Rodrigues, vários parlamentares telefonaram e também enviaram mensagens sobre a necessidade da participação e sobre a possibilidade de trazer um pouco do histórico de cada uma das cidades e de cada uma das dificuldades que vivem as regiões de Minas.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – A presidência comunica aos parlamentares e aos convidados que os atos desta reunião obedecerão à seguinte ordem:

1) O secretário disporá de até 20 minutos para a sua exposição.

2) Após a fala do convidado, o presidente da Comissão de Saúde, deputado João Vítor Xavier, e os líderes disporão, cada um, de 5 minutos para apresentar seus questionamentos.

3) Na sequência, os demais parlamentares que desejarem fazer uso da palavra disporão de até 3 minutos para fazê-lo, portanto cada parlamentar poderá fazer o seu questionamento.

4) A inscrição deverá ser feita pelo Silegis até 11h10min. Portanto, estamos abrindo as inscrições por 30 minutos para que os parlamentares que desejarem fazer questionamentos os façam a partir de agora, por meio da funcionalidade “questão de ordem”, no Silegis. Cada parlamentar que quiser fazer a sua pergunta, pelo prazo de 3 minutos, poderá se inscrever durante os próximos 30 minutos.

5) O convidado disporá de 3 minutos para a resposta, e os parlamentares, assim como os líderes, disporão de 1 minuto para a sua réplica.

Com a palavra, para a sua exposição, o secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde. Bom dia e obrigado, secretário.

Palavras do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva

Bom dia, presidente, bom dia, parlamentares. Vou trazer aqui a apresentação sobre as ações adotadas no Estado, no enfrentamento da pandemia da Covid-19. O primeiro ponto é o eixo assistencial, ou seja, o que fizemos e estamos fazendo em relação à assistência. Hoje temos 938 mil casos diagnosticados no Estado, 19.824 óbitos no Estado, uma letalidade de 2,1%, sendo que existem 781 municípios com óbitos no Estado. Em relação ao painel de casos, em janeiro, início de fevereiro, tivemos um pico de casos no Estado. Houve uma redução significativa, e novamente agora estamos tendo um aumento de casos. Esse aumento de casos atualmente tem relação direta com a circulação das novas cepas no Estado.

Em relação aos óbitos, tivemos um pico no dia 27 de janeiro. Depois houve uma queda significativa, e agora, com o aumento de casos novamente, notamos que um aumento de óbitos se aproxima. Constatamos, e isso é muito importante, que os óbitos que são notificados pela secretaria são aqueles que são consolidados e não necessariamente aqueles que nos chegam no dia em que acontece o óbito. Então o que vemos aqui, do dia 27 de janeiro até o momento, foi que tivemos um pico de óbitos no Estado. Depois disso houve a queda, e agora estamos com uma tendência de platô, podendo haver uma nova inflexão de alta. Quando analisamos, novamente, as semanas epidemiológicas, vemos que, em julho, tivemos um pico significativo e esse pico foi muito comunicado e orientado a toda a sociedade. A sociedade respondeu muito bem, e conseguimos controlar esse pico, mas novamente, em janeiro, tivemos um novo aumento de óbitos no Estado. Minas Gerais é o 3º Estado do País com menor mortalidade, isto é, é o Estado que tem a menor mortalidade no Sudeste, mesmo levando em consideração que somos um Estado central no País.

Quando examinamos o coeficiente de mortalidade, por região, há uma nitidez muito clara de que existe uma diferença entre a mortalidade nas várias regiões do Estado, e isso se deve a vários fatores, desde o isolamento até a conurbação de alguns municípios. Quando falamos a respeito do aumento de leitos no Estado, é importante dizer que tivemos um aumento global de leitos em todas as regiões, e as regiões que já tinham mais leitos naturalmente tiveram um aumento proporcional menor, mas chegamos a ter regiões com aumento superior a 130% de leitos, preparando-nos para a epidemia. Saímos de 2.072 leitos para 4.075 leitos operantes na rede do SUS do Estado, ou seja, tivemos um aumento de 96%. Esse aumento foi extremamente significativo a ponto de hoje termos dificuldade de encontrar recursos humanos para qualquer aumento de leito.

Hoje temos uma ocupação de leitos no Estado de Minas Gerais de 78,12%. Essa ocupação ainda é uma das menores do País, uma vez que pelo menos 17 estados já passaram de 80%. Mas nós também temos algumas regiões que passam ou atingem 80%. Esse slide consolida essas regiões, comparando a taxa de ocupação de leitos gerais com a taxa de ocupação de leitos de Covid, ou seja, existem algumas regiões que realmente estão com taxa elevada de ocupação de leitos de Covid, o que justifica algumas medidas adotadas nesses locais.

Quando olhamos a curva de casos, a curva de internações, percebemos que essa curva é nítida; houve um aumento, no final do ano passado, na 47ª semana epidemiológica, e agora, na 10ª semana epidemiológica de 2021, ela também está com uma demanda significativa de internações. Quando comparamos o número de solicitações de enfermaria com o número de solicitações de terapia intensiva, percebemos que as de enfermaria naturalmente ocorrem em uma demanda muito maior e que nós temos também um número muito maior de leitos de enfermaria. O Estado, hoje, conta com 20 mil leitos de enfermaria operacionais. Esse contexto chama a atenção porque realmente tem ocorrido um aumento de casos desde meados de fevereiro.

Essas projeções aqui são importantes porque mostram nitidamente a diferença entre os dois momentos da epidemia: aquele momento em que a primeira cepa estava circulando no País, quando tínhamos uma projeção muito definida, e o que aconteceu foi

exatamente dentro dessas projeções; e agora, com essas novas cepas que estão circulando, nós temos outra projeção, com uma tendência de número de casos bem maior, em torno de quatro a cinco vezes mais em relação ao momento da primeira cepa. Isso aqui é o que temos de estudo para projetar os óbitos dentro da curva, ou seja, se deixarmos a epidemia seguir conforme a natureza dela, essa é a projeção que teríamos do ponto de vista de óbitos no Estado.

Em relação às ações emergenciais para agora, para esse enfrentamento, o que nós temos buscado fazer? Primeiro, uma redução na geração de casos e também a atenção ao enfermo, ou seja, são duas frentes de ação que nós temos. Do ponto de vista de redução da geração de casos, nós temos, primeiro, a articulação com as regiões, objetivando o alinhamento das lideranças. Isso, para mim, é extremamente importante. Temos feito reuniões com prefeitos, com secretários municipais de Saúde, sempre com a presença dos deputados, aos quais gostaria muito de agradecer. Todas as vezes os deputados têm sido muito ativos, muito parceiros nesse sentido, com posicionamentos muito conscientes. Isso, para nós, é fundamental, porque hoje no combate à epidemia, a principal ação que nós temos é a ação de comunicação. Uma comunicação adequada conduz a sociedade a uma percepção também adequada do que está acontecendo.

Além disso, temos também a orientação e o treinamento para o rastreamento de contatos na atenção primária. Quanto a isso, temos todo um programa e um manual em que estimulamos a atenção primária a acompanhar os pacientes contactantes daqueles que têm sintomas. Isso é fundamental para a gente evitar que contactantes continuem andando e causando o risco de espalhar a doença. Além disso também, nós temos treinamentos de serviço de saúde e uma comunicação eficiente, coordenada e intensiva. A nossa comunicação, desde o início, tem sido muito focada no sentido de estarmos presentes, conduzindo o Estado com dados, com informações. Nós temos plantão sete dias por semana, durante 24 horas, na secretaria; temos mais de mil demandas mensais de imprensa; e chegamos a fazer mais de 180 entrevistas coletivas. Com que objetivo? Com o objetivo de manter a sociedade absolutamente alinhada às necessidades de informação na condução dessa crise.

E quanto à atenção ao enfermo, o que buscamos? A ampliação de leitos até a exaustão: até a exaustão de equipamentos, até a exaustão de recursos humanos. Então, toda vez que identificamos que é possível ampliar, que temos equipamentos, que temos recursos humanos, tentamos ampliar esses leitos.

Em várias regiões do Estado, já estamos chegando a essa exaustão, já não se conseguem recursos humanos para trabalhar na ponta. Nós fazemos força-tarefa em áreas críticas. Quando identificamos uma região com incidência ou com mortalidade muito além daquilo que seria a média esperada para a epidemia da Covid, nós temos uma força-tarefa, juntamente ao Cievs, que engloba as demais secretarias, inclusive forças de segurança, e nós a encaminhamos ao local para ver o que é possível fazer no sentido de contenção da epidemia. Um exemplo muito claro disso ocorreu em Coromandel, quando encaminhamos a força-tarefa e obtivemos uma resposta muito importante com o controle de um surto que estava extremamente avançado na cidade. Além disso, temos a remoção sanitária, ou seja, a transferência de pacientes para outras regiões quando isso se faz necessário. Quanto a essa remoção sanitária, quando levamos em consideração tanto o Noroeste quanto o Triângulo do Norte, chegamos a remover, do dia 5 de fevereiro até agora, mais de 150 pessoas, tanto por transporte aéreo quanto por transporte terrestre. Eram pessoas que estavam em estado grave, muitas vezes necessitando de uma equipe completa para acompanhá-las, e nós temos conseguido fazer isso, quando se faz necessário e há leitos em outras regiões.

Em relação ao eixo da regulação de acesso, destaco que essa regulação é um serviço que cumpre em torno de 12 mil solicitações no Estado. Nós tivemos a recomposição de quadro ao longo da epidemia, com contratação inclusive de coordenadores estaduais. Eles estão sendo fundamentais para essa gestão. Nós temos o custeio de transporte inter-hospitalar de UTI aérea e de UTI terrestre também; o custeio de deslocamento de pacientes para tratamento fora de domicílio; a contratualização de novos leitos de UTI Covid pelo SUS. Hoje o Estado arca com 800 leitos aproximadamente. Isso, para nós, é muito importante, e é fundamental que os senhores saibam que existe a habilitação de leitos no ministério. O ministério tem um processo próprio de habilitação. Como o Estado

ultrapassa, e muito, o número – ou seja, nós temos praticamente 2 mil leitos a mais no Estado –, toda vez que há qualquer descompasso entre o número de leitos e a habilitação do ministério, o Estado arca com esses leitos no mesmo valor que o ministério arca, para não correr o risco de esses leitos virem a ser fechados. Então hoje estamos com 800 leitos, pagando R\$1.600,00 a diária por disponibilidade. É o mesmo programa que o ministério tinha.

Pagamento de incentivo financeiro para a abertura e manutenção de novos leitos: esses incentivos já estão em torno de R\$180.000.000,00 até o momento. Além disso, temos as emendas parlamentares que foram distribuídas ao longo da epidemia.

Minas Consciente: é um programa que foi o primeiro do Brasil com o objetivo de equilibrar a necessidade de a economia continuar funcionando com o controle adequado da epidemia. Esse é um programa extremamente bem estruturado, é coerente, vem se mantendo bem direcionado ao longo do tempo. Na semana passada, com as novas cepas e a mudança de perfil comportamental da epidemia, o que nós tivemos de fazer foi avançar e desenvolver uma onda roxa, uma onda efetivamente mais restritiva, com o objetivo de ser adotada somente em regiões que efetivamente estejam em colapso na saúde ou fazendo o colapso na saúde. E é fundamental que os senhores entendam que essas decisões em relação à onda roxa são tomadas sempre em consenso entre os municípios e o Estado. O Estado não tem tomado decisões isoladas nesse sentido, justamente porque, como nós falamos, é fundamental uma comunicação adequada, e, dentro dessa comunicação adequada, todos os líderes têm de falar a mesma língua para não haver um desalinhamento do ponto de vista da população.

Eixo de regionalização: nós temos 14 comitês macrorregionais da saúde. Esses comitês fazem a gestão local, eles fazem um plano de contingência local e reagem imediatamente ao que nós temos de situação epidemiológica local. Nós temos sete unidades de resposta localizada. Essas unidades têm a função de, diariamente, entrar em contato com quatro regiões de saúde que nós temos – do ponto de vista das regionais da SES, e são 28 regionais – e, com isso, haver o máximo de celeridade nas reações que precisamos ter a essa epidemia.

Nós temos os consórcios habilitados para o plano de emergência pública. Nós fizemos mais de 23 mil entregas de medicamentos em casa com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas com potencial de agravamento caso tivessem a doença. Além disso também fazemos um mapeamento diário de demandas nos territórios, inclusive com mapeamento de risco – riscos assistenciais, riscos logísticos –, porque isso para nós é importante no sentido de tentarmos qualquer antecipação do ponto de vista de gestão da pandemia.

Temos também monitorização de kit de intubação, monitorização de oxigênio; além disso, também as respostas de Unidade de Resposta Localizada. E, de uma forma geral, nós estamos agora com o credenciamento, já pensando no pós-Covid, de consórcios intermunicipais para prestação de serviço de média complexidade ambulatorial, ou seja, já estamos considerando que, em algum momento, a Covid vai reduzir e nós precisamos voltar com os exames a todo vapor – na verdade, com até mais do que nós tínhamos antes para poder voltar com as cirurgias e acabar com as filas, que estão aumentando por causa da Covid.

Com relação a investimento estadual, nós fizemos a aquisição de kits de leitos de UTI, no valor de R\$58.000.000,00; entregas de kits de exame PCR, R\$5.000.000,00; aquisições de EPIs – equipamentos de proteção individual –, em torno de R\$51.000.000,00; aquisições de insumos para vacinação, R\$35.000.000,00 – R\$51.000.000,00 de seringas e outros insumos. E os valores já repassados, em 2021, para os municípios: R\$115.000.000,00. Os pagamentos efetivados são: custeio de UTI Covid, R\$180.000.000,00; Auxílio Emergencial Covid, R\$86.000.000,00; emendas parlamentares federais, R\$21.000.000,00; pagamentos por produção, R\$7.000.000,00; habilitação de UTI Covid, R\$2.000.000,00; e habilitação de Leito de Suporte Ventilatório, R\$71.000.000,00; o que totaliza R\$303.000.000,00.

Em relação à vacinação, como Estado, nós temos a função de fazer a distribuição das vacinas que chegam via Programa Nacional de Imunizações para que elas cheguem aos municípios em condições adequadas, nas proporções adequadas. Então nós

fizemos várias forças-tarefas para cada momento em que chegam essas vacinas. Nós usamos desde aeronaves até os nossos caminhões refrigerados de forma que essas vacinas estejam nas regionais de saúde e, logo em seguida, nos municípios.

Qual é a programação? Eu acho que essa é uma pergunta que aflige a todos, e nós precisamos ter um alinhamento, não é? Essa é a última programação que o Ministério da Saúde nos passou. Essa programação não conta ainda com os contratos da Pfizer e da Janssen, que são mais doses ainda e já são mais de R\$50.000.000,00. Eu chamo a atenção para esse valor de 449.950.000 doses programadas já, ou seja, o ministério já contratualizou 449.950.000 doses, o que daria para ter toda a população brasileira com as duas doses operacionalizadas. Além disso, nós ainda temos as doses da Pfizer e as doses da Janssen. Então, do ponto de vista quantitativo de aquisição do ministério, teoricamente nós já temos um valor que ultrapassa a população brasileira. A dificuldade que se tem é o fluxo de entrega e o fluxo de chegada dessas vacinas. Esse é um gargalo mundial pelo que nós acompanhamos. Para vocês terem uma ideia, as vacinas da AstraZeneca deveriam ter chegado em novembro, conforme o acordo, e elas foram chegar – o início – em fevereiro. Então há realmente uma dificuldade mundial de entrega e de produção pela indústria. Mas o fato é que nós já temos um volume grande e que, para o mês de março, esperam-se 42 milhões de doses e, para o mês de abril, 60 milhões de doses desde que a indústria tenha a capacidade de entregar.

Em Minas Gerais, nós já temos um total de 987 mil doses aplicadas, o que corresponde a 660 mil pessoas vacinadas. As doses que foram distribuídas para os trabalhadores da saúde totalizam 451.599.

Doses para os trabalhadores da saúde: 451.599 doses foram distribuídas, foram para os municípios. Os municípios são os responsáveis pela operacionalização. Essas 451 mil doses correspondem ao total de 80% dos trabalhadores da saúde. É fundamental todos entenderem que os trabalhadores da saúde são desde aqueles que lidam diretamente com os casos de Covid até, por exemplo, educadores físicos, professores de educação física, que são promotores da saúde e também são considerados profissionais dessa área. Os médicos correspondem, nos nossos cadastros oficiais, a 53 mil pessoas; e os enfermeiros, a 31 mil pessoas. Isso significa, com muita clareza, que não há motivo, neste momento, para nós termos médicos e enfermeiros que não tenham sido vacinados. Nós esperamos efetivamente que os municípios tenham vacinado todos os médicos e enfermeiros e vários outros profissionais e trabalhadores da saúde.

Pessoas com deficiência: 3.368. Isso é exatamente o que nós temos de cadastro. E idosos: nós já fizemos a distribuição para aqueles que têm 90 anos ou mais, 100% do que nós temos de registro hoje, e 74% já estão vacinados conforme nossos registros; de 85 a 89 anos, 83 mil idosos; de 80 a 84, nós temos 84 mil para serem vacinados, o que corresponde a 54%; e também temos 40.699 idosos acima de 80 anos. Agora chegaram as doses para quem tem de 75 a 79 anos, e elas começarão a ser distribuídas ainda esta semana.

Então o que já foi atendido até o momento: 100% das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência – o Estado já distribuiu para os municípios o número equivalente de doses; 100% das pessoas com deficiência residentes em residências inclusivas, maiores de 18 anos – isso já foi distribuído; 100% da população indígena aldeada em territórios homologados, maiores de 18 anos – também já foi distribuído; 100% das pessoas com 90 anos ou mais; 100% das pessoas com 85 a 89 anos; 24% das pessoas de 80 a 84 anos de idade. E os critérios de prioridade para esse grupo são: de 80 a 84 anos de idade, acamadas; de 80 a 84 anos de idade, domiciliadas com alguém acima de 85; e alguém com cadastro prévio, até alcançar o limite das doses. E, em relação aos trabalhadores da saúde, nós já distribuimos a 81% desses trabalhadores cadastrados, ou seja, isso corresponde a bem mais do que os trabalhadores que trabalham em hospitais, UPAs, UBS e Samu. Ou seja, hoje nós já temos a ampliação muitas vezes para dentistas, psicólogos, nutricionistas e até educadores físicos.

Em relação a sequenciamento genético e vigilância: nós estamos fazendo isso no Estado, com o objetivo de identificação das novas cepas. O vírus tem um RNA que sofre mutações naturalmente, e as mutações podem influenciar o comportamento da epidemia.

Já foi identificada em Minas a variante B.1.1.7, que é do Reino Unido. Ela já estava circulando entre nós, com identificação já em janeiro. E nós temos também a variante P1, a variante do Amazonas, que também já está circulando em Minas Gerais. Isso chama a atenção, porque são variantes que têm um contágio maior do que o da cepa anterior.

Essa projeção mostra as distribuições que nós temos tanto da P.1.1.7 quanto da P1 no Estado. Ou seja, são casos pontuais que a gente já identificou, levando em consideração que fazemos o mapeamento e o rastreamento genômico, mas não há como fazer de todos os casos diagnosticados.

Em relação à articulação visando à aquisição de vacinas, nós temos tido contato com praticamente todos os representantes de vacinas presentes no País: a Pfizer, a Bharat, a Gamaleya, que é a Sputnik, a Covaxx – com dois "x" –, que está numa relação muito próxima com a Funed, entre outras. E, pelos contatos que nós temos, a grande maioria dessas empresas de vacinas manifestam, com muita clareza, que inicialmente o contrato que elas têm e a preferência delas é para o Programa Nacional de Imunizações e para o ministério. Isso torna a aquisição direta pelo Estado efetivamente difícil, e só, provavelmente, após o ministério distribuir essas vacinas. Nesse caso nós temos que levar em consideração que o ministério já tem uma quantidade de vacinas adquiridas maior do que a população brasileira. Então nós continuamos recomendando a utilização de máscaras, o distanciamento social, pedindo que se evitem aglomerações e que se tenha a etiqueta respiratória e a higienização das mãos.

Nós, da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, estamos nessa cruzada desde janeiro de 2020, quando fomos informados pelo ministério sobre essa epidemia. E o nosso trabalho é muito claro, ou seja, temos o objetivo de preservar as vidas o máximo que conseguirmos. Nós somos trabalhadores da saúde e não tivemos, de uma forma geral, interrupção nenhuma. Chegamos a ter surtos dentro da secretaria. Em alguns momentos, tivemos que interromper por uma semana, 15 dias, algumas áreas da secretaria. O nosso Gabinete de Crise está extremamente ativo. Ele funciona sete dias na semana, ele monitora o Estado durante os sete dias da semana, ele gera respostas diariamente, intervenções diariamente. E o nosso objetivo é esse, ou seja, fornecer o máximo de informações para cada uma das regiões de saúde, orientando essas regiões e também apoiando-as, quando é necessário, com a presença direta da força-tarefa do Estado.

Lembro que nós também enfatizamos muito a comunicação. A comunicação para nós é o que alinha a sociedade no sentido dos cuidados individuais, e nós entendemos que as nossas informações também salvam vidas. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, secretário.

Informamos às deputadas e aos deputados que ainda temos alguns minutos para inscrição, até às 11h10min, através da plataforma Silegis. A todos aqueles que quiserem fazer seus questionamentos peço o favor de solicitar, pela plataforma Silegis, questão de ordem.

Antes de passar a palavra ao deputado João Vítor Xavier, esta presidência não pode se esquecer aqui do nosso colega deputado Luiz Humberto, que infelizmente continua acamado na UTI, em Uberlândia, e por quem nós todos temosorado muito para a sua pronta recuperação.

Passamos a palavra ao deputado João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde, para as suas considerações e para encaminhar os seus questionamentos. Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier.

Palavras do Deputado João Vítor Xavier

Bom dia, presidente; bom dia, colegas; bom dia, deputados e deputadas; bom dia, secretário Carlos Eduardo Amaral, servidores da Casa, mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia.

Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exa.; ao líder do bloco, deputado Cássio; ao meu companheiro de partido, deputado Cleitinho; a todos os colegas...

Sr. Presidente, eu dizia que primeiramente gostaria de agradecer a V. Exa.; ao líder do nosso bloco, deputado Cássio; ao meu companheiro de partido, deputado Cleitinho; e a todos os deputados que a mim confiaram esta missão, que, posso dizer, é a maior responsabilidade da minha vida pública: presidir essa comissão num momento de tamanha gravidade da saúde na nossa sociedade.

Quero agradecer aos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Doutor Paulo e André Quintão, membros efetivos da Comissão de Saúde, a confiança. Agradeço também ao secretário Dr. Carlos Eduardo Amaral a presença nesta Casa.

Secretário, recebi perguntas de diversos colegas ao longo dos últimos dias. Então, farei aqui perguntas minhas e outras que me foram enviadas por colegas da Comissão de Saúde e por outros colegas desta Casa que me pediram para fazer esses questionamentos. Eu os separei. Eu tenho prática como repórter, e repórter de um programa que recebe muitas perguntas dos espectadores. Então busquei me aproximar do que já faço no meu dia a dia como repórter. Separei as perguntas, e aquelas que foram mais repetidas, aquelas que foram feitas por um maior número de deputados, eu as estou priorizando aqui, neste momento.

Secretário, a primeira pergunta é a respeito da vacinação no Estado de Minas Gerais. Causou surpresa a muitos deputados desta Casa a informação trazida por órgãos de imprensa importantes do Estado de Minas Gerais, como a TV Record, a TV Globo, o jornal O Tempo, a Rádio Itatiaia, dentre outros, de que houve um processo de fura-fila na Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais. Eu trago aqui um print da publicação de V. Exa. na sua rede social, no dia 15 de fevereiro: "Furar fila, mais do que uma questão de regra, é uma questão moral e de caráter". São palavras do senhor sobre o respeito à fila que deve existir para todos nós, mineiros e mineiras. É óbvio, secretário, que não há questionamento quanto à importância da vacinação dos servidores que estão na linha de frente. (– Falha na transmissão do áudio.) mostrou aqui mais de 50 mil médicos e médicas, mais de 30 mil enfermeiros e enfermeiras, a turma da limpeza, os porteiros, a turma que está na cozinha e na área administrativa dos hospitais. Mas causou espécie a todos a informação de que servidores que estavam em *home office* foram chamados a vacinar. Primeiramente, gostaria de saber de V. Exa. se isso é verdade, se esses servidores que estavam em *home office* foram chamados para vacinar.

Em segundo lugar, gostaria de saber qual é o critério utilizado para isso. Nós temos – e eu levantei isso com o deputado Sargento Rodrigues, nossa referência em segurança pública aqui – cerca de 40 mil policiais militares no Estado, 7 mil bombeiros, 9 mil policiais civis e 17 mil policiais penais que não tiveram um dia de descanso nessa pandemia. Eles não foram vacinados. Qual é o critério utilizado para estabelecer que um grupo de servidores administrativos da saúde sejam vacinados e esses policiais e servidores da segurança pública não sejam? Como o senhor demonstrou há pouco, aproximadamente metade dos mineiros na casa dos 85 anos de idade ainda não foram vacinados. Por que vacinar funcionários da área administrativa da Secretaria de Saúde se ainda há muitos mineiros idosos que ainda não foram vacinados? Quero também, secretário, solicitar ao senhor, em nome da Comissão de Saúde, que nos envie a lista desses, teoricamente, 500 servidores da Secretaria de Saúde que foram vacinados, para o conhecimento da comissão.

Há uma segunda questão também ligada às vacinas, secretário: temos uma das mais eficientes, renomadas, importantes instituições de saúde do Brasil, que é a Fundação Ezequiel Dias – Funed.

Gostaria de perguntar, presidente, se posso seguir. (– Pausa.) Muito obrigado, presidente.

A Fundação Ezequiel Dias poderia estar fazendo em Minas Gerais a mesma coisa que o Butantan está fazendo em São Paulo, a mesma coisa que a Fiocruz está fazendo no Rio de Janeiro. A Funed hoje é referência para o Brasil, secretário – e o senhor tem certeza, o senhor sabe disso –, na vacinação, como na vacinação contra a hepatite. É muito lucrativa para o Estado de Minas Gerais financeiramente, além de ser muito importante para a saúde pública. E a Funed não foi envolvida desde o primeiro momento, como fez o governo de São Paulo, por exemplo, no caso do Butantan. O que impediu a Funed de ter, em Minas Gerais e no Brasil, o protagonismo que o Butantan tem atualmente?

Secretário, houve uma informação de que Minas Gerais abriu uma negociação com um laboratório chinês no ano passado e que essa negociação acabou não se efetivando ou não avançando porque erraram o horário da reunião: marcaram uma reunião que

seria às 4 horas da tarde no Brasil e às 4 horas da manhã na China. Gostaria de saber se isso de fato aconteceu e por que, com tantos laboratórios chineses, americanos, britânicos e indianos, nós não firmamos uma parceria?

Também a respeito de vacina, secretário, até o momento, nós estamos dependendo, como todo o Brasil, do processo nacional de vacinação, via Ministério da Saúde. No entanto, de alguns dias para cá, o senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado mineiro, tem liderado um processo para que estados e municípios possam fazer suas compras também de vacina. Eu soube que o prefeito Odeldo, de Uberlândia, tem se empenhado muito para comprar vacinas. Recebi o contato do prefeito João Marcelo, por exemplo, de Nova Lima, que já separou dinheiro em caixa para comprar. Minas Gerais continuará apenas na dependência do governo federal ou há previsão, por parte da Secretaria de Estado de Saúde, de comprar vacinas para os mineiros diretamente, como prevê decisão legal construída pelo Congresso Nacional?

Secretário, no ano passado, segundo matéria do portal G1, Minas Gerais investiu 10,75% do orçamento previsto. Esse foi o menor investimento do Brasil em saúde percentual. Nós investimos metade do que o Amazonas percentualmente investiu em saúde. Por que essa opção do Estado, em plena pandemia, de investir apenas 10,75%, num momento de maior crise da saúde pública do Estado de Minas Gerais?

Outra questão importante a respeito dos investimentos em saúde, secretário. Eu pedi nossa equipe técnica para fazer um levantamento, e Minas Gerais investiu, no ano de 2019, ou seja, antes da pandemia, aproximadamente... Havia a previsão orçamentária de R\$12.000.000.000,00 em investimentos em saúde. E essa foi a mesma previsão orçamentária para 2020, talvez o ano mais complexo da história republicana de Minas Gerais. Por que a manutenção da previsão de investimento num ano de pandemia?

Também a respeito de investimento, secretário, eu gostaria que o senhor nos dissesse quanto de fato foi investido, não empenhado, mas de fato investido na saúde dos mineiros no ano passado. A respeito de investimento, secretário, foi feito o Programa 26 de enfrentamento à Covid, inclusive passando por esta Casa, com a abertura de quase R\$1.000.000.000,00 – R\$978.000.000,00 – para investimentos em saúde. E, pelos dados levantados pela Consultoria da Casa, cerca de R\$564.000.000,00 foram investidos, aproximadamente 55% do valor. Por que esse valor não foi investido em toda sua inteireza, mas apenas 56% desse valor?

Secretário, recebi também de um deputado uma mensagem porque ele estranhou que, nas redes sociais de V. Exa., o senhor tenha um cadastro para que as pessoas tenham respostas sobre dúvidas de saúde, e o senhor coloca um número de WhatsApp nesse cadastro. Gostaríamos de saber por que esse número de cadastro de WhatsApp tem sido feito nas redes sociais do senhor e não num mecanismo público de gestão do Estado de Minas Gerais? Gostaria de saber se esse número é do senhor, da assessoria do senhor, da Secretaria de Estado, inclusive em respeito à lei de preservação de dados. O que tem sido feito com esses dados do cidadão mineiro que se cadastra? Por que fazer um cadastro do cidadão mineiro para que ele tenha perguntas respondidas pelo secretário? E por que – me causou curiosidade, aí a curiosidade é minha, não do deputado que me mandou – o DDD 32, secretário, se a Secretaria de Saúde do Estado é em Belo Horizonte, cujo DDD é 31? Por que o número de DDD é 32 para esses cadastros? E gostaria de saber se o senhor pode enviar para esta Casa esse cadastro, para que nós entendamos porque o cidadão mineiro... Qual é o fim desse cadastro?

Também gostaríamos de pedir, secretário, se o senhor pudesse enviar à Casa, à Comissão de Saúde, a relação dos convênios firmados nos anos de 2019 e 2020 pela Secretaria de Saúde, urgência, Pro-Hosp, em especial os repasses voluntários, secretário, se o senhor poderia enviar também um pedido de um colega deputado.

Eu recebi também, secretário, por parte da Prefeitura de Contagem, um apelo que se repetiu por parte de muitas secretarias municipais de saúde. Eu vou encaminhar a V. Exa. ofício que me foi passado pelo secretário de Saúde de Contagem, que apresenta uma dívida do Estado de quase R\$100.000.000,00, o que praticamente inviabiliza a um município do tamanho de Contagem manter a saúde em dia nesse momento. Gostaria que o senhor nos apresentasse como está a situação no momento dos pagamentos do Estado para os municípios, se há atraso, se houver atraso, por que há esse atraso, se há uma previsão de pagamento desses convênios e dos

repasse que necessitam ser feitos pelo Estado, como esse caso de Contagem que me assustou, com uma dívida, segundo me foi apresentada pelo secretário municipal, de quase R\$100.000.000,00.

Presidente, eu teria muitas outras perguntas, mas agradeço a sua gentileza com o tempo e encerro, em respeito também aos colegas que certamente têm muito a acrescentar, mas seriam estas as minhas principais perguntas ao secretário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado João Vítor Xavier.

Com a palavra, para resposta aos questionamentos, o secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado pela pergunta, deputado João Vítor Xavier. Eu vou tentar ser mais sucinto aqui, mas vou tentar também me fazer entender.

Em relação à vacinação no Estado, eu acho que a primeira observação que tem de ser feita é que existe um Programa Nacional de Imunização desde 1973. E esse Programa Nacional de Imunização sempre considerou a Secretaria Estadual de Saúde como prioridade e ainda continua sendo assim até hoje. O que nós fizemos desde o início dessa vacinação foi o seguinte: seguir o que o Programa Nacional de Imunização traz. O Programa Nacional de Imunização fala, primeiro, para se vacinar os trabalhadores da linha de frente. O que é isso? São aqueles que efetivamente estão nos CTIs, nas UPAs, nos Samus, lidando com a Covid. Em seguida disso, ele enfatiza muito que é fundamental preservar os serviços de saúde funcionando e, para preservar os serviços de saúde funcionando, é necessário que os órgãos estruturantes estejam também funcionando. Então essa é a lógica quando se fala de você vacinar a Secretaria Estadual de Saúde ou as secretarias municipais de saúde, ou seja, quem viabiliza um respirador sair de um lugar e ir para a beira do leito é um técnico-gestor da Secretaria Estadual de Saúde. É ele que faz isso, é ele que permite que aquele respirador faça a sua atuação.

Quando nos perguntam quantas vacinas vão para tal município, nós precisamos ter técnicos-gestores trabalhando durante a epidemia para que essas vacinas cheguem a tais municípios. Por isso, o Programa Nacional de Imunização entende que é, sim, essencial a ação da Secretaria Estadual de Saúde. Com o objetivo de nós sermos transparentes, nós fizemos uma deliberação CIB-SUS, que é uma deliberação bipartite, em que todos os secretários municipais de saúde concordam, junto com o Estado, através de um consenso, com os objetivos e as sequências de ativação dos grupos a serem vacinados. Isso serve tanto para o município quanto para o Estado. É uma deliberação conjunta para os 853 municípios, que é feita na CIB. A CIB é transmitida online para todos os que quiserem assisti-la e ainda fica registrada, atualmente, no YouTube. Então é 100% transparente. E o que nós temos do ponto de vista da deliberação CIB-SUS é uma cascata de ativação nas secretarias, baseada também na analogia ou na similaridade dos grupos. Por exemplo, se eu tenho, como primeiro grupo a ser vacinado, aqueles que vacinam os outros, eu tenho que entender que na Secretaria Estadual de Saúde quem está na Rede de Frio que prepara todas as vacinas para chegar lá na frente também precisa ser vacinado, senão nós não conseguimos fazer a vacina chegar lá.

Se eu tenho as pessoas que vão a hospitais fazer avaliações, as forças-tarefas, as fiscalizações, as visitas e elas participam desses grupos que se expõem ao hospital, elas também são vacinadas. Aqueles que têm trabalho presencial, há uma cascata dentro da ativação da secretaria que são quatro níveis de trabalho presencial. E aí, por último, nós chegaríamos àqueles que estão em teletrabalho. E para esses que estão em teletrabalho o objetivo final seria o quê? O retorno da atividade de 100% da secretaria. Nós sequer chegamos à metade dos que estão em trabalho presencial. Por quê? Porque a orientação que eu dei era de que a gente só começaria a ativar os nossos grupos principais depois que nós tivéssemos distribuído para os municípios 100% do que seria para aqueles trabalhadores da linha de frente, ou seja, tudo que a gente pode fazer enquanto secretaria é efetivamente pegar a vacina, ver, nos cadastros oficiais, quantos trabalhadores existem da linha de frente e distribuir, e isso foi feito. A secretaria só começou a ter a sua vacinação depois que nós já tínhamos ultrapassado 70% de todos os profissionais e trabalhadores da saúde no Estado.

O que isso quer dizer do ponto de vista prático? Aí eu acho muito importante a Assembleia ter essa ciência, porque isso é fundamental na interação com o município. Nós entendemos que o que foi encaminhado de doses para os municípios corresponde a 70% de todos os trabalhadores e profissionais da Saúde. Isso aí inclui médico, enfermeiro, motorista de ambulância, quem mexe na faxina dos hospitais, médico de consultório, nutricionista de consultório, ou seja, dentro dos 100%, nós encaminhamos para 70%, inclusive professores de educação física, que são promotores da saúde, estão nesse grupo também. Por que isso é importante? Porque, do ponto de vista da secretaria, nós já mandamos para os 53 mil médicos cadastrados no Cnes do Estado, nós já mandamos para os 30 mil enfermeiros, para os técnicos, para os fisioterapeutas, para todo esse grupo. Na nossa visão, as prefeituras já têm vacina suficiente para operacionalizar isso. Isso é ponto pacífico, isso aí já é seguido.

Então, eu acho que é fundamental entender o que a Secretaria de Saúde faz, ou seja, a secretaria faz, o tempo inteiro, a promoção da atividade de saúde no Estado. Então, se nós ficarmos atrasados... Exemplo, se a minha parte de área meio da secretaria demorar demais para pagar, os hospitais param. Então, para nós, é muito importante. E o que chama a atenção é que, ao longo desse um ano, nós tivemos, deputado, que fazer quatro paralisações na secretaria por conta de surto dentro da secretaria. Por quatro vezes, nós tivemos surto no gabinete, surto em outras áreas. Felizmente, aquele momento era um momento que não trouxe prejuízo, mas, talvez agora, poderia trazer, porque nós estamos trabalhando a todo vapor.

Em relação à Funed, eu acho importante, porque a Funed é uma empresa de um porte diferente do Butantan, de um porte diferente da Fiocruz. A Fiocruz e o próprio Butantan... (– É interrompido.)

O presidente – Deixe o secretário acabar de...

O deputado João Vítor Xavier – Para ele compreender a dinâmica e...

O presidente – Responder e, em seguida, passo a palavra a V. Exa. Por favor, secretário.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Posso continuar? A Funed é uma empresa que é extremamente importante, soma empresa de produção de vacinas com laboratório, é o nosso laboratório central de saúde pública e também há a parte de pesquisa.

Do ponto de vista de empresa, ela está efetivamente fazendo a sua estruturação para poder produzir a vacina da meningite C na sua plenitude; ela ainda não tem essa estruturação. E nós pensarmos em produzir vacina da Covid na Funed seria efetivamente fora da estrutura que ela tem hoje, ou seja, a Funed não tem capacidade para produzir vacina, uma vez que todo o seu parque industrial está comprometido com o ministério para a produção da vacina da meningite C. O que nós fizemos? Nós, como Funed, como Estado temos buscado uma parceria com alguma empresa no sentido de mirarmos no futuro para uma transferência de tecnologia e uma aquisição de vacinas para que a Funed possa fornecer também ao Programa Nacional de Imunizações, aí, sim, a exemplo do Butantã, a exemplo da Fiocruz, mas não produzindo e sim fazendo a aquisição e o fornecimento para o Programa Nacional de Imunizações. Por que nós temos esse objetivo? Porque para nós o objetivo futuro da Funed é ela receber transferência de tecnologia e aí, sim, se estruturar para, se nós tivermos uma nova epidemia daqui a dois, três anos, ela estar numa condição melhor do que está hoje.

Com relação à compra de vacinas, como eu apresentei, nós temos uma lista já de empresas que a gente tem contatado. Para o poder público comprar vacinas, há alguns pré-requisitos. O primeiro pré-requisito é que a vacina precisa ser vacina, e só existe vacina quando ela está homologada pela Anvisa. Isso – acho – é a primeira coisa. Se há uma indústria desenvolvendo a vacina, mas a vacina não está homologada pela Anvisa – isso do ponto de vista de medicamento, ela ainda não é considerada efetivamente vacina. Mas, ainda que a gente pudesse fazer um contrato de preferência de compra aguardando essa homologação – e é o que a gente busca –, nós precisamos que essa vacina chegue antes do final do Programa Nacional de Imunizações. Isso é fundamental, ou seja, ela teria que chegar rápido; e o que nós temos com todas as empresas com que conversamos é: todas elas se dispõem a vender, mas todas elas se dispõem a entregar depois que entregarem para o Ministério da Saúde, e isso, do ponto de vista prático, não nos atende, pois a

vacina chegaria depois, já no momento em que toda a sociedade teria sido vacinada. Então a gente continua negociando; a gente está negociando com a Covax essa possibilidade de a gente comprar e às vezes fornecer para o PNI para haver uma distribuição nacional, mas ainda são conversas preliminares, e essas conversas todas têm que seguir todo um trâmite que é fundamental.

Com relação a investimentos, é importante entendermos três momentos. Primeiro, falar de dívidas no Estado é falar do que aconteceu aqui até 2018, quando nós pegamos o Estado absolutamente quebrado; nesse sentido a gente pegou a saúde com R\$6.000.000.000,00 de dívida; essa foi a dívida que a saúde em 2018 herdou, tirando que em 2019 nós tínhamos a previsão de mais em torno de R\$2.000.000.000,00 de dívida, isso com uma perspectiva ainda de déficit primário no Estado. Nós temos feito um esforço gigantesco. Do ponto de vista interno na saúde, considerando só as notas fiscais, tínhamos R\$380.000.000,00 em dívidas, o que significava que nenhum fornecedor de medicamentos, ou de qualquer companhia aérea, ou de gasolina queria negociar com o Estado. Nós quitamos isso tudo em 2019, e isso para nós foi fundamental porque, se não tivéssemos feito isso, não teríamos conseguido comprar os respiradores que compramos, não teríamos comprado os equipamentos de proteção individual, e a situação poderia ter sido muito pior. Nós temos várias resoluções desde 2012 que são resoluções pendentes de vários outros mandatos na saúde; a gente tem o objetivo de vir quitando isso, mas primeiro nós precisamos efetivamente solucionar o problema fiscal do Estado, com o qual o governador tem lidado com muita seriedade, com muita obstinação nesse sentido para poder caminhar do ponto de vista da saúde.

Com relação aos convênios, eu encaminho para o senhor. As minhas redes sociais privadas são minhas, privadas, não é? Eu acho que a gente tem que separar muito claramente uma coisa da outra, então o que é meu privado é meu privado.

Outro fator que acho muito importante lembramos aqui é aquela história da formiguinha: quem se prepara para dias piores, quando eles chegam, está preparado. Por que eu falo isso? Porque, quando nós tivemos a epidemia, montamos os 4 mil leitos, nos preparamos, compramos EPIs, respiradores, enfim, fizemos isso tudo; em vários momentos tivemos flutuações, mas não tivemos estouros de ocupação, estouros de demanda, uma coisa próxima do que nós estamos nos aproximando agora.

Naquele momento, deputado, a nossa conduta foi a seguinte: se não estamos precisando gastar por conta, estamos pagando os leitos, os leitos estão funcionando, vamos garantir que, se tivermos piora assistencial, tenhamos condição de arcar com os leitos, para eles continuarem operando. Qual foi a importância disso? Hoje, com o que temos preparados e provisionados, na gestão da crise, o ideal é que o ministério habilite o máximo de leitos. Mas, do jeito que está a habilitação do ministério, hoje o Estado tem condição de manter os 4 mil leitos rodando. Já tive informação de municípios que, efetivamente, gastaram mais do que deviam e, hoje, estão em situação financeira difícil, e a gente está tentando dar suporte, porque, para nós, era muito claro que a gente precisava pensar na possibilidade de ter retorno de crise, de voltar a ter casos. Sempre contei, do ponto de vista da administração, com o nosso grupo, que a gente teria uma nova crise até junho de 2021, porque é natural das epidemias terem ciclos. Então, neste momento, estamos capitalizados para pagar os leitos, e isso para nós é fundamental. Se conseguirmos pagar os leitos, a máquina não para, as pessoas continuam sendo atendidas e o dinheiro segue aquilo que é o princípio básico dessa gestão, que é, efetivamente, investir com eficiência e não investir, simplesmente, valores e volumes financeiros, mas eficiência, para que o cidadão tenha a sua atenção máxima. É mais ou menos isso que eu tinha. Espero ter respondido os questionamentos.

O presidente – Muito obrigado. Com a palavra, para a réplica, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier – Obrigado, presidente. Peço desculpas ao senhor, ao secretário e ao telespectador, imaginei que o processo seria perguntarmos sobre cada tema. Então, o senhor me desculpe, presidente.

Secretário, gostaria muito que o senhor tivesse, de fato, respondido, mas muitas coisas ficaram abertas nas respostas do senhor. Primeiro, a respeito da vacinação. Gostaria de repetir a pergunta, se o senhor pode nos enviar a lista dos servidores que foram vacinados. Gostaria de repetir essa pergunta, porque ela não foi respondida.

Segundo, reforçar a pergunta: de fato, é mais importante que um servidor que está trabalhando em *home office* seja vacinado? Se ele está em *home office*, é exatamente para preservá-lo. Acredita-se que quem está trabalhando em *home office*, se tem a

confiança para estar em casa em *home office*, ele não esteja se expondo. Se não se expõe pelo trabalho que não se exponha na vida pessoal também. Se de fato é mais importante do que outros tantos servidores públicos que não saíram um dia da rua. Quero citar, por exemplo, os nossos policiais militares. Nós temos 40 mil policiais militares, neste estado, que trabalham 24 horas por dia, inclusive ligados à saúde, porque eles têm que acompanhar aos hospitais, por exemplo, o bandido quando ele tem que ser transferido por uma escolta. Então, eles também estão sujeitos. Aqui, na Assembleia, nós temos as servidoras da Comissão de Saúde. Elas podem ser vacinadas nessa lógica? Eu, só como presidente da comissão – assumi há uma semana –, fui a quatro hospitais. Os dentistas, recebi um contato do Conselho de Odontologia, ainda não conseguiram se vacinar. Essas pessoas são menos importantes do que quem está em *home office*? Do que um servidor da Secretaria de Saúde que está em *home office*? De fato, não me senti respondido.

A Funed, secretário, segundo informações que levantei com servidores do Estado, coloca de lucro com a vacina da hepatite quase R\$1.000.000.000,00, no caixa único do Estado. Esse dinheiro não seria suficiente para terminar a fábrica de vacinas da Funed, que, segundo informações que também levantei, já estaria com mais de 90% pronta?

Secretário, o senhor disse que uma vacina para ser considerada vacina tem que ter a homologação. A lógica legislativa construída pelo Senado e pela Câmara de que vacinas que foram consideradas válidas por outros mecanismos, como o FDA americano, não será considerada pela Secretaria de Saúde? Outra coisa, a Secretaria de Saúde não poderia ser um elo entre esses laboratórios e a Anvisa, como foi o Butantan? Se a CoronaVac está, hoje, homologada é porque o Butantan fez isso. Então, a secretaria de Estado de Saúde não poderia ter feito isso também com os laboratórios que estivessem negociando?

Sobre a questão dos repasses, eu compreendo, concordo com V. Exa. que essa dívida não foi originária apenas deste governo. Essa mesma cobrança foi feita aos seus antecessores por este deputado e por todos os colegas desta Casa, mas o senhor não respondeu com o que as prefeituras podem contar. Qual é a previsão, este ano, desses repasses? Resumindo em bom português: vamos pagar ou não vamos pagar?

Por fim, secretário, acho que nós que vivemos na vida pública, a linha que separa o público do privado é muito tênue. Fiz questão de entrar na rede social do senhor para conferir o que me foi enviado por um colega. Na rede social do senhor, o senhor não assina como Carlos Eduardo. O senhor assina como Dr. Carlos Eduardo, secretário de Estado de Saúde. Então, a partir do momento em que o senhor assina como secretário de Estado de Saúde, que é o cargo no qual o senhor é investido, as redes sociais do senhor, é natural que muita gente... Eu não seguia o Carlos Eduardo Amaral. Desculpe-me a sinceridade, com todo o respeito, mas eu não o conhecia. Eu sigo o secretário de Estado de Saúde. No momento em que o senhor pede para que o cidadão mineiro se cadastre, esse dado não é de uso privado do senhor, porque quem está pedindo ali não é o cidadão Carlos Eduardo Amaral; quem está pedindo ali é o secretário de Estado.

Quando o senhor coloca um quiz para o cidadão mineiro responder sobre as suas questões de dúvidas pessoais, quem está respondendo ali não é o cidadão, mas o secretário. O senhor está investido dessa autoridade. Gostaria de saber por que isso? Por que se utilizar da investidura de um cargo para fazer cadastro? Esse cadastro não deveria estar sendo feito na Secretaria de Saúde? Esses dados não deveriam ser públicos? Isso não é um patrimônio da secretaria ou é um patrimônio eleitoral, secretário? Gostaria de perguntar ao senhor. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para as respostas aos questionamentos, o secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Vou tentar responder aos cinco itens, deputado. Se eu pular algum, o senhor me lembre, por favor.

Em relação aos servidores de *home office*, eles estão, exatamente, como últimos, justamente porque só serão vacinados depois que todo mundo for vacinado. Então, eles não foram vacinados. Acho que é importante ter essa clareza, senão fica parecendo que já foram vacinados, mas não foram. Eu não considero ninguém mais ou menos importante, essa é uma visão minha. Existe lá, o que vem do ministério é para a gente falar. Se alguém é da saúde, é da saúde, e a gente também não pode negar dizendo que

funcionário e servidor da saúde não seja da saúde. Eu acho que isso seria uma negação, até mesmo indo contra a nossa equipe da saúde, que aqui tenho que defender. Em relação a cadastro que o senhor falou, nós temos cadastro na Secretaria de Saúde, temos grupo de mobilização, que é antigo, na Secretaria de Saúde. Então existe uma dissociação muito clara de uma coisa para outra, pelo menos na minha visão. Entendo que o senhor possa ter uma visão diversa.

Em relação à Funed, ela não dá lucro de R\$1.000.000.000,00. Ela tem um faturamento com as vacinas de R\$1.000.000.000,00, o que é absolutamente diferente. Lucro, quando a gente fala que um negócio qualquer dá lucro, significa que o que ele fatura menos o que gasta daria resultado positivo. O que temos então com a venda das vacinas menos o que se gasta no contrato com a GSK... É um contrato que dá lucro, mas temos de lembrar que, para falar que a Funed dá lucro, temos que tirar todos os demais gastos, inclusive com o RH da Funed. E isso é uma coisa que tenho visto, reiteradas vezes: esquecem e jogam como se fosse lucro, ou seja, definitivamente não o é.

Em relação ao pagamento dos municípios, eu fico muito feliz que o senhor me pergunte isso, porque o esforço todo que estamos fazendo da estruturação da Secretaria de Saúde é para voltar e pagar todos os programas regulares da secretaria. Com algumas resoluções excepcionais ainda temos dificuldade, a gente não consegue, mas, quanto aos programas regulares, se este ano conseguirmos manter a arrecadação do Estado e a previsão da Secretaria de Fazenda for paga, vamos ter a retomada de 100% dos programas da Secretaria de Saúde, desde o programa Pró-Hosp, hospitalar, que a gente já vem pagando, desde 2019, até programa de saúde mental, saúde bucal, prevenção de saúde, vários outros programas.

Para o senhor ter ideia, a atenção primária é um programa regular da secretaria que estava sem ser pago desde 2014. Esse é o tamanho da crise que a gente herdou. Se tudo der certo e não houver nenhuma mudança muito grande, do ponto de vista de arrecadação do Estado e do financiamento da saúde, nós conseguiremos arcar com isso, ou seja, os municípios e os prestadores vão poder contar com esse financiamento nosso da saúde. Volto a enfatizar, este vai ser o primeiro ano, desde 2014, que a secretaria volta a arcar com todos os programas.

Acho que havia uma quinta pergunta ou não?

O deputado João Vítor Xavier – Deixe-me confirmar. A última pergunta o senhor já antecipou. Mas registro aqui a minha discordância de quando se está investido de um cargo público e assina como tal na rede social, com todo respeito, discordo de V. Exa.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Está certo.

O presidente – Muito obrigado, deputado João Vítor e secretário.

Vamos passar agora a palavra aos líderes. Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares, líder do governo.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, quero apenas agradecer a presença do secretário. O deputado Raul Belém falará pelo nosso bloco, até para termos maior agilidade nos trabalhos. Muito obrigado, excelência.

O presidente – Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares. Então, com a palavra, o deputado Raul Belém, líder do bloco Sou Minas Gerais.

Palavras do Deputado Raul Belém

Bom dia, presidente; bom dia, secretário Carlos Eduardo; bom dia, deputado João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde. Aproveito a oportunidade para cumprimentar V. Exa. por assumir tamanha responsabilidade neste momento que Minas Gerais vive. Tenho absoluta convicção de que, através da competência do trabalho de V. Exa., que conhecemos, o senhor fará um grande serviço por Minas Gerais. Conte conosco!

Gente, quero, inicialmente, destacar o trabalho da Assembleia de Minas na luta contra a Covid-19. Foram quase R\$500.000,00 investidos pelas deputadas, pelos deputados, por esta Casa; recursos colocados em hospitais, recursos que serviram para comprar equipamento, recursos que serviram para comprar EPIs. Além do trabalho legislativo de cada parlamentar, pois muita

coisa foi feita através de projetos de leis, que visaram a defender o cidadão mineiro na questão econômica, na questão da saúde pública. Então, com tudo isso a Assembleia contribuiu muito.

Quero cumprimentá-lo, presidente, e, na sua pessoa, cumprimentar também todos os deputados e deputadas desta casa, por esse belíssimo trabalho.

Secretário, nós sabemos, e o senhor já pontuou, da dificuldade em que o governo atual assumiu o Estado em relação às dívidas, em relação aos contratos que os fornecedores não queriam entregar, por não acreditarem que o Estado poderia honrar com esses compromissos. Aí nós nos deparamos com uma pandemia dessa magnitude. Posso dizer aqui a todos os colegas, por experiência própria, que o Estado de Minas, falando especialmente da Secretaria de Saúde, é um grande pagador, tem tido essa responsabilidade no momento em que esse adjetivo vale muito para se entregar insumo, para se entregar remédio, para se entregar qualquer coisa de que o Estado precise nesse momento. Eu sou testemunha. Quando eu era prefeito, havia um convênio com a Secretaria de Saúde, em 2014, e esse convênio, depois de seis anos, foi pago por V. Exa. Era um convênio de hemodinâmica da Santa Casa de Araguari. Então nós sabemos que isso tem sido muito bem trabalhado e construído dentro da saúde e também sabemos da luta que a secretaria tem enfrentado. Sou de uma região que está agora na onda roxa, nós estamos vivendo lá o pior momento da nossa história. Eu sei. Estive com V. Exa. na cidade de Uberlândia, com toda a sua equipe, fazendo reuniões com os prefeitos para buscar condições de mais leitos, e sabemos que não é fácil neste momento. Mesmo assim, a secretaria tem trabalhado no sentido de conseguir a montagem de mais leitos, e aproveite a oportunidade para anunciar para o Triângulo Mineiro mais 10 leitos que estão à disposição na Santa Casa de Araguari para atender a toda nossa região.

A minha pergunta, secretário, é a seguinte – e acho que é o que todo o Estado mais anseia em relação à vacinação: diante do Plano Nacional de Imunizações do governo federal, Minas Gerais já pode ter uma perspectiva de quando teremos nossa população vacinada? Nós temos essa perspectiva, secretário? Era esse o meu questionamento. Os deputados do nosso bloco farão suas perguntas no momento oportuno. Quero agradecer a oportunidade.

O presidente – Muito obrigado, deputado Raul Belém. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Raul Belém. Eu queria enfatizar aqui que os convênios que nós fizemos na secretaria desde que assumimos são praticamente destinados à implementação de emendas parlamentares. Todo o resto são convênios antigos que estamos pagando – o senhor me lembrou disso. O nosso objetivo é realmente vir quitando as pendências do Estado.

Com relação à vacina, o que temos? Agora está chegando aos públicos regulares, e a gente pode fazer uma projeção baseada na população, e Minas Gerais, em geral, tem 10% da população do País. A projeção que temos para o mês de março é cerca de 40 milhões de doses para o País, o que significaria 4 milhões de doses para Minas Gerais; para o mês de abril, seriam 50 milhões de doses, o que corresponderia a 5 milhões de doses para Minas Gerais; em junho teríamos mais 30 milhões de doses – essas são as projeções –, portanto mais 3 milhões para Minas Gerais. Então: 4 mais 5 são 9 e mais 3 são 12, isto é, seriam 12 milhões de mineiros, além dos que já foram, vacinados com a primeira dose. Isso é muito otimista, pois temos que contar com a indústria conseguir entregar 100% dessas doses. Mas, mesmo que a gente trabalhe com o cenário mais pessimista de chegarem 50% dessas doses, já teremos cerca de 6 milhões de doses, de pessoas vacinadas entre junho e julho, o que me parece já ser um volume grande de pessoas. É muito longe da totalidade, é muito longe da nossa demanda, da nossa ansiedade, mas temos que nos lembrar de que a capacidade operacional é a real. O que é real? Nós mandamos 1.047.000... Na verdade, foram 1.300.000 doses para se vacinar, o que corresponderia a 1.047.000 pessoas, e nós estamos já, com um mês de vacinação, chegando a 1 milhão. O que eu quero dizer com isso? Que lá na ponta não é tão simples assim a gente vacinar 2, 3 milhões de pessoas em um mês, não. Acaba havendo realmente uma necessidade de operação muito grande.

Na minha visão, o que eu acho? Se a gente for descontar que não está indicada ainda a vacinação para menores de 18 anos – isso não tem indicação no sentido de não haver estudos, e a gente não poder fazer –, teremos muito provavelmente, entre setembro e outubro, se tudo der certo do ponto de vista do fornecimento, a população vacinada. Então, assim, pelo menos na primeira dose a gente estaria com um volume muito grande de pessoas vacinadas. Acho que todos os públicos prioritários, incluindo saúde, segurança pública, professores, deficientes, pessoas que têm doenças associadas, até junho, nós já teremos vacinado.

O presidente – Com a palavra, para a sua réplica, o deputado Raul Belém.

O deputado Raul Belém – Só agradecer, secretário, e realmente pedir a Deus e também esperar que o governo federal faça a sua parte e que essas vacinas possam realmente chegar. Nós temos enfrentado constantes ondas de notícias terríveis de que estão sempre caindo as vacinas. Nós não temos nunca notícia de que o governo federal adquiriu mais para esse mês. É sempre que as vacinas estão caindo. E realmente nós estamos num momento em que acho que o que a população brasileira e a população mineira querem é a vacinação. Então eu agradeço a presença de V. Exa. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Raul Belém. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, líder do Bloco Minas São Muitas.

Palavras do Deputado Cássio Soares

Muito bom dia, nobres colegas deputados e deputadas, presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus. Seja muito bem-vindo, Sr. Secretário de Estado de Saúde, Dr. Carlos Eduardo. Cumprimento toda a população mineira que nos acompanha nesse momento tão importante aqui no Parlamento mineiro, Casa da fiscalização do governo do Estado. E neste momento, eu quero aqui, Sr. Presidente, pedir as nossas orações, as orações de toda a população mineira pela saúde dos doentes, e de modo muito especial do nosso colega, amigo e irmão deputado Luiz Humberto Carneiro, que se encontra internado, hospitalizado, em Uberlândia, em situação grave, com Covid-19. Nós temos muita esperança de que em breve contaremos com a presença do deputado Luiz Humberto de volta aqui ao Plenário, aos corredores da Casa, trabalhando e defendendo o seu Triângulo Mineiro, a sua Uberlândia, assim como todos os demais pacientes que hoje se encontram contaminados pelo vírus.

Sr. Presidente, nobres colegas, eu quero aqui render as minhas homenagens a todos aqueles profissionais da saúde que estão na linha de frente, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, técnicos que estão nas UTIs, aqueles que estão fazendo remoções de pacientes, que merecem, sem sombra de dúvida, estarem imunizados com a vacina. Mas permita-me aqui, Sr. Secretário Carlos Eduardo, discordar de que servidores administrativos deveriam estar dentro dessa linha de prioridade. Se assim o senhor diz que deveriam estar imunizados porque eles garantem a preservação e a manutenção dos serviços públicos de saúde, nós temos tantos outros servidores que também fazem parte de uma cadeia para sustentar a funcionalidade do governo do Estado. Dentre eles, podemos citar aqui os militares que estão empenhados em ajudar na distribuição das vacinas. Nós temos aqui os servidores das demais secretarias que suportam a Secretaria do Estado de Saúde, fazem os pagamentos dos insumos, assim como os servidores da Fazenda, e da Secretaria de Planejamento. Enfim, nós temos outros tantos servidores de outros setores do serviço público que estão colocando também a sua vida em risco a todo momento. Então, dessa feita, considero que foi um flagrante fura-fila, sim, a vacinação de servidores que não estão na linha de frente da pandemia. E assim, faço aqui o reforço para que a Secretaria de Estado de Saúde possa enviar a esta Casa, à Comissão de Saúde, assim como foi solicitada pelo deputado João Vítor Xavier, a relação de todos os servidores dessa secretaria que foram vacinados até o momento, para percebermos: servidor, função e atividade desempenhada.

Sr. Secretário, nós temos um dado aqui que já foi explicitado anteriormente: a Secretaria de Estado de Saúde, no ano de 2020, gastou menos recursos que no ano de 2019, em plena pandemia. Além de ter gasto menos recursos, nós temos que a execução orçamentária da secretaria, no ano de 2020, foi algo em torno de 64% do previsto, ou seja, deixamos de investir do que estava previsto, 36%, em pleno ano de pandemia. Diante de tal situação, eu indago quais os motivos da não execução orçamentária desses

36%, considerando que diversos municípios mineiros se encontram com deficiência na prestação de serviços na área de saúde. Fato é que estamos percebendo municípios sem condições de absorver o número de pacientes.

Outra questão que eu gostaria de trazer aqui e que me foi passada pelos deputados do Bloco Minas São Muitas, que eu tenho a honra de liderar, é: qual a razão do atraso em casos de retenção dos recursos destinados para Minas Gerais através das emendas federais? Diversas reclamações chegam de que os recursos federais que são destinados aos municípios que não são de gestão plena e que chegam através da Secretaria de Estado de Saúde são retidos e não são repassados aos municípios de destino. Dessa forma, gostaríamos de saber os motivos de essa retenção estar acontecendo e se nesse momento é adequada tal retenção.

Enfim, reforçando aqui: qual a razão do fracasso ou do desinteresse das negociações da Secretaria de Estado de Saúde para fazer parceria com qualquer laboratório que tenha possibilidade de fazê-la com a Funed, a Fundação Ezequiel Dias, para a produção de vacinas? Isso já foi dito anteriormente também, mas nós sabemos que Minas Gerais é um Estado protagonista no nosso país, é um dos principais estados que sempre esteve à frente de outros tantos, e nesse momento nós poderíamos muito bem estar dando respostas mais efetivas e mais concretas no combate à pandemia, na produção e na oferta de vacinas para a população mineira.

Sendo assim, eu agradeço mais uma vez, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cássio Soares. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo Amaral.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado pela pergunta, deputado Cássio. Eu queria primeiramente parabenizá-lo pela participação efetiva que o senhor tem tido junto à saúde. Nós estamos tendo muitas reuniões discutindo desde saúde mental até outras questões que envolvem a própria Santa Casa de Passos. Para mim, isso é muito bom. Eu acho que quanto mais há deputados interessados e participantes na saúde, mais isso mostra a importância dessa área na vida das pessoas. Por outro lado também, eu gostaria de me solidarizar com todos que têm entes que estão com Covid, aqueles que infelizmente estão internados. Todos nós que perdemos parentes sabemos o quanto a Covid interfere na vida das pessoas.

Em relação a esse descompasso entre 2019 e 2020, o deputado João Vítor Xavier havia perguntado, e acabou que eu não respondi. Essa resposta tem uma clareza muito grande. Em 2019, nós precisamos ter um gasto maior do que seria aquele limite orçamentário dos 12%, porque tivemos que pagar as contas de 2018 que ficaram pendentes. O ministério nos obrigou a fazer isso, inclusive com retenção de verba federal. Houve essa obrigatoriedade de um gasto maior em 2019 por precisar pagar as contas de 2018, que já vinham retidas. Essa é a justificativa maior.

Quanto ao atraso do recurso federal, eu não acredito, deputado, que a gente possa usar o termo "retenção". Eu acho que talvez não fosse o termo mais adequado. Nós temos um fluxo, e eu acho que é importante que todos entendam que a Secretaria de Estado de Saúde já trabalha com 100% da sua operação em momentos normais; ela é uma secretaria muito ativa. Quando nos é imposta uma epidemia em que o volume de trabalho aumenta sobremaneira, e nós de certa forma passamos a ter uma força de trabalho grande sendo obrigada a ficar afastada da secretaria, em teletrabalho, a gente acaba tendo uma dificuldade de operacionalização por conta do aumento do volume de trabalho realmente. Isso, ao longo do tempo, foi sendo equilibrado, nós fomos melhorando os nossos processos, acertando a cada resolução, a cada portaria que vinha do governo federal, a ponto de termos algum atraso ainda, mas é um atraso consideravelmente menor do que já foi.

Quando nós falamos da Funed, lembro que em momento algum houve desinteresse por parte dela. Eu acho importante ter uma noção muito objetiva. O que a gente pode fazer com a Funed? Não há como nós pensarmos que a fábrica da Funed tem o porte do Butantan e o porte da Fiocruz. O nosso sonho seria esse. Nós tivemos contato com vários laboratórios. O nosso objetivo eram duas coisas. A gente consegue fazer alguma transferência de compra realmente de vacinas, uma vez que a fábrica não tem como produzir volume. Sempre buscamos isso. E além disso, a gente sempre buscou também ter uma parceria com alguma indústria para que houvesse transferência de tecnologia. Eu acho que isso é muito importante. A transferência de tecnologia, para nós, é o futuro da Funed. Nós estamos pensando em como a Funed vai ser lá na frente, uma vez que ela ainda não é do porte do Butantan, não é do porte

da Fiocruz. Eu tenho ido muito ao ministério e tentado buscar isso. Hoje nós temos alguns contatos que estão realmente começando a ser mais profícuos, com o objetivo de termos isso. Ou seja, nós podemos efetivamente comprar a vacina e repassar para o ministério, o que já ajudaria o Programa Nacional de Imunização como um todo. E mais que isso: fazer uma operação casada de transferência de tecnologia para que, daqui a três ou quatro anos... Eu acho que é fundamental. A gente não sabe o que vai ser do futuro, se esse vírus vai ficar mudando, se nós vamos ter que fazer vacinação de coronavírus igual se faz contra gripe todo ano. Então, a Funed receber essa transferência de tecnologia, buscar o seu crescimento, para nós, é muito importante. E é isso o que nós estamos fazendo, nós já tivemos várias conversas, em vários momentos, com vários atores. Agora nós temos conversado com a Covax, que é um possível... Por que a gente fala muito de transferência de tecnologia? É porque existem várias gerações da vacina. Gerações mesmo de conhecimento da humanidade. O que nós estamos querendo é uma tecnologia que seja mais moderna, com RNA, de forma que possamos ter a Funed, aí sim, como o senhor deseja, sendo top de linha, sendo uma das melhores fábricas do Brasil, mas com alta tecnologia agregada, ou seja, algo que ainda não existe no cenário nacional, que seria a tecnologia de vacina de RNA. Então, esse é o nosso objetivo.

O presidente – Obrigado, secretário. Com a palavra, para a réplica, o deputado Cássio Soares.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de pedir uma clareza na resposta do secretário quanto à execução orçamentária do ano de 2020, de 64%. Os 36% que não foram executados... Por que nós chegamos a esse percentual, que considero um percentual até alto de não execução orçamentária dentro dos recursos da saúde em um ano de pandemia? Creio eu que seja muito óbvio que saúde se faz com recursos, saúde é um serviço caro, um serviço em que temos escassez de recursos. Então, se esses 36% que não foram executados talvez chegassem a ser executados dentro de políticas públicas, nós teríamos resultados melhores, resultados positivos na preservação da vida, na oferta de serviços. Enfim, por que nós tivemos uma execução orçamentária no ano de 2020 tão baixa na Secretaria de Estado de Saúde?

O presidente – Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Com relação à execução, deputado, é muito importante lembrar que, na grande maioria dos grandes programas que temos e que são programas dos mais onerosos, são feitas avaliações quadrimestrais, então nós só quitamos esses programas no mês de janeiro, e eles pegam o último quadrimestre, então, só por isso, a gente já tem uma limitação. E eu acho também, deputado, que é importante que todos entendam: o Estado tem um déficit orçamentário real, real; falta dinheiro em espécie para o Estado. Então, nós temos que ver como vamos equilibrando. De longe, neste governo, a saúde é a pasta que mais recebe orçamento; de longe, não dá nem para comparar. Se nós tirarmos o que é gasto com os servidores, o dinheiro livre para a gestão do Estado praticamente vem todo para a saúde, quase todo. Então, as limitações que existem hoje são as limitações do que é possível fazer. Nós estamos na saúde sempre juntos com a SEF. Faz parte da minha pasta eu sempre pedir mais dinheiro – não é? –, e a Fazenda e a Seplag fazem as contas como Estado. Acho importante o que senhor fala, pois saúde se faz com dinheiro, sim. Saúde é cara, é uma das indústrias mais caras que existem, então é importante termos financiamento, mas me incomoda, às vezes, parecer que é só questão de dinheiro; não, saúde é eficiência, é importante levar o dinheiro ao lugar certo. Quando o senhor fala isso, dá-nos uma ideia de que tudo deu errado, e tudo não deu errado. Até então, dentro do que era possível fazer para o controle da epidemia, até fevereiro, nós éramos o Estado que tinha a menor mortalidade por 100 mil habitantes do País. Então, se tudo deu errado, é difícil a gente pensar... É claro que poderia ser melhor, sempre pode ser melhor; sempre pode, e a gente está sempre buscando isso, mas, por outro lado, eu hoje fico muito confortável com – como falei da história da formiguinha – eu ter juntado um pouco de dinheiro para conseguir pagar agora, porque tenho visto estados que não estão tendo dinheiro para pagar essa explosão de leitos agora. Então eu, pelo menos, tenho a certeza de que, se nós tivermos 100% da ocupação de leitos até agosto, tenho o provisionamento de dinheiro para pagar isso, independentemente do que acontecer. Ou seja, não vai faltar leito para os mineiros nesse sentido se depender de o Estado pagar o que abrimos até agora.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, alguns colegas da Comissão de Saúde me pediram para levantar um questionamento e me disseram que nas outras reuniões, nas outras sabatinas, a presidência da comissão teve o espaço para fazê-los no decorrer. De maneira nenhuma quero tomar o espaço de outros colegas, mas questiono V. Exa. se será essa também... (– É interrompido.)

O presidente – Exatamente. O então presidente Carlos Pimenta fez também questionamentos aqui em outros momentos. Com a palavra, V. Exa., e peço agilidade para que possamos continuar com os líderes e passar a palavra aos deputados.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, vou fazendo à medida que chegar alguma questão oriunda das próprias respostas do secretário. Secretário, me chegou um questionamento de um colega da Comissão de Saúde, um médico, dizendo que nós temos o fluxo das campanhas ordinárias de vacinação, que esse fluxo é definido dentro do que o senhor colocou do Programa Nacional de Imunizações e que, para esse processo da Covid, foi definido um fluxo especial, um fluxo diferente. Afinal de contas – pergunta o colega – qual dos fluxos está sendo seguido? O fluxo ordinário que o senhor utilizou para justificar essa vacinação dos servidores da saúde ou esse fluxo extraordinário que criou os grupos de risco? A preocupação é a seguinte: para um jovem vacinado que está em um trabalho administrativo, essa é uma vacina que, às vezes, deixou de ser dada a um idoso que tem alguma comorbidade.

Também não ficou muito clara a questão da Funed. Foram me enviados – e gostaria até que o senhor me dissesse se isso corresponde – dados de que a fábrica de vacinas da Funed está 95% pronta. Com o lucro que a Funed teve nos últimos anos com a vacina da meningite, não seria possível terminar? E há previsão de terminar essa fábrica?

O presidente – Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Em relação ao fluxo de vacinação, deputado, o que nós fizemos em relação à Covid foi isso, foi justamente para ser o máximo transparentes. Existe uma deliberação da CIB que a gente segue à perfeição, ou seja, a gente acompanha isso, que é um fluxo muito bem definido que passa naturalmente por aqueles da linha de frente e vai chegando. Ou seja, uma vez que nós já estamos com mais de 80% das vacinas para os profissionais de saúde – eu volto a falar –, nós entendemos que os municípios deveriam ter vacinado 80% dos profissionais de saúde lá na ponta com essa visão ampla: não é médico, não é quem trabalha em Samu, não, porque esses aí, com certeza, foram na primeira dose encaminhada. Então, nós seguimos esse fluxo absolutamente como foi deliberado e nós fizemos essa deliberação juntamente com o Cosems justamente para não dar margem, parecendo que isso foi uma discricionariedade isolada da Secretaria Estadual de Saúde. Não, isso foi consensualizado com o Cosems, que representa as Secretarias Municipais de Saúde.

Em relação à Funed, de forma nenhuma houve restrição, de forma nenhum há interesse de que a Funed não chegue aos 100%. O que nós temos são as etapas da Funed do ponto de vista de construção e de operação. Hoje a finalização da fábrica que nós temos é muito mais – nós temos pontos da construção, da habilitação e da operacionalização da fábrica – do que em si nós pensarmos que há restrição financeira ou que seja alguma coisa que o Estado não queira concluir. De forma nenhuma em relação à Funed. Todas as vezes que me foi demandado que nós precisaríamos dar um passo à frente para resolver um problema da Funed no sentido, principalmente, de que essa fábrica se destina muito a nós ampliarmos a capacidade da vacina da meningite C, que foi isso que foi programado lá atrás, sempre foi atendido, e, pelo contrário, eu mesmo demando muito a Funed. Eu já demando hoje à presidência da Funed o se preparar para a produção da vacina ACWY, de meningite. ACWY, porque a C, na minha visão, dentro em breve, vai ficar já antiquada porque nós temos uma vacina mais ampla. Então, assim, eu mesmo demando muito da Funed no sentido de a gente desenvolvê-la porque eu acho que é a visão de todos nós: queremos ter uma Funed grande e valorosa no Estado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Nós vamos passar a palavra agora ao deputado André Quintão, líder do Bloco Democracia e Luta. Com a palavra, o deputado André Quintão.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom dia, presidente. Bom dia, deputados e deputadas. Bom dia, secretário Carlos Eduardo. Cumprimento também o presidente da Comissão de Saúde, deputado João Vítor. Ele e também o deputado Cássio e suas perguntas levantaram temas também listados pelo Bloco Democracia e Luta. Como a nossa dinâmica será mais participativa, o que é muito positivo, eu vou me concentrar em duas ou três questões e, para as demais, eu já vi que vários parlamentares e várias parlamentares do nosso bloco estão inscritos.

Vou começar pela questão da Funed novamente. Não ficou claro. Eu acompanhei pela imprensa. As informações que tivemos é que houve o estabelecimento de um memorando entre o Indi e o governo de Minas, através do Indi, da Secretaria de Saúde. O governador assinou esse memorando com a CNBG, que é o grupo que controla a Sinopharm. E as tratativas foram interrompidas, segundo as informações que tivemos, pela lentidão das decisões do governo de Minas. Então queria saber: de fato, Minas queria investir na produção de vacinas ou na transferência de tecnologia? Por que as tratativas foram rompidas? Essa é uma pergunta. Eu queria uma resposta mais objetiva do secretário.

A outra questão é que o secretário demonstrou aí, nas palavras, que o governo tem a intenção de uma Funed forte. Eu queria saber – se não é R\$1.000.000.000,00 –, qual é o superávit da Funed hoje. E eu queria saber se esse superávit é reinvestido na própria Funed ou se ele está indo para o caixa único do Estado. Acho que essa é uma resposta que vai determinar o nível de prioridade em relação a esse fortalecimento da Funed neste momento de pandemia.

Uma outra questão é se o Estado está estabelecendo algum nível de diálogo, de interlocução com a Universidade Federal de Minas Gerais, que já está na fase 2, indo para a fase 3 de uma vacina; e quero dizer ao secretário que nós temos uma lei em Minas, a 23.787, aprovada por unanimidade na Assembleia, que estabelece a obrigatoriedade de o Estado vacinar todas as pessoas que assim desejarem. Esse assunto da vacina é muito importante, ele é central. Queria dizer que, da forma como o secretário mencionou – e aqui eu vou colocar uma questão política –, a questão da vacina não é simplesmente a questão do problema da indústria; é um problema político. O governo federal negou a vacina; o governo federal pisou na bola na diplomacia externa; o governo federal precisa ter uma posição mais ativa, mas ele só terá se governadores, parlamentares, partidos, sociedade se mobilizarem. Eu não entendo como Minas Gerais não se associou aos demais governos de estado para cobrar do governo federal maior efetividade. O secretário mencionou: "Não, o problema...", como se o problema da vacina estivesse resolvido. "São 449 milhões de doses contratadas, e isso imuniza toda a população brasileira". Isso é acreditar em Papai Noel. Deputados, deputadas, gestores não podem acreditar em Papai Noel, principalmente quando o Papai Noel acha que a Terra não é redonda e nega a ciência.

Então nós precisamos de uma ação mais firme, de uma articulação federativa dos estados. Nós não podemos ficar de braços cruzados, aguardando, a cada mês, o governo diminuir a projeção da vacina. Outros estados estão tendo uma atuação mais ativa. Então me desculpe, secretário, o senhor merece muito respeito, mas acho que o governo, no seu conjunto... E me permita, presidente: a gente ouve as exposições, vê o PowerPoint, e fica muito fria a análise do quadro. A situação de platô hoje são 2 mil pessoas morrendo por dia no Brasil; inflexão de alta é mais gente morrendo; falta de recurso humano em leito de CTI é gente morrendo por falta de atendimento; novas cepas significam que o vírus está mutando e que até as atuais vacinas podem não ser mais adequadas. Nós temos que reduzir o ritmo, a intensidade do contato, e isso ocorre com mais vacinas.

Ontem os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado já fizeram uma carta para a China, para eles não confundirem o governo federal com o País, com a Nação. Se hoje Minas reclama que está com a situação financeira difícil, por que o governador não assina as cartas dos demais governadores, cobrando mais atitude do governo federal? O governador Zema está muito submisso ao governo Bolsonaro, que é um genocida, que está matando o povo brasileiro. Então nós temos que colocar o dedo na ferida, a gente não pode ficar passando pano nessas reuniões, nessas audiências. É nossa obrigação, é uma questão de compaixão, de empatia. Nós não podemos ver com naturalidade 2 mil mortes por dia. Essas 449 milhões de doses contratadas, com esse governo federal e com

muita omissão, vão continuar no papel, não vão chegar às pessoas. A intensidade hoje é baixa. Novas cepas com mais letalidade, com mais contágio estão por aí.

Então queria deixar essa opinião nossa. Nós precisamos... Minas Gerais é um Estado politicamente importante. Minas Gerais tem que entrar nessa situação federativa. E aqui não se trata de questão política; não é porque o Partido Novo falou que vai ser oposição ao Bolsonaro, não, mas porque o governador tem responsabilidade pelas pessoas que moram em nosso estado. Então, nós temos que dar as mãos e ter uma atitude de colaboração como a Assembleia vem fazendo desde o ano passado; mas, lógico, pensando no povo mineiro e cobrando de quem tem a responsabilidade.

E a última questão, presidente: eu também queria reiterar a importância de elucidar melhor esses critérios de público prioritário, estabelecer um prazo. Em que prazo nós poderíamos ter acesso a esses critérios e a essas listas de pessoas que já foram vacinadas? Parece que o pessoal da Hemominas só está sendo vacinado... Começou esta semana, depois da eclosão de vários casos. A Hemominas está lá na ponta. Então, não entendo quando o administrativo é vacinado e o pessoal do Hemominas não é. Acho que a gente tem que ter transparência nisso.

Eu teria muitas outras questões, mas, em função do tempo...

Desculpe, secretário, a veemência, mas eu não vou ficar esperando 449 milhões de doses contratadas de braços cruzados, até porque eu sou o autor dessa lei que obriga a vacinação gratuita aqui, em Minas Gerais, com o apoio de todos os deputados e deputadas.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão, líder do Bloco Democracia e Luta. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva. Antes, porém, mando um desejo de saúde e força ao nosso colega deputado Professor Cleiton, que também se encontra hospitalizado, pela segunda vez, com coronavírus, a quem desejamos sempre muita saúde. Por favor, secretário.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado André Quintão. Eu acho que é importante, gente, entender o que significa o memorando de entendimento. O memorando de entendimento é simplesmente uma formalização com a qual o Estado irá conversar com uma empresa sobre a possibilidade de se viabilizar um negócio ou não, de se fazer uma parceria ou não. Simplesmente isso. Não consta nada além; não consta compromisso, ou seja, toda vez que a gente vai conversar com alguma empresa, para que isso não seja mal interpretado, a gente faz o memorando de entendimento, que é a formalização do Estado, somente isso.

Na época, a Sinopharma nos procurou, e o interesse principal dela era a venda das vacinas. Nós estávamos em um momento em que ela estava iniciando os seus estudos sobre a vacina. Não havia nenhuma vacina definida, não havia Anvisa, ou seja, era um momento em que nós conversamos, mas que acabou frustrado porque o único interesse da Sinopharma, naquele momento, era uma venda direta para o Estado, o que não era o que nós estávamos pensando, até mesmo porque não havia uma vacina definida e os preços eram bem diferentes dos praticados no mercado internacional naquele momento.

Em relação à Funed, quando se fala da lucratividade dela, é o valor que se paga pelas vacinas menos o valor que se paga, em dólar, pelo princípio ativo, pelo substrato das vacinas e o que nós temos é que é preciso obrigatoriamente descontar todo o custo da Funed ao longo do ano. Ela tem um custo alto com recursos humanos, então, este ano, ela praticamente ficou no zero a zero. Nós não tivemos um resultado operacional significativo.

Em relação à UFMG, eu já tenho até um horário marcado com a reitora Sandra para a gente poder evoluir nessas conversas sobre a vacina da UFMG. E eu achei muito importante a respeito do questionamento sobre a Hemominas, pois dá aqui a possibilidade de os senhores entenderem o que significa isso, ou seja, a obrigação de vacinar a Hemominas não é do governo do Estado de Minas Gerais. A obrigação de vacinar os servidores da Hemominas é das prefeituras, tanto que, quando nós vimos as várias estruturas da Hemominas espalhadas pelo Estado, praticamente todas já estão com todos os servidores vacinados, à exceção da central porque a

central também é maior. Para isso, já há um planejamento acordado entre a prefeitura e a direção da Hemominas. Nós já cobramos isso. Então é fundamental entender o seguinte: por que não foi vacinado? Não é porque o Estado não mandou doses para a Hemominas, porque nós já mandamos 80% das doses para todos os trabalhadores da saúde. Isso não é pouco. Isso dá para vacinar todos praticamente; só vai ficar faltando aqueles que não lidam diretamente com doentes.

Em relação à sequência, à priorização, quem define o momento de ir ao hospital, de achar as pessoas que vão ser vacinadas não é o Estado, mas cada prefeitura. É assim que funciona. Obrigado, deputado.

O presidente – Com a palavra, o deputado André Quintão, para a sua réplica.

O deputado André Quintão – Presidente, primeiro, com relação a esse entendimento com a Sinopharm, há muitas nuvens aí que precisam ser melhor explicitadas. Parece-me que, em relação ao memorando, ainda que não seja um documento definitivo, as tratativas não avançaram, inclusive, porque Minas Gerais não apresentou um plano de trabalho para os testes clínicos da fase 3. Ao mesmo tempo, o Butantan iniciava as suas negociações. Então está claro que Minas Gerais poderia ter tido um protagonismo. Não vou ficar olhando pelo retrovisor. Vamos olhar para a frente agora. Vamos esperar o investimento na Funed, novas parcerias.

Nesse sentido, eu faço um apelo ao secretário, em nome de vários deputados e deputadas: retirem o projeto de lei absolutamente extemporâneo, que, no momento de pandemia, em que a gente está discutindo produção de vacina, coloca a Assembleia e o povo de Minas Gerais para discutirem a fusão da Funed com um hospital de ponta, o Hospital Eduardo de Menezes e a Escola de Saúde Pública. O Conselho Estadual de Saúde rejeitou, por ampla maioria, essa proposta. Não é hora de fazer esse tipo de debate, com 2 mil pessoas morrendo por dia em nosso país. Vamos investir na Funed. Vamos ampliar as nossas parcerias. Eu acho que o momento exige isso. Não é hora de fazer reforma administrativa na área da saúde. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão. O secretário está pedindo a palavra para mais um esclarecimento. Por favor, secretário.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado, eu acho extremamente importantes essas duas colocações: por que nós não fizemos os testes clínicos e qual seria a visão do projeto do CMC que os senhores irão apreciar? Nós não fizemos os testes clínicos porque a Funed não tem uma estrutura clínica para fazer testes clínicos. Simplesmente por isso. Ou seja, se nós já tivéssemos o CMC operante e funcionando, como seria? Como isso funcionaria? Nós teríamos uma estrutura pública de uma magnitude muito maior, seria uma Funed muito maior, uma Funed com hospital, uma Funed com estrutura de pesquisa da Escola de Saúde Pública. E nós poderíamos muito bem, tudo dentro da Funed-CMC, fazer o estudo clínico e já partir para a produção. Então, o objetivo do CMC é esse, ou seja, de forma nenhuma é diminuir a Funed; pelo contrário, é magnificar, e muito, o que é a fusão da Funed e a presença da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Minas Gerais na vida das pessoas portadoras de doenças crônicas transmissíveis. Obrigada.

O presidente – Com a palavra, o deputado Inácio Franco, que é o líder da Maioria nesta Casa, para os seus questionamentos. Deputado, parece que estamos com problema no áudio de V. Exa. Não o estamos ouvindo. Continuamos com problema no áudio do deputado Inácio Franco. Em seguida, vamos consertar isso, deputado, para não haver problema nenhum.

Passamos a palavra ao deputado Ulysses Gomes, que é o líder da Minoria, e, logo em seguida, passaremos novamente a palavra a V. Exa., como líder da Maioria nesta Casa. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, líder da Minoria.

Palavras do Deputado Ulysses Gomes

Sr. Presente, cumprimento V. Exa. em nome de todos os deputados e deputadas que estão aqui, presencialmente, e dos que estão acompanhando a gente de forma remota, o secretário de Estado de Saúde e o nobre deputado João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde.

Secretário, ouvi com muita atenção a apresentação de V. Exa. Eu queria começar aqui registrando os nossos sentimentos, as condolências, lamentando as quase 20 mil vidas, as 19.824 vidas que se foram nesta pandemia em Minas Gerais. Conforme V. Exa. falou na apresentação, foram 219, nas últimas 24 horas e, neste período em que estamos aqui debatendo, infelizmente, outras vidas se foram e milhares e milhares de pessoas estão passando por dificuldade devido à falta de atendimento nos hospitais em todo o nosso estado.

Infelizmente, secretário, eu também passei por isso, mas, felizmente, tive condições de superar. Tive 50% do pulmão comprometido, mas, seguindo todo o tratamento, consegui enfrentar isso. Estou compartilhando isso porque o desespero das pessoas durante o tratamento é algo – a palavra já diz: desesperador. Eu compartilho aqui essa dor, essa dificuldade na respiração, tendo tido, graças a Deus, toda a atenção e tomado o medicamento e tudo. Agora, em relação àquelas pessoas que não têm condições para isso, no Estado, é lamentável. Então, a gente fala aqui de vidas perdidas e de tantos outros que estão desesperados.

Eu quero compartilhar isso, secretário, porque o que V. Exa. comentou com relação aos recursos do Estado... Eu trago essa questão aqui mais uma vez, e vários deputados que me antecederam comentaram isso. Não é só uma opinião; é um estudo, um dado que foi publicado pelo Valor Econômico, referente aos gastos de saúde nos estados. Em absolutamente todos os demais estados... Isso não é um dado de oposição, de opinião ou de "A". É um dado. Todos os estados, em meio à pandemia, no ano de 2020, aumentaram o investimento. Minas Gerais foi o único que diminuiu o investimento da saúde em menos 3,7%. Repito: o único Estado da Federação.

Então, quando a gente vê o desespero das pessoas por falta de atendimento, por falta de leito de UTI, por falta de repasse de recursos, não se justifica a lógica do governador, que V. Exa. aqui reafirmou, de que preza pela eficiência dos recursos, e não pelo montante de recursos gastos. Que seja! Então, secretário, com todo respeito, se o pouco que foi investido foi eficiente, eu registro aqui: que ótimo que foi! Mas é pouco ao se comparar com a necessidade. É pouco ao se comparar com os outros estados. E é muito pouco ao se comparar com a realidade do Estado. A gente ainda vê um descaso, uma dificuldade enorme, quando analisamos a questão do Triângulo Mineiro, onde, há algumas semanas, pessoas foram transferidas para o Estado de São Paulo.

Então, diante desse dado de investimento, secretário, eu queria perguntar a V. Exa. sobre a questão do credenciamento de leitos de UTI no Estado, qual está sendo o procedimento, qual é a perspectiva do aumento de leito de UTI devido à necessidade, ao aumento do número de casos, quais são as ações da Secretaria de Saúde para ampliar esses leitos no Estado, pois ainda há tempo. Com todo o respeito, secretário, parece um pouco cômodo analisar esses dados, já que, até o mês passado, V. Exa. disse que Minas gozava do melhor índice do País e, de repente, isso muda. E essa nova cepa mostra exatamente como vêm acelerando os casos de contaminação, diminuindo-se a idade daqueles que estão sendo contaminados. Pelos estudos, conforme os dados estão mostrando, quanto mais jovens os pacientes mais tempo permanecem nos leitos de UTIs, mais tempo permanecem no hospital. Com isso, a perspectiva, a dificuldade em relação ao leito tende a se agravar daqui para a frente. Então a primeira pergunta seria nesse sentido.

Também em relação ao leito de UTI no hospital de campanha, conforme o senhor disse, eu queria saber se há alguma previsão de ações nesse sentido. Secretário, eu queria que o senhor fizesse um comentário acerca do que estamos vivendo no País em relação ao negacionismo, à falta de mobilização, de incentivo à população, de orientação sobre vacinação, que é peculiar do governo federal, mas nos assusta quando o governo de Minas, através do governador, tem esse alinhamento federal. V. Exa., que é o secretário de Saúde, acredito eu com toda a capacidade, deve orientar o governador nesse sentido. Qual é a orientação que V. Exa. tem dado ao governador, por exemplo, e quais são os recursos investidos na área de divulgação, de mobilização, de orientação com relação à vacina, com relação ao tratamento precoce, que a gente sabe que não funciona?

É importante ressaltar aqui que isso não funciona. Mas quando a gente vê uma ação do governador com um alinhamento tão forte de omissão com relação a essas ações, isso nos preocupa. Então é importante ouvir de V. Exa. qual é a sua opinião sobre isso, para que fique registrado nesta Casa.

Em relação a essa campanha de mobilização, gostaria de saber se há previsão de mais investimento, já que V. Exa. diz que há recurso disponível. A Assembleia Legislativa – só estendendo um minutinho, presidente –, em 2019, devolveu aos cofres do Estado R\$46.000.000,00. No ano passado, devolveu mais de R\$300.000.000,00, em parceria com emendas de deputados. E, este ano, há duas semanas, a Assembleia devolveu aos cofres públicos de Minas Gerais R\$80.000.000,00, nas mãos do governador, com uma orientação muito clara: que fossem investidos na compra de vacina, que fossem investidos no combate à pandemia. Aí pode-se fazer vários cálculos. Foi feito o cálculo em relação à quantidade de vacinação.

Com relação aos leitos, por exemplo, hoje o Estado paga R\$1.600,00 por uma credencial, por um leito de UTI. Esse dinheiro daria para cadastrar 1.600 leitos durante 30 dias, ou seja, para pagar esses leitos no Estado. Portanto, recursos disponíveis haveria. Qual é a ação que o governo está fazendo com relação a esse montante de recursos e com relação ao aumento de leitos de UTI?

Secretário, com relação ao programa Minas Consciente, na semana passada, quando o governo criou a faixa roxa, nós vimos que a região Noroeste, o Triângulo Norte e o Triângulo Sul foram as que mais se estenderam nas faixas verde e amarela. E agora foram exatamente elas que entraram ou em observação ou em lockdown na zona roxa. Isso não é prova de que o programa não deu certo, de que o programa não tem um monitoramento eficaz para prever essa questão? Aquelas que mais se estenderam na flexibilização são as que estão em situação mais grave agora. Como acreditar num programa que, ao ter que criar uma faixa ainda mais grave de restrição, ela atende exatamente aquelas que se flexibilizaram com antecedência?

Por fim, presidente, nós apresentamos um requerimento, secretário, diante das várias denúncias que vimos na mídia durante esses dias. Aqui os deputados que me antecederam... Eu não quero aprofundar-me, mas há uma matéria que diz: "Minas Gerais convocou servidores em *home office* para furar fila na vacina"; "A Secretaria de Estado da Saúde teria vacinado 500 servidores que estão fora dos grupos prioritários definidos pelo próprio governo". Essa matéria é do R7. Depois nós temos outra matéria: "O secretário de Saúde está entre os servidores já vacinados"; "O Ministério Público investiga possível caso de fura-filas na pasta que coordena imunização"; "Governo nega irregularidades". E assim nós vamos vendo matérias: "Secretaria de Estado também vacinou vários grupos que não são prioritários"; "Ministério Público investiga denúncia de irregularidade em Minas Gerais com servidores da Secretaria de Estado". Hoje está estampado na capa do Estado de Minas exatamente uma matéria que fala dessa situação mais grave em Minas Gerais. V. Exa. aqui comentou isso. Eu queria, a comissão já fez esse requerimento; e publicamente, aqui, os deputados que me antecederam fizeram isso. Eu tenho um requerimento protocolado no Silegis, esperando-me para a aprovação na Casa, requerendo exatamente, secretário, informações com o envio da lista de servidores concursados, em cargos de confiança da Secretaria de Estado que foram vacinados contra o Coronavírus, mesmo não fazendo parte dos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde e não sendo envolvidos diretamente nas ações de enfrentamento ao Coronavírus, em relação à operacionalização da Campanha Nacional de Vacinação em Minas Gerais, além dos planos e tal. Claro que V. Exa. já comentou aqui da sua disposição em encaminhar isso. Eu queria saber de V. Exa. qual é a previsão para que a gente tenha esses dados, essas informações na secretaria, para que possa disponibilizá-los para todos os deputados e deputadas.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes, líder da Minoria. Passamos a palavra agora ao secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado, eu vou começar tentando ver na sequência que eu anotei aqui.

A respeito da matéria do Valor Econômico que mostra que Minas investiu menos em 2020 do que em 2019, nós investimos mais em 2019 porque nós tivemos que cobrir o rombo que ficou de 2018, por isso que em 2020 foi menos, porque nós tivemos que cobrir o rombo de 2018.

Em relação a leitos de UTI, nós ampliamos os leitos de UTI. Hoje o que o ministério não habilita – que significa o ministério pagar – nós cobrimos esse valor. O Estado hoje arca com mais de 800 leitos. Esses valores são altos. Como o senhor falou,

R\$80.000.000,00 dariam para 1.600 leitos por um mês; então, estamos arcando com o valor de 800, que seriam dois meses. Além disso, nós devemos fazer uma resolução de transferência para todos os municípios, com foco na atenção primária, em torno de R\$90.000.000,00 ainda neste mês. Qual é o objetivo? É fortalecer a atenção primária, porque é ela que faz atualmente a vacinação e, além disso, é ela que está fazendo também o rastreamento de contatos. Então, isso tem um objetivo muito claro.

Quando nós falamos a respeito do Minas Consciente, eu acho que se tem que ficar atento. O Minas Consciente avalia a situação epidemiológica, faz a sinalização. O que modifica o desempenho, como ele está funcionando, na verdade, é a adesão dos municípios ao Minas Consciente. O senhor entendeu? Isso é muito importante. A gente vem fazendo um acompanhamento, e nitidamente as regiões de saúde que têm maior adesão ao Minas Consciente são regiões de saúde que têm pelo menos uma reação mais rápida quando a gente nota algum desequilíbrio. Então, eu acho que isso é muito importante. No caso que o senhor citou, o Triângulo do Norte e o próprio Noroeste são regiões em que nós temos baixa adesão ao Minas Consciente, uma vez que ele não é impositivo.

O senhor falou sobre essa de se negar ou de não se negar a vacina. Por que eu aceitei ser vacinado? Eu tinha dois caminhos: ou eu não era vacinado ou era vacinado, uma vez que os servidores da saúde fazem parte dos grupos de gestão da saúde. Eu quis ser vacinado justamente por isso que o senhor falou, para não parecer que eu era contra a vacina ou que eu achava que a vacina não servia. Eu acho que nós todos temos que ser vacinados; não concordo com nenhum movimento contra a vacinação. Foi simplesmente por isso, porque eu já venho trabalhando há muito tempo dentro dos hospitais. Eu queria ser muito claro nisso, porque é importante dar o exemplo de que as pessoas têm que ser vacinadas, de que as pessoas têm que fazer uso da vacina quando chegar o momento delas.

O deputado Ulysses Gomes – Sobre a lista, secretário, qual é o prazo em que o senhor pode disponibilizar isso para a gente?

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Sobre essa lista, nós estamos dando uma resposta agora para o Ministério Público. Nós já temos, naturalmente, a lista. Eu tenho que ver com a nossa assessoria jurídica, porque costuma haver sigilo médico e tudo o mais com relação aos nomes das pessoas que foram vacinadas. Eu não sei se nós poderíamos compartilhar isso. Sobre o quantitativo e quais são os grupos, não há problema nenhum, eu posso mandar para você amanhã, não há estresse nenhum, não.

O deputado Ulysses Gomes – De toda maneira, a gente vai aguardar, secretário, mas essa deve ser uma lista pública.

Sobre o exemplo que V. Exa. disse, eu acredito que ele não só pode ser dado tomando-se a vacina, mas através de posicionamento claro do governador e de V. Exa., com campanha de mobilização, com orientação, fazendo com que esses investimentos cheguem diretamente na vida do cidadão, com leitos, com estrutura de saúde, mas também com orientação clara.

V. Exa. publicou nas redes sociais: "Furar fila: mais do que uma questão de regra é uma questão moral ou de caráter". Eu acho importante que nós tenhamos, de fato, o exemplo, mas que tenhamos o exemplo com transparência e posicionamento claro. Eu acredito que não é só tomando-se a vacina que esse exemplo será dado, mas nós vamos guardar essas informações. Eu queria compartilhar com os nobres deputados tanto o requerimento que está aberto no Silegis – para quem tiver interesse em assinar também, até que possa ser votado na Assembleia – como um pedido de uma comissão parlamentar de inquérito. Caso a gente não tenha acesso à informação, se só o Ministério Público tiver... Eu acredito que a Assembleia tem que ter essa informação, e é através de uma comissão parlamentar de inquérito que nós teremos exatamente a informação dos investimentos que foram feitos no combate à pandemia, com a questão dos fura-filas dessa vacinação. Ai, secretário, o exemplo... É o que vem acontecendo nos municípios, denúncias e mais denúncias em vários municípios. Se não há o rigor, se não há uma ação efetiva do Estado, há o relaxamento na mesma sequência dos municípios. Então, é exatamente o rigor no Estado. É o exemplo do Estado. Nós vamos poder dar esse exemplo e essa ação enérgica também para que vereadores, nas câmaras municipais, possam cobrar e, através dessas inúmeras denúncias que estão acontecendo de irregularidades na vacinação dos municípios, possam seguir esse mesmo exemplo.

Então, para que a Assembleia cumpra o seu papel e o Estado possa cumpri-lo também dando o seu exemplo e agindo corretamente, eu queria convidar os deputados e as deputadas para assinarem conjuntamente conosco esse pedido de abertura de uma comissão parlamentar de inquérito, para que possamos averiguar todo o investimento desses recursos e ter uma ação enérgica eficaz, eficiente e exemplar no nosso Estado de Minas Gerais no combate a essa pandemia. Obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, eu estou por entender. Se a função da Assembleia é fiscalizar – inclusive, existem projetos de lei para penalizarem quem fura a fila – e a gente não tem acesso ao nome das pessoas que foram vacinadas, como é que nós vamos cumprir essa nossa função e fiscalizar? Então, estou sem entender. Se for essa a lógica de o Poder Legislativo, o Parlamento que tem por função fiscalizar, não poder ter acesso a dados fiscalizatórios, nós podemos desistir e eu entrego o meu mandato, presidente. Se a Assembleia de Minas não tiver autoridade para fiscalizar... Desculpe-me, secretário, mas isto aqui é um Poder de fiscalização do Estado. Como é que nós vamos... É prevaricação! É prevaricação! Se existem, inclusive, leis para punirem quem fura fila e nós não temos acesso para ver quem foi vacinado, para ver se aquela pessoa corresponde aos critérios ou não, o senhor me desculpe, mas é prevaricação negar uma informação dessa para a Assembleia de Minas. Desculpe-me, mas é inaceitável uma coisa dessa.

O presidente – Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado, de forma nenhuma eu falei em negar. Eu preciso é efetivamente consultar a assessoria jurídica a respeito do sigilo individual, de cada pessoa. Eu, por mim, entregaria tudo. Não tem nada de errado! Está tudo sendo feito conforme deve ser feito. O que eu não posso é expor os outros, porque existe uma proteção de dados e tudo o mais. Isso é próprio de saúde. Quem vive de saúde sabe muito bem disso. Não sendo ilegal, faço questão de entregar aos senhores. Não tem nada de errado. Certo?

O presidente – Vamos agora passar a palavra ao deputado Inácio Franco, líder da Maioria nesta Casa. Com a palavra, o deputado Inácio Franco.

O deputado Inácio Franco – Boa tarde! Boa tarde, presidente. Agora estão ouvindo, presidente? Está chegando o som?

O presidente – Sim. Estamos ouvindo bem.

Palavras do Deputado Inácio Franco

Boa tarde, presidente Agostinho; boa tarde, secretário. Quero cumprimentar o nosso secretário; os nossos líderes André Quintão, Raul Belém e Cássio; enfim, os nossos deputados.

Secretário, hoje a gente vê que a grande preocupação da população de Minas é a respeito da vacinação; todo mundo querendo ser vacinado. Nós estamos vendo aí as prioridades de idade – e parece que hoje estão vacinando os de 80 a 85 anos – e também o movimento dos prefeitos para se agruparem e comprarem vacina. Pelo o que o senhor falou, hoje a vacina só vem através do governo federal. Não é? Então, eu perguntaria: a gente está vendo essa reunião, essa união de alguns municípios – Belo Horizonte, Uberlândia, Contagem – e os prefeitos com recurso financeiro para adquirir essa vacina. Tem como os municípios adquirem essa vacina? Tem como laboratórios particulares comprarem essa vacina, importarem essa vacina e venderem nos laboratórios para a população? Essa é a grande questão. Nós temos ouvido de várias pessoas muitos questionamentos. Hoje realmente o que está nos preocupando é a respeito da vacina. Está todo mundo querendo ser vacinado.

Outra questão, secretário, é a respeito do hospital regional do Noroeste. Nós estamos vendo aí o Noroeste, assim como o Triângulo Mineiro, em onda roxa. Vamos citar Unaí, que é uma cidade-polo no Noroeste. Mas o hospital regional fica em Patos de Minas, o senhor sabe disso. Isso é o maior absurdo. Inclusive, já havia até um comprometimento do governo do Estado para que Unaí

tivesse o hospital regional para atender, realmente, o Noroeste de Minas, porque hoje o hospital do Noroeste é no Alto Paranaíba. É um absurdo isso. A gente está vendo, naquela região, a onda roxa. A coisa lá está bem complicada mesmo.

Então, a pergunta é a seguinte: realmente há intenção do governo do Estado de resolver esse problema do Noroeste com o hospital regional? Isso aí já era para ter... Nós já estamos com mais de dois anos de governo. Desde o início nós colocamos esse questionamento. Eu gostaria de saber do senhor, secretário, se há realmente vontade política do governo de fazer o hospital regional do Noroeste mesmo, para atender o Noroeste e não o Alto Paranaíba para atender o Noroeste. Seriam esses os questionamentos. A gente está vendo diversas perguntas a respeito da Funed. Sabemos do corpo clínico da Funed. É que realmente daria para poder... Teríamos como investir muito na Funed e haver a fabricação da vacina aqui em Minas Gerais. Mas o senhor já foi questionado; isso já foi respondido. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Inácio Franco. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado Inácio Franco, obrigado pelas perguntas. Em relação às vacinas, é muito importante isso, ou seja, nós, do Estado, estamos participando, junto com a Funed, da tentativa de podermos comprar vacinas e repassar, pelo Programa Nacional de Imunização, para onde nós temos a vacina. Além disso, nós participamos, junto com os demais governos estaduais, de perspectivas de aquisição de vacinas também, levando em consideração que elas têm aquele critério em que tem que se chegar antes do final do programa de imunização. O privado, se conseguir, pode também. Todas as informações que nós temos das fábricas, que já contactaram a secretaria, com que nós tivemos relação, é que a preferência será para o governo federal inicialmente e só depois para o privado.

É muito oportuna sua fala em relação à discussão do Noroeste. O Noroeste é uma região... Desde o início da administração, nós estamos muito focados em ampliar a capacidade assistencial do Noroeste. Aliás, estamos tentando ampliar a capacidade assistencial de Patos de Minas; e, em Paracatu, a capacidade operacional. Na própria Unaí, nós temos interesse em desenvolver a capacidade operacional: desenvolvendo um hospital naquela cidade ou qualificando o que já existe lá. Além disso, nós temos um programa para, neste ano, iniciarmos a implantação do Samu Regional na Região Noroeste, justamente porque é uma região com uma densidade populacional pequena e as extensões são gigantescas. Então, o Samu vai trazer um impacto assistencial também muito importante na região Noroeste. Nós entendemos que, com isso, traremos a melhora da assistência e da qualidade assistencial, de uma forma geral, na região.

O presidente – Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier – Secretário, o senhor disse que pensa, planeja alguma coisa em termos de hospital no Noroeste. Eu participei de uma reunião com V. Exa. no ano de 2020, no início do ano, em que o prefeito de Unaí, o José Gomes Branquinho, ofereceu a parceria com o governo do Estado para a construção do hospital regional do Noroeste. Naquela ocasião, V. Exa. incluiu o hospital regional do Noroeste como um dos hospitais a serem construídos pelo Estado entre os 11 hospitais regionais. Inclusive, a notícia agora que nós temos é de que o dinheiro da Vale será utilizado para a construção e a finalização desses hospitais. O Noroeste terá ou não o hospital regional, secretário?

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Isso é interessante. Aquela reunião que nós fizemos, deputado, foi no início de 2019 mais ou menos. Foi bem lá no início, quando o prefeito queria que inseríssemos naquela consulta que nós estávamos fazendo de interessados. Então era um momento diverso do que nós temos agora. Naquele momento, nós inserimos. Não houve nenhum interessado em seguir com um projeto de construção de um hospital regional lá. Depois daquele momento o que nós fizemos foi um plano de desenvolvimento da saúde na região, junto da superintendência regional via a gerência regional de Unaí, para que pudéssemos ter um planejamento.

Quanto a construir um hospital ou não talvez seja o objetivo ampliarmos leito e a assistência e não simplesmente termos a obra. O nosso objetivo inicial é ampliar a assistência, pois assim nós conseguimos ser mais ágeis. Então, em Paracatu, nós estamos

ampliando. Nós estamos buscando agora, na medida em que houver condição financeira, ampliar a Santa Casa de Unaí, o Hospital de Unaí, para se ter um pouco mais de leitos; e aí, sim, depois tentarmos ver se é viável a construção de um hospital regional. A viabilidade de um hospital regional depende de mão de obra, depende de toda uma estrutura. Eu acho que é possível, mas a gente não constrói um hospital com essa rapidez. Por outro lado, o acordo da Vale teve como foco concluir os hospitais que estão parados. Isso é que fazia parte do acordo da Vale, ou seja, o objetivo agora é concluir os hospitais que estão parados com esse acordo. Certo?

O presidente – Questiono ao deputado Inácio Franco se quer fazer uso da réplica para um novo questionamento.

O deputado Inácio Franco – Eu ia chegar aí. A minha réplica seria exatamente a respeito do recurso da Vale. Lá, na região de Unaí, em Unaí, já está sendo construído um hospital do câncer. Às vezes, com esses recursos da Vale, poderia se fazer uma PPP – e lá está sendo feito com recursos da população da região – e terminar aquele hospital, que poderia ser um hospital regional para atender o Noroeste de Minas, porque hoje, como eu falei, secretário, o pessoal do Noroeste está sendo atendido no Alto Paranaíba. Não, realmente não comporta. Nós estamos vendo pessoas morrerem todo dia por falta de atendimento. Lá não há leito. A notícia... Eu estive na região. Está superlotado. Por quê? Porque o Noroeste... Levam-se todos para Unaí. Em Patos, já não estão recebendo mais pacientes. Então, a coisa está muito complicada mesmo, secretário. Mas vamos rezar! Vamos rezar para que tenhamos dias melhores. Muito obrigado.

Debates

O presidente – Vamos iniciar agora a palavra dos parlamentares. Com a palavra, o deputado Sargento Rodrigues, para os seus questionamentos.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Sr. Secretário Carlos Eduardo, primeiramente, V. Exa. percebeu que um assunto que incomodou a todos nós aqui foi essa questão do chamado fura-fila. O senhor deve perceber que vários parlamentares fizeram a afirmação. Eu só queria, presidente, assessorando aqui o nosso presidente da Comissão de Saúde e os demais parlamentares que abordaram esse tema, dizer que o art. 73 da nossa Constituição do Estado, que é o grande balizador das nossas audiências públicas e orienta a exata fiscalização que nós fazemos do Poder Executivo, diz o seguinte: "A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz. § 1º – Os atos das unidades administrativas dos poderes do Estado e de entidade da administração indireta se sujeitarão a: I – controles internos exercidos, de forma integrada, pelo próprio Poder; II – controle externo, a cargo da Assembleia". O § 2º, deputado João Vítor Xavier, diz o seguinte: "É direito da sociedade manter-se correta e oportunamente informada de ato, fato ou omissão imputáveis a órgão, agente político, servidor público ou empregado público e de que tenham resultado ou possam resultar: I – ofensa à moralidade administrativa, ao patrimônio e aos demais interesses legítimos, coletivos ou difusos".

Então, secretário, é só para deixar claro que o senhor tem todo o direito de recorrer lá à sua assessoria jurídica, mas é dever do senhor encaminhar a lista. Nós estamos tratando de servidores públicos. Nós não estamos tratando aqui da inviolabilidade à vida privada de nenhum servidor. Se o servidor público foi vacinado, é um dever do senhor encaminhar a lista. Eu aqui sugiro aos colegas deputados e deputadas que estão atentos ao tema que seja enviado o nome completo, o cargo, a função e o setor de lotação, porque aí nós vamos demonstrar, na prática, que houve, sim, a furação da fila e que inverteram a prioridade.

Eu fico aqui, secretário, muito preocupado, como presidente da Comissão de Segurança Pública, porque, há poucos dias, morreu um coronel da Polícia Militar. Nós temos diversos servidores; nós temos a Polícia Militar, que está 24 horas por dia nas ruas. Então, eu não posso admitir que o senhor priorize a vacinação de servidores que estão na área burocrática em face daqueles que estão lá na rua. Os bombeiros estão socorrendo, os policiais penais estão dentro de um presídio, os agentes socioeducativos dentro das unidades. Então, esses servidores devem ter prioridade. E o que me causa mais estranheza, deputado João Vítor, ilustre presidente e colegas deputados, é que o comando das instituições Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, a chefia da Polícia Civil, o

secretário de Justiça e Segurança Pública já oficiaram o secretário, já cobraram dele uma resposta sobre essa priorização e ainda não obtiveram uma resposta plausível.

Então, secretário, não é uma pergunta, é apenas uma colocação. As perguntas mesmo que eu gostaria que os senhores respondessem com clareza são as seguintes: o senhor disse aqui em algumas das respostas dadas a outros colegas deputados que nós estamos avançando, que a contaminação está avançando no Estado, por isso o governo vem decretando agora a onda roxa. Então, quantos leitos havia no hospital de campanha aqui na Gameleira? Por qual motivo foi desativado? O que o governo está esperando para reabrir o hospital de campanha, considerando-se que, se há o agravamento em outras regiões, o hospital de campanha poderia muito bem receber essas pessoas para também dar esse suporte. Então, na verdade, as perguntas que eu gostaria que o senhor me respondesse são essas.

Em relação ao envio da lista, não é favor do senhor, é um dever, como secretário de Estado, encaminhá-la na forma como o requerimento for aprovado aqui pela Mesa Diretora desta Casa.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado, eu acredito no valor das forças de segurança. Nós somos, como Secretaria de Estado de Saúde, extremamente gratos ao apoio que as forças de segurança têm nos dados. Nós acreditamos que o trabalho delas realmente tem sido árduo; eles estão presentes no trabalho desde o primeiro dia da epidemia, assim como a saúde. Ou seja, são grupos que nós entendemos como grupos prioritários e que serão vacinados prioritariamente. Inclusive eu tenho conversado isso com o secretário de Segurança Pública para que a gente comece a planejar, principalmente se o volume de vacinas chegar efetivamente nesse volume.

Em relação ao hospital de campanha, nós temos dois comentários específicos a serem feitos. O primeiro é que nós tínhamos o hospital de campanha naquele momento em que nós estávamos tentando abrir leitos no Estado. Era um hospital para leitos de enfermaria, e nós saímos de 11 mil leitos para 20 mil leitos de enfermaria em todo o Estado. Então, neste momento, nós conseguimos ampliar leitos muito mais do que havia no hospital de campanha, e os equipamentos do hospital de campanha foram direcionados para os hospitais da Fhemig, inclusive mantendo leitos abertos. Ou seja, de uma certa forma, nós mantivemos a ampliação de leitos, e não dentro do local que é dito como hospital de campanha.

Por outro lado, hoje nós temos mais de 15 processos seletivos simplificados para contratação de recursos humanos na região metropolitana para trabalhar na Fhemig. Isso mostra que nós estamos encarando uma escassez de recursos humanos. Então, muito dificilmente a gente teria condição de abrir um hospital de campanha e colocá-lo para funcionar sem fazer a predação. O que é isso? Sem a gente tirar recurso humano de onde ele já está. Então, do ponto de vista prático, abrir um hospital de campanha aqui seria nós tirarmos leitos que já estão funcionando para lotar no hospital de campanha por causa da falta de recursos humanos.

É importante dizer, para os senhores terem ideia, que a maior dificuldade que nós temos no sentido de ampliação de leitos, de uma forma regular, é recurso humano. Não há mais profissionais de saúde em volume necessário para a gente ir abrindo leito. Acabou. Nós abrimos tantos leitos no Estado, mas tantos leitos, que nós exaurimos a capacidade de recursos humanos do Estado. É claro que, um ou outro leito, a gente consegue, mas falo de abertura ampla, e nós já chegamos praticamente ao limite. Não sei se eu expliquei.

O presidente – Com a palavra, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, em relação ao hospital de campanha, a resposta foi satisfatória, mas ainda retornando ao outro tema, à primeira abordagem que nós fizemos, o secretário fala que tem buscado fazer reunião, encontro com os chefes de polícia para priorizar. Ora, ele deveria ter priorizado em vez de ter vacinado 500 servidores da área burocrática e não da área-fim da saúde. É algo inadmissível você ter um policial militar na rua, 24 horas patrulhando as ruas do seu bairro, da sua cidade, tendo contato direto com as pessoas; você ter um bombeiro militar, um policial penal, um policial civil dentro da delegacia, um agente

socioeducativo e tomar conhecimento de que uma área burocrática do governo foi priorizada. Eu espero que depois dessas cobranças que estão sendo feitas aqui pela Assembleia, presidente, nós possamos... Falo isso, secretário, porque, por sua decisão – e eu estou com os dados atualizados aqui agora, presidente Agostinho Patrus –, para prevenir contra a Covid, o governo colocou nas ruas 12.697 presos. Vou repetir: 12.697 presos estão nas ruas em razão da pandemia. Então priorizam-se presos por causa da pandemia, colocam-nos na rua. E os agentes públicos que estão lá para salvaguardar a sociedade, como foi o caso dos bombeiros aqui, em Brumadinho? Não é preciso dizer isso. Quem é que foi lá pegar o touro com a unha, com a mão? Foram os bombeiros, foi a Polícia Militar, foi a Defesa Civil; e depois a Polícia Civil foi completamente envolvida.

Então, presidente, faltou ao governo, neste caso, olhar com atenção. Infelizmente ele não teve a visão correta ao priorizar. Que vacine o policial militar que está na rua, o bombeiro que está na rua, o agente socioeducativo que está dentro da unidade socioeducativa, o policial penal que está na penitenciária, o policial civil. Em vez disso priorizam e colocam 12.697 presos por causa da pandemia. E aí, ilustres colegas deputados, imaginem a situação da polícia, que já tem um trabalho gigantesco para prender e agora vê os presos reincidindo novamente. Ou seja, falta prioridade e, eu diria, falta uma resposta satisfatória, presidente. Com base no art. 73 da nossa Constituição do Estado, nós esperamos que a relação seja encaminhada o mais breve possível com a descrição do cargo, a função e o setor de lotação. Presidente, isso constitui algo mais grave, e, com certeza, o próprio Ministério Público se encarregará de fazer a denúncia da autoridade que assim procedeu. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Passamos a palavra agora ao deputado Repórter Rafael Martins. Peço aos deputados a gentileza de, se possível, se aterem ao tempo. Temos ainda mais de 20 parlamentares inscritos, e, para que todos possam fazer uso da palavra, é necessário que cada um possa ser o mais objetivo possível. É uma solicitação que faço, dentro do possível, a cada uma das parlamentares e dos parlamentares. Com a palavra, deputado Repórter Rafael Martins.

O deputado Repórter Rafael Martins – Boa tarde, colegas deputados e deputadas; muito boa tarde, Sr. Presidente Agostinho Patrus; boa tarde, secretário de Saúde, Carlos Eduardo Amaral.

Gostaria de iniciar a minha fala manifestando as minhas mais sinceras homenagens aos agentes de saúde que estão na linha de frente nessa pandemia e também aos outros milhares de servidores estaduais que ainda não sabem quando serão vacinados, a exemplo dos nossos militares, mas que ainda assim também estão na linha de frente no combate dessa pandemia.

Quero dizer ao senhor, secretário, que lamentavelmente não me sinto contemplado por boa parte das suas respostas, principalmente no que diz respeito à Funed. Há quase dois meses eu conversava com o Flávio da Fonseca, que é cientista, presidente da Sociedade Brasileira de Virologia e também do CT Vacinas; eu conversava ainda com a Dra. Paula, que inclusive concedeu uma entrevista agora na 98, e eles são categóricos, secretário, em afirmar que a Funed, por motivos políticos, ainda não iniciou a fabricação das vacinas. São palavras de cientistas do CT Vacinas e que também estão na linha de frente.

Ora, alguém está mentindo ou alguém está sonhando informações não para o deputado Rafael Martins, mas para milhares, milhões de mineiros e mineiras. Então nós precisamos saber exatamente a realidade da Funed. Existe um projeto de lei em tramitação nesta Casa, o PL nº 2.428, de minha autoria, e eu gostaria de pedir aos deputados e às deputadas que se atentassem a isso.

Bom, seguindo aqui, secretário, em se confirmando as denúncias do Ministério Público sobre a facilitação das vacinas, sobre o fura-fila pelos servidores da área administrativa comandada pelo senhor, inclusive a vacinação do senhor, eu acho imoral, principalmente da sua parte, secretário. É uma atitude imoral. Pode ser legal, mas, do ponto de vista moral, entendo que o exemplo precisa vir de cima para baixo. Desculpe-me a franqueza, secretário, mas aqui estou falando em nome de milhões de mineiros e mineiras e de quase 20 mil mineiros e mineiras mortos nesta pandemia. Aliás, quero aqui me solidarizar com eles citando o nome de uma ACS, a primeira ACS vítima da Covid em Belo Horizonte: Sra. Márcia Aparecida Aquino de Oliveira, minha vizinha, moradora do Bairro São José. Ela foi a primeira ACS da linha de frente vítima da Covid em Belo Horizonte.

Olha, senhor secretário, essas denúncias do Ministério Público partiram de dentro da secretaria do senhor, vieram lá de dentro. O senhor falava aqui da história da formiguinha, e eu vou lhe contar a história do navio afundando. Quando o navio está afundando, secretário, o capitão e a sua tripulação não podem ser os primeiros a pular no bote salva-vidas. Não podem ser os primeiros. Isso é exemplo, isso é liderança. E se as vacinas, secretário, são comprovadamente a nossa única chance de combater a pandemia, podemos concluir que as pessoas não morrem mais de Covid-19 em nosso estado, morrem por falta de vacina. Acredite, no futuro essas mortes poderão ser colocadas na conta de todos nós, por negligência. Por isso a nossa preocupação em vacinar a população de Minas Gerais, por isso a nossa pressa. Essa doença chega cada vez mais perto das nossas casas, dos nossos amigos e familiares. Eu tenho exemplos em casa. Essa é a nossa pressa.

Portanto, peço mais sensibilidade do governo de Minas porque nós não podemos tratar apenas de números, nós temos que tratar do indivíduo, da pessoa. Então nós temos pressa, sim, para vacinar a nossa população. Temos condições, de acordo com o presidente da Sociedade Brasileira de Virologia, de produzir essas vacinas na Funed. Não podemos mais ficar aqui, deixar em segundo plano o protagonismo que deveria ser nosso. O nosso Estado de Minas Gerais não pode abrir mão desse protagonismo que é dele de produzir as vacinas e puxar essa locomotiva, esse grande país que é Minas Gerais.

São essas as minhas considerações e reflexões. Não farei mais perguntas porque todas que eu tinha para fazer foram feitas. Não me senti contemplado em boa parte delas, como eu disse, mas é isso. Não é fácil estarmos aqui, secretário. Não é fácil. Eu entendo a posição do senhor, mas nenhum de nós, nenhum dos deputados e nenhum dos senhores que estão no governo foi obrigado a estar onde está. E, se estão, é porque vocês se colocaram à disposição e precisam dar conta desse recado. É para isso que nós estamos aqui. Ninguém nos obrigou a ser deputado nem a ser secretário. Nós nos colocamos à disposição e nós temos que dar essa resposta.

Muito obrigado pela oportunidade. Deus abençoe o nosso Estado de Minas Gerais. Que sejamos mais ágeis e mais objetivos nas respostas que temos que dar aos milhões de mineiros e mineiras. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Repórter Rafael Martins. Com a palavra, secretário Carlos Eduardo Amaral.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – É mais nesse sentido. O que eu tinha para falar a respeito da Funed eu já falei.

Talvez seria importante, deputado, nós convidarmos o Flávio para ir à Funed para conhecê-la, saber como ela funciona e quais são as suas dificuldades. Assim, talvez, ele tivesse a condição de fazer uma avaliação, uma crítica. Não sei também qual seria a experiência dele, do ponto de vista de indústria, não é? Eu acho que valeria a pena. É muito importante a gente fazer isso. Como o senhor falou, nós temos que ser abertos, faz parte do nosso dia a dia.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Com a palavra, para suas considerações, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Bom dia a toda a população de Minas Gerais que nos acompanha nesta reunião; bom dia também às senhoras e aos senhores deputados, presidente Agostinho Patrus. Quero saudar aqui também o presidente da Comissão de Saúde, João Vítor Xavier, nosso colega deputado, e aproveitar para lhe desejar sucesso aí nessa nova empreitada desafiadora.

Muito já foi falado, não é? Acho que as intervenções aqui dos colegas deputados traduzem um pouco todas as nossas preocupações, que estamos vendo e vivenciando nos diversos municípios e também escutando muitas ponderações da nossa população. Eu quero registrar aqui, secretário, que a pandemia vem acometendo muitas vidas em Minas Gerais. Já estamos aí lamentavelmente... (– Falha na transmissão do vídeo.)

O presidente – Parece que tivemos um problema de conexão com a deputada Ana Paula Siqueira. Vamos ver se conseguimos retomar.

A deputada Ana Paula Siqueira – Presidente...

O presidente – Pois, não. Conseguimos. Pode continuar, deputada.

A deputada Ana Paula Siqueira – Quero destacar aqui que a pandemia vem acometendo muitas vidas, não é? Já são quase 20 mil no Estado – aproveito para me solidarizar com as famílias. Deixa impactos profundos na nossa sociedade e tem repercussões altamente preocupantes especialmente para nós, mulheres. Eu quero destacar aqui que os números são trágicos. Este ano o nosso evento Sempre Vivas, que marca o mês de importantes lutas das mulheres, tem a temática "As mulheres em tempo de pandemia". Na sexta-feira, dia 12, nós teremos um enfoque na questão da saúde pública, das políticas de saúde. Peço à Secretaria de Estado que possa nos acompanhar porque serão trazidas várias ponderações do olhar feminino sobre essa temática. É muito importante que a Secretaria do Estado possa se atentar a todas as ponderações.

Nós, mulheres, somos maioria na sociedade, maioria na linha de frente do trabalho na área da enfermagem – queria cumprimentar também todas as enfermeiras –, também na área da educação, e a gente vive esse debate aí de voltar as aulas e ficar sem aula, mas nós precisamos considerar as vidas e, para garantir as vidas, nós precisamos da vacinação.

Já foi aqui colocado, secretário, diversos aspectos sobre a Funed, mas eu quero só reafirmar aqui o desejo de que, agora que governador do Estado compreende bastante bem o papel da Funed, que é essa instituição aqui no Estado, que nós possamos trabalhar na perspectiva de retomar à função básica da Funed, que é o trabalho com o desenvolvimento das vacinas. Perdemos, sim, lamentavelmente, o protagonismo nesse momento da pandemia, mas, para frente, acho que é possível – se isso for vontade política deste governo – a gente reorganizar a Funed de modo que ela possa, de fato, cumprir o seu principal papel em nosso estado, inclusive, gerar renda e garantir que outras vacinações possam ser feitas, garantindo também a saúde da nossa população.

Quero destacar, secretário, que esses (– Falha na transmissão do áudio.), ponderações em relação à vacinação, à priorização de grupos que não são prioritários, nos preocupa bastante.

Quero chamar a atenção aqui para o registro que foi feito pelos pesquisadores do Comitê de Saúde da Fiocruz, no tocante ao recorte da pessoa idosa. Esse comitê indica a priorização dos grupos que lidam com as pessoas idosas. Quero destacar os cuidadores e cuidadoras de idosos como pessoas importantes, profissionais importantes nesse processo da vacinação porque lidam com a população mais fragilizada, mais acometida pela Covid-19. Quero pedir a atenção do Estado para que a gente possa também garantir que esses grupos que estão em contato direto com os grupos de alto risco possam também ter a sua prioridade.

Para encerrar, presidente, embora o secretário já tenha falado e os meus colegas deputados tenham se posicionado, quero destacar que recebi de um mineiro as preocupações em relação aos investimentos na saúde. Recentemente foi veiculado num grande jornal nosso que o Estado de Minas é o estado que menos investiu em saúde no País no ano passado. Constitucionalmente, o Estado tem que destinar 12% de sua receita decorrente de impostos e Minas Gerais investiu 10,75%. Então, isso nos preocupa porque os dados trazidos hoje aqui são robustos, porque, na prática, me parece que a gente percebe, até pela falta de agilidade nos processos de vacinação, de atendimento com as UTIs, de contratação de equipes, que esses investimentos deveriam ter sido feitos em tempo e hora e a gente precisa organizar isso. Obrigada, presidente. Obrigada, secretário. Espero que a gente possa rapidamente, no Estado de Minas Gerais, acelerar todo esse processo de vacinação para garantir a vida da nossa população.

O presidente – Muito obrigado, deputada Ana Paula Siqueira. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputada Ana Paula, agradeço os comentários. Acho que tende a ser um consenso que precisamos fortalecer a Funed, lembrando que ela tem um tripé da pesquisa, que realmente é muito importante, do laboratório e da indústria, ou seja, o nosso objetivo é realmente esse. Só que nós pensamos que a forma de se fazer isso seja através do CMC, que é a proposta que está submetida a esta Casa.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Vamos passar a palavra, agora, ao deputado Cleitinho Azevedo, para suas considerações e questionamentos.

O deputado Cleitinho Azevedo – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todas as deputadas, aos deputados e ao povo mineiro. Quero, de primeira mão, desejar boa sorte ao meu amigo João Vítor Xavier, que está na presidência da Comissão de Saúde, que é de suma importância, neste momento, para o nosso estado. Hoje, a prioridade é a saúde. Quero mandar um abraço para o Carlos Pimenta, que foi também presidente e honrou tão bem a sua posição nesses dois anos. Que Deus abençoe vocês, que vocês possam fazer o melhor. Venho aprendendo todos os dias com você, João Vítor. Eu sei que você vai representar muito bem a Comissão de Saúde.

Sr. Presidente, quero desejar para o secretário de Saúde saúde, que é o mais importante, porque é muito fácil para a gente que está aqui, os 77 deputados, e para o povo que está lá fora também. Hoje, cada cidadão brasileiro é um treinador de futebol. Quando vão escalar a Seleção Brasileira na Copa do Mundo, todo mundo dá palpite. Hoje, todo mundo dá palpite sobre o que tem que fazer e o que não precisa fazer. Essa é uma situação nova no mundo, não só aqui em Minas Gerais, mas no País e no mundo inteiro. Então, para a gente que está aqui de fora é muito fácil falar: "Faz isso, faz aquilo, faz isso, faz aquilo". A gente pede sabedoria para o secretário, que ele possa ser sempre justo nas decisões que tomar, e que a gente também possa ser sempre justo. Peço a Deus todos os dias para ser o menos hipócrita possível, demagogo, porque a gente está falando de vidas. Quando a gente fala o que é prioridade, é muito fácil a gente falar: "Vacina aquele ali". A vida daquele morador de rua que está exposto 24 horas na rua é tão importante como a do governador. Qual é a diferença da vida do morador de rua para a vida do governador? Então, todas as vidas importam. É muito fácil falar para mim: "Priorize essa, priorize aquilo".

A gente pede é que, se a escola hoje tem que voltar, que vacinem os professores então. Se a gente conseguir reverter, acho que é importante a gente não colocar só o governo federal, por mais que seja o responsável pela imunização do povo brasileiro, e colocar os estados para vacinar e os municípios também para comprar essa vacina. Então, que a gente possa fazer isso. O que a gente pede sobre essa questão da vacina... Antes a desculpa era que não havia dinheiro, mas a gente, graças a Deus, aqui, em Minas Gerais, agora, tem dinheiro para comprar a vacina. Não adianta falar que a desculpa é dinheiro porque temos dinheiro.

A própria Assembleia, juntamente com os 77 deputados, devolveu R\$80.000.000,00. Até quero dar os parabéns para o presidente, que indicou esse valor para a compra de vacina. Então, não é desculpa a falta de dinheiro, graças a Deus. Temos dinheiro para comprar a vacina. Com o acordo em que a Vale vai indenizar o Estado, se não conseguirmos reverter essa situação, que possam comprar vacina o mais rápido possível. Caso consigam reverter essa situação, que o Estado possa fazer isso o quanto antes, porque o maior investimento que podemos fazer hoje para voltarmos à vida normal e ninguém ficar desempregado, como vem acontecendo, é vacinar esse povo. Precisamos vacinar todos o quanto antes. Pedimos a sensibilidade dos deputados estaduais, dos 77 deputados estaduais, para que possam votar o mais rápido possível esse acordo da Vale, que está aqui na Assembleia agora, porque precisamos pensar no futuro. A gente não sabe como vai ser daqui a um ano.

E, se aqueles 11 hospitais regionais que estão parados, há anos, estivessem prontos, haveria leito, não iria precisar abrir mais leitos, já haveria leitos. O que a gente pede aqui é essa prioridade. Que nós, deputados, façamos a nossa parte também. Já existe esse acordo da Vale, em que muito desse dinheiro é para a saúde. Então, que a gente possa votar o quanto antes. Não vamos fazer politicagem em cima das desgraças dos outros, não.

Então, secretário, desejo a você saúde e sabedoria. Que esta Casa faça a sua função que é fiscalizar. Ouvi do nobre deputado sobre a questão de fazer até uma CPI, acho que devem fazer uma CPI, sim. Acho que tudo que tem que ser investigado precisa ser investigado. Dessa forma, vai se mostrar que não há nada de errado. E vida que segue.

Peço a você também, secretário, atenção sobre a questão de que estamos salvando vidas, a questão do coronavírus, mas existem eletivas no Estado inteiro que estão paradas. Pedimos atenção urgentemente para essa questão da cirurgia eletiva, porque ela é tão importante como a questão do coronavírus. Recebo quase 50 pedidos por dia, de demanda por cirurgia. Então, que vocês possam

olhar com atenção esta questão e que esta Casa possa estar trabalhando junto com vocês para resolvermos esse problema o mais rápido possível. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cleitinho. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado, por me desejar saúde. Acho que, para nós, é importante a saúde para todos. Esse é o nosso objetivo.

Em relação às cirurgias eletivas, temos discutido muito e tentado alternativas porque isso será uma outra onda com a qual teremos que lidar na saúde. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Vamos ouvir agora o deputado Hely Tarquínio, que está falando diretamente de Patos de Minas. Eu sei dos problemas que a cidade atravessa com excesso de lotação dos leitos. O deputado Hely Tarquínio, como médico, com certeza, vai poder nos trazer um pouco dessa imagem também. Com a palavra, o deputado Hely Tarquínio.

O deputado Hely Tarquínio – Presidente Agostinho Patrus, boa tarde, porque já estamos depois de meio-dia. Quero agradecer ao nosso secretário Carlos Eduardo pela presença, por dialogar conosco, ouvir a franqueza dos deputados, e também responder, na medida do possível, os questionamentos. Agradeço-lhe, então, pela presença.

Quero fazer minhas, aqui, as palavras do nosso novo presidente da Comissão de Saúde, deputado João Vítor Xavier, e desejar a ele um belo trabalho, porque sei que ele tem competência e terá um bom desempenho. Também desejo uma boa tarde aos nossos líderes de bloco, Cássio Soares, André Quintão, Raul Belém, Ulysses Gomes e aos demais deputados presentes à distância ou aí, no Plenário.

Queria inicialmente fazer uso do direito de resistência, Sr. Secretário. V. Exa. esteve aqui recentemente num dia e, no outro dia, conheceu até, a nosso convite, toda a problemática in loco da estrutura do funcionamento dos órgãos de saúde. É sabido que Patos é sede da macrorregião que alcança uma proteção à saúde, um cuidado a 900 mil pessoas. Então, gostaria de fazer um questionamento, atendendo à solicitação do povo em geral do Noroeste e também do Alto Paranaíba, principalmente do Alto Paranaíba, aqui, no caso. Como o Inácio já disse, Unaí precisa de um hospital regional, porque Patos de Minas é muito pequena, nesse caso, para atender tanta gente, com 150 leitos. V. Exa. conheceu in loco e viu a dificuldade juntamente comigo.

Mas, no outro dia, saiu a publicação do edital da Fhemig. No dia 24/2/2021, saiu o edital da Fhemig nº 01/2021 para que as OSs assumissem a gestão do Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas. Ocorre que estamos enfrentando a pior pandemia da história, que vem vitimando a população de Patos de Minas e a região, até o Noroeste, enfim, o Brasil inteiro, em meio a uma atmosfera de mortes. V. Exa. considera que este é o melhor momento para transferir a gestão do hospital regional, que atende a toda região do Alto Paranaíba e Noroeste? Essa é só uma pergunta. V. Exa. levou em conta a insegurança causada aos servidores e à população quando tomou essa decisão? Como vai ser a solução? Vai haver muitas demissões, transferências daqueles que são servidores por concurso? Por que não suspenderam o edital até que cessassem os efeitos da calamidade causada pela pandemia?

A atmosfera, Sr. Secretário, é de luto e de risco de mortes. Estamos numa situação de SOS. Saúde, Sr. Secretário, seria matéria de mercado? São Paulo, inicialmente, foi razoável e implantou isso há mais tempo; e o Rio de Janeiro. Hoje, São Paulo está cheio de rescisões de contrato. O Rio de Janeiro não precisa nem falar porque todo mundo conhece; o Paraná também e outros estados brasileiros. Gostaria que V. Exa. analisasse bem a história do hospital onde 1/3 da sua construção foi feita pela comunidade. Desde os primórdios de Olegário Maciel, em 1930, a população foi parceira na construção, na parte de gasto, no aspecto monetário, na esperança de boa saúde.

Contamos com a sua compreensão, com o seu empenho junto ao governador no sentido de suspender provisoriamente esse edital. Podemos fazer depois uma experiência quem sabe com os servidores públicos mesmo, no modelo administrativo que julgamos eficiente pelas OSs, sem alterar, sem misturar direito público e direito privado. Essa é a primeira pergunta.

A segunda, Sr. Secretário, é esta: existe a possibilidade de se antecipar o pagamento de emendas e de recursos destinados ao enfrentamento da Covid, até porque eu já destinei para a Covid, o que é de conhecimento de V. Exa., R\$3.319.000,00 para ajudar a Prefeitura de Patos, naquele hospital que está atendendo só Covid? Esperamos que V. Exa. possa nos ajudar a acelerar o pagamento nessa condição. Como já foi dito pelos colegas que me anteciparam – eu já sabia também, li na revista Valor Econômico – o gasto teria sido só 10,75%; e a Emenda nº 29 obriga o gasto de 12%. Isso é constitucional e não aconteceu. V. Exa. já justificou, mas acho que isso aí é quase absoluto, tem que acontecer. Então, num momento de estado de calamidade, gostaríamos de saber dessa resposta, porque é direito, as nossas ementas são impositivas. Gostaríamos de contar com a clemência e com a compaixão do governo para pagar esses R\$3.319.000,00 que a gente colocou lá.

Agora, pergunto de novo: existe a possibilidade de a secretaria permitir ao deputado a indicação de emendas e recursos para a aquisição de vacinas para os municípios, no sentido de acelerar a sua chegada? V. Exa. já explicou bastante as dificuldades, devido ao aspecto republicano do País, onde o ministério é que tem que decidir tudo isso, a forma de vacina, como deve chegar, quem vacinar. A gente sabe disso, mas essa hora não é hora de subserviência, é problema de socorrer o cidadão, de lutar pela vida.

E a burocracia está matando o povo. A Presidência da República, parece, é contra a vida. Ela é a favor do vírus. Então, gostaríamos que os governadores tivessem mais atitude, mas decisão, porque o estado é de guerra. Estado de guerra é de exceção. Nessa hora, nós usamos da democracia, no bom sentido, para solução que possa produzir mais vida e menos morte. Essa é a terceira pergunta. Eu gostaria de ouvir o nosso secretário. Eu fui um pouco incisivo, mas eu acho que a democracia é isso mesmo. Nós temos de representar o povo e de colocar as nossas necessidades. Nós estamos no momento de um estado de necessidade dos seres vivos. É isso. O homem e também o meio ambiente, tudo está conspirando contra nós, e o presidente da República também. Então vamos contar com o governador e com V. Exas., que são os secretários, os homens de governo. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Hely Tarquínio. Gostaria de cumprimentá-lo até mesmo pelo extenso conhecimento que o senhor tem na parte da saúde. Para nós, esse edital de OS, em Patos, é muito importante, porque nós temos o objetivo de ampliar em pelo menos 35% a capacidade assistencial, isso assim que entrar em operação. É claro que não se entra em operação... Um contrato desse não é feito em uma semana. Nós teremos aí, pelo menos, seis meses de definição do contrato, de quem será. A Assembleia liberou uma lei que, do ponto de vista de OS, é a lei mais atual do País, é a que mais resguarda todo o controle, toda a eficiência possível de se cobrar de uma OS. Isso, para nós, é muito importante. Então nós entendemos que, no momento em que nós precisaremos ampliar a capacidade assistencial, o número de cirurgias, passada essa pandemia, com todos já vacinados, se Deus quiser, é fundamental que a gente tenha uma capacidade operacional aumentada.

De forma nenhuma se trata de demitir servidores. Pelo contrário, os servidores terão 100% dos seus direitos assegurados. O que nós queremos é ampliar a capacidade operacional. Nós temos dificuldades inúmeras nesse hospital, com contratação de recursos humanos. Nós chegamos a ter processos seletivos por mais de mil dias abertos, sem conseguir contratar. Então nós entendemos que essa alternativa vai trazer o impacto imediato na qualidade de vida, na assistência das pessoas, preservando os nossos servidores, que não terão alteração na sua qualidade funcional.

Em relação às emendas para aquisição de vacinas, eu quero crer que, caso venhamos a conseguir a possibilidade de aquisição de vacinas pelo Estado, nós todos faremos um esforço muito grande – eu tenho certeza de que o Executivo junto à Assembleia – para viabilizarmos a aquisição de vacinas pelo Estado. Basicamente é isso.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Questiono o deputado Hely Tarquínio se quer fazer uso da réplica para mais alguma colocação.

O deputado Hely Tarquínio – Quero fazer com muita ênfase, porque, na verdade, essa hora traz muito problema social, Sr. Secretário. Eu acho que isso aí... Eu estou inclusive pedindo aqui o apoio dos colegas. Nós vamos fazer requerimento no sentido de prorrogar essa validade ou possivelmente de suspender, suspender esse processo do edital, por enquanto, porque isso tem que ser melhor pensado. Patos foi sorteado pelo governo. Parece que o governo não tem sido presente. A administração está confessando. A administração pública de Minas está confessando. Ele disse no edital que o hospital e seus servidores são ineficientes. Isso não é verdade. Então nós queremos aqui reiterar, Sr. Secretário, que o governo deveria ter eficiência, através de seus servidores, através da Escola de Governo, a Fundação João Pinheiro. Deveria preparar esse pessoal, o servidor público, logicamente com os contratados. Por que não imitam uma OS? Temos de contratar pessoas da iniciativa privada.

Outra coisa, existem muitos furos no contrato. É só ler. Aquilo dá muita margem a relações espúrias. Então eu acho que isso tinha de ser mais discutido. Nós vamos levar para o Plenário da Assembleia e para as comissões essa discussão. Eu gostaria que o senhor fosse o nosso mediador junto ao governo, pedindo essa prorrogação, a suspensão desse contrato. Nós vamos trabalhar na Comissão de Saúde, nas comissões diversas, para contar com o apoio do João Vítor Xavier, porque há, sim, no ar, a gente percebe que a maioria é contra. Lógico que é polêmico, mas ao longo da história de implantação das OS não foi bem-sucedida onde aconteceu a experiência. Essa é a nossa posição. Eu entendo que V. Exa. tem uma visão diferente.

Agora, com relação às vacinas, com relação à aceleração do pagamento. Acho que o senhor não respondeu. Quanto ao pagamento das nossas emendas para ajudar na Covid como um todo. Também – quem sabe? – se o caminho ficar permeável, através de uma exigência circunstancial, porque a própria implantação de OS é num momento em que as circunstâncias não corroboram, não conspiram para implantar OS neste momento. Se a gente pode também fazer destinação de dinheiro aos municípios para comprarem a vacina, porque os prefeitos estão se movimentando.

O presidente – Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio. Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente, boa tarde, secretário. Quero também cumprimentar aqui o presidente da Comissão de Saúde, João Vítor Xavier. Quero também aqui desejar saúde e melhoras para os parlamentares e todos da família que estejam nessa situação, buscando melhorias e confiando no secretário de Estado como essa figura que deveria ter autoridade sanitária para representar a gente.

Eu tenho duas perguntas. Tenho também uma solicitação. Depois eu quero também dizer um pouco dessa preocupação em relação às medidas de vigilância e de cuidado com as vacinas. Primeiro, secretário, eu observei atentamente a apresentação que o senhor trouxe. Eu queria entender melhor o que o senhor está chamando de contratualização de novos leitos. Nós aprovamos, aqui na Casa, uma série de recomendações para o Estado, uma delas é leito para todos, que a fila do SUS seja atendida, que as demandas do SUS sejam atendidas pelos hospitais privados. Eu queria entender o que o senhor está fazendo aí, se, ao invés de ampliar os leitos do SUS, está contratando leitos privados. Eu queria entender mais sobre isso. Eu queria também ouvir do senhor... Em 2020, o senhor apresentou aqui um potencial de crescimento de 2.589 leitos. Quantos foram implementados desse potencial? É justamente para o senhor responder se vai continuar transferindo pacientes de nosso Estado para São Paulo.

Com isso, secretário, também a solicitação é no sentido de o senhor encaminhar, de forma detalhada, o uso dos recursos de guerra, dos recursos que o governo federal encaminhou para o Estado de Minas Gerais, como estão sendo usados, como estão sendo gastos diante desses dados aí que já foram apontados por meus colegas de haver uma queda no investimento da saúde em plena pandemia.

Por último, eu quero trazer que existe um projeto de lei aprovado aqui na Casa também, que não foi construído só por mim, mas também por outros parlamentares, que foi incorporado à Lei nº 23.631, que a gente chama de projetão. Eu queria saber como está sendo implementado o art. 12-D, dessa lei, que estabelecia uma série de diretrizes, secretário, para atender e assegurar equidade na questão da saúde da população negra. Eu quero saber como está sendo implementado isso.

Para fechar, secretário, eu ainda não consegui compreender, dentro das minhas limitações, qual é o critério legal que o senhor utilizou para acessar a vacina. Outros parlamentares já se posicionaram, mas eu quero dizer aqui o quanto me sinto com medo, ansiosa, envergonhada de saber que além de o Estado, além de o governador Zema não ter construído uma autoridade sanitária, com respeito, com orientação para as regionais, com tratamento rápido e seguro, a equipe do senhor ainda retirou mais de 500 doses de vacinas dos idosos, desviou as vacinas. Eu fico me vendo aqui. Eu venho de família de matriarcas. Moro em Ribeirão das Neves. Aqui há mais de 30 idosos com idade acima de 100 anos. Nenhum deles foi vacinado até o momento, porque as doses que chegaram aqui só atenderam, até agora, os trabalhadores da saúde que estão ali, o que é direito. Há mais de 30 idosos com idade acima de 100 anos aqui, em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que não foram vacinados. São mães, matriarcas, arrimos de família. Muitos nem têm aposentadoria, estão vivendo de Benefício de Prestação Continuada. Elas não foram vacinadas. Qual é o critério? Qual é o critério legal? É dramático, é imoral pensar que todas as pessoas que estão pegando ônibus, que estão fazendo limpeza urbana, que estão garantindo segurança pública foram prejudicadas por essa medida que o senhor tomou. É vergonhoso. Dá medo pensar na falta de ética do governo do Estado neste momento. O senhor usou de um cargo público, secretário, para desviar e se apropriar de forma... Apropriação indébita é uma conduta que está prevista no Código Penal.

Diante dessas denúncias, esta Casa, o Ministério Público precisa não só apurar os nomes de quem participou dessa conduta criminosa junto ao senhor, mas também responsabilizar. O senhor feriu o princípio da impessoalidade. O senhor feriu o princípio da administração pública, que é pensar no bem comum, coletivo. Uma lei aprovada nesta Casa que estabelecia critérios... Aqui quero ressaltar que os indígenas que não estão aldeados também estão lutando para alcançar o direito de serem vacinados. Então a pergunta é: qual é a instância do SUS em que o secretário produziu o entendimento de que a sua equipe, em trabalho remoto, estaria no grupo de prioridade?

Quais medidas o senhor vai adotar agora? Eu acho que o senhor perdeu muito, do ponto de vista moral e ético, à frente da Secretaria de Saúde, para cumprir a finalidade que este Estado precisa cumprir agora. Vários municípios sem UTIs. Então pergunto ao senhor: quais serão as medidas adotadas para impedir que irregularidades como as que o senhor cometeu não venham a acontecer mais? Como serão responsabilizados, administrativamente e penalmente, todos aqueles que participaram dessa monstruosidade de furar a fila dos idosos, furar a fila de quem está, de fato, pegando ônibus cheio todo dia para ir para as UPAs?

Então, secretário, eu espero ainda, eu acredito ainda na institucionalidade onde estou, acredito no papel de fiscalizar e aguardo as respostas do senhor, respostas às demandas mas também ao requerimento que solicita o detalhamento dos gastos dos recursos que vieram do governo federal. Essas são as minhas contribuições, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputada. Em relação ao que falamos sobre a contratualização dos leitos do SUS, lembro que toda vez que se abre um leito do SUS temos de fazer um contrato para que o Estado possa pagar. Então o que nós fizemos foi a ampliação de leitos. Eram 2.072 leitos de terapia intensiva, passamos para 4.075. Esses leitos ou são arcados através da habilitação pelo ministério... Caso não sejam – são 800 leitos atualmente –, nós, do Estado, contratualizamos e passamos a pagar esses leitos do SUS para servir aos pacientes do SUS.

Em relação à vacinação, volto a enfatizar que o PNI e a deliberação da CIT e depois a da CIB colocam os servidores das secretarias estaduais e municipais de Saúde em algum grau de priorização também.

O presidente – Muito obrigado. Com a palavra, para a réplica, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Secretário, eu infelizmente discordo do senhor. Existem recomendações do governo federal, do Ministério da Saúde, existem recomendações do Estado de Minas Gerais. É lei! Descumprir lei é caso de improbidade, e está-se agindo na ilegalidade ao adotar, de forma discricionária, uma escolha com base eu não sei em quê. Precisamos saber se todos os

funcionários, se todos os servidores são comissionados ou concursados ou se foram contratados só para tomarem a vacina. Precisamos saber ainda quem são esses sujeitos que foram contemplados.

Vou aproveitar a minha réplica para dizer também que o que a secretaria está fazendo é um estrangulamento com a fusão e o desvio de vocação das entidades que são necessárias para o SUS agora. A maldade não tem limite. Então, pensar, neste momento, na fusão da Escola de Saúde Pública, da Funed e ainda do Hospital Eduardo de Menezes é, de fato, estrangulamento e desrespeito, forjando mecanismos para entregar equipamentos do SUS para a iniciativa privada. Esse processo de privatização é imoral, tão imoral quanto furar fila, secretário. São essas as minhas contribuições.

O presidente – Muito obrigado, deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, o deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior – Muito obrigado, presidente. Presidente, nós temos muitos deputados inscritos ainda, e eu queria solicitar – eu também estou na fila para usar da palavra –, como foi organizado anteriormente, que os deputados fizessem o possível para falar dentro do tempo que foi estabelecido para cada um, que seria o tempo inicial de 3 minutos. Eu sei que é um tema muito importante, mas, se os deputados puderem atender ao que foi determinado, será muito proveitoso para todos nós.

O presidente – Muito obrigado, deputado Noraldino Júnior. Com a palavra, a deputada Leninha, para suas considerações e questionamentos.

A deputada Leninha – Obrigada, presidente Agostinho. Eu queria saudar, de modo especial, os meus companheiros deputados e deputadas e o companheiro João Vítor Xavier, que preside a Comissão de Saúde. Quero cumprimentar também o secretário Carlos Eduardo por estar há tantas horas aqui. Isso é uma necessidade, porque é uma questão que está nos preocupando muito no Estado.

Eu estou falando aqui do Norte de Minas, participei da reunião no sábado com o secretário e os prefeitos para a definição da inclusão da macrorregião Norte na onda roxa, dentro do plano Minas Consciente. Eu queria trazer duas questões rapidamente. Para mim parece que a situação está incontrolável. Essa é a sensação que, às vezes, tem-me passado aqui, muito em função de que há uma necessidade grande dos gestores locais de fazerem ações complementares ao decreto da onda roxa que está no plano Minas Consciente. É impressionante porque essas ações complementares, na minha avaliação, teriam que vir associadas à ampliação de horário bancário, à ampliação das lotéricas, porque há filas enormes nos bancos, nas casas lotéricas; os ônibus, o transporte coletivo urbano lotados. Então, deveria vir uma ampliação da frota dos ônibus, não a redução dessa frota.

Eu estou falando a partir de Montes Claros porque é aqui que eu vivo. Estou ficando em casa, mas estou recebendo muitas denúncias de que entrar na onda roxa não tem significado, assim como todo esse cuidado e esse mutirão pela vida que nós estamos fazendo. Ou se fecha tudo para passar logo essa fase ou então fica essa coisa pelas metades, e a gente sem entender o que está acontecendo.

Há denúncias de alguns municípios que estão incluídos nesse decreto do governador e que estão na onda roxa, mas as pessoas estão mandando mensagens dizendo que as coisas continuam normais, isto é, o comércio está funcionando, e nada parece estar acontecendo. Ou seja, não estão seguindo o decreto.

Então, creio, secretário, que ainda falta alguém que orquestre melhor essas ações do Estado para haver nos municípios as mesmas orientações, para a gente não ter problema de um seguir a onda roxa, o outro seguir pela metade, o outro não seguir. Acho que falta ainda maior fiscalização e apoio da Polícia Militar. Enfim, há pessoas andando sem máscara ou com máscara no pescoço e no queixo. Creio que não basta decretar onda roxa, é preciso termos uma ação mais ousada de fiscalização e controle do que o que está no decreto.

Eu também me inscrevi para colocar a grave situação que vive a rede hospitalar de Montes Claros, que concentra o maior atendimento da Macro Norte. Estou falando dos hospitais. Inclusive existe um, o hospital universitário, hospital-escola que pertence ao Estado. Estou falando dessa rede hospitalar, dessa grave conjunção da crise com novos casos todos os dias e superlotação, com

100% dos leitos de UTI ocupados e ainda estão numa crise financeira tamanha, uma crise financeira que vem se arrastando desde o ano passado. Quando o governo federal decretou em julho os auxílios que viriam para o enfrentamento à Covid, muitos prefeitos retiveram os recursos e não repassaram para os hospitais. Ora, quem está fazendo o enfrentamento, de fato, para salvar vidas são os hospitais, não são as secretárias municipais de Educação, não é a prefeitura. Então por que ainda sacrificar os hospitais sem o repasse dos recursos que vieram para o enfrentamento ao vírus? Estou dizendo isso porque em Montes Claros estou acompanhando, e de fato há uma crise que afeta o enfrentamento ao coronavírus, uma crise financeira instalada que agrava a situação dos profissionais de saúde, daqueles que estão na linha de frente, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, os que limpam o chão, os que fazem a comida. Essas pessoas estão com os salários atrasados em função desse auxílio financeiro que é importante para a gente fazer esse enfrentamento.

Eu reitero a proposta do deputado Hely Tarquínio, que me antecedeu. Ele coloca essa história de a gente dar celeridade à questão das emendas não só para darmos a possibilidade de compra de vacina, secretário, mas principalmente para a antecipação desses recursos para os hospitais que estão passando por essa grave crise.

Essa sinergia deve haver entre o governo e a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Planejamento, para a gente pensar nas ações conjuntas, em um grande mutirão para o enfrentamento dessa crise que ameaça a vida de milhares de pessoas. Tenho sempre dito que este é um momento em que devemos de fato unir nossas forças, nossa expertises, juntar o que a gente tem neste estado para não entrar no ranking nacional, para que Minas Gerais não seja o estado que menos testou, que entrou nesse colapso agora e que vai ter um número de óbitos maior do que o dos outros estados. A gente não quer chegar à situação do Estado de Manaus. A gente não quer chegar à situação dos outros estados, mas para isso a gente precisa, de fato, trabalhar 24 horas por dia, com esforço, com atitudes da secretaria para coordenar as ações junto com os prefeitos e com os secretários municipais de Saúde.

Então eu pergunto se é possível a gente seguir com essa proposta de antecipação dos recursos da saúde, principalmente com aquelas emendas de que estamos falando e que são destinadas aos hospitais que estão em grave crise financeira neste momento. Muito obrigada. Era isso o que eu queria destacar, secretário, nesta sessão com o senhor.

O presidente – Muito obrigado, deputada Leninha.

Passo a palavra ao secretário Carlos Eduardo. Em seguida, faremos uma interrupção por 10 minutos para que o secretário e os deputados que ainda estão no Plenário possam usar o toailete e, em seguida, retornamos às discussões.

Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputada. Em relação à onda roxa, acho que é importante entender como tem sido o critério da sua deliberação. Nós só caminhamos para a onda roxa em alguma região, quando há o consenso entre os municípios de que é importante fazer isso. Então, de forma alguma, é uma atitude impositiva do Estado. O objetivo disso é claro, porque precisamos de uma ação coordenada entre municípios e Estado. Nós entendemos que o caminho é este: uma ação coordenada.

Em relação ao fato de as emendas serem disponibilizadas, eu não tenho autonomia para falar sobre a questão financeira, mas, se depender da saúde, a gente disponibilizará o mais rápido possível.

O presidente – Deputada Leninha, há mais algum questionamento por parte de V. Exa.?

A deputada Leninha – Só quero reforçar esse pedido, porque o sacrifício financeiro vivido pelos hospitais, com a elevação dos preços de material, a elevação dos medicamentos, determinados principalmente pelos custos de insumos que são importados... O secretário sabe muito bem do que eu estou falando, e eu estou aqui muito mais para me solidarizar com a rede hospitalar de Montes Claros, mas eu creio que isso deve estar acontecendo em outras macrorregiões aqui de Minas. Então peço que a gente possa olhar com muito carinho, com muito zelo a situação dos hospitais nessa questão financeira, porque isso repercute na vida dos profissionais da saúde.

Não é possível que a gente, em vez de dar bonificação, gratificação para aqueles que estão na frente, na trincheira contra o vírus, os penalize com atraso de salário. Então, secretário, olhe isso com muito carinho, por favor. Obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Leninha.

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do *caput* do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião especial até as 15h59min.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência suspende a reunião por 10 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Debates

O presidente – Vamos dar continuidade à reunião para que possamos ouvir o secretário de Saúde. Com a palavra, o deputado Zé Reis.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, demais colegas, presidente da Comissão de Saúde, deputado João Vítor Xavier, na pessoa de quem cumprimento todos os demais parlamentares desta Casa e, da mesma forma, o ex-presidente dessa importante comissão, o nosso sertanejo e amigo Carlos Pimenta. Desejo muita sorte ao João Vítor e parabeno o meu amigo Carlos Pimenta. Saúdo e cumprimento o secretário de Saúde, parabenizando-o, já de plano, pelo trabalho desenvolvido frente à secretaria – difícil secretaria – e mais ainda pela condução dos trabalhos numa época de pandemia. Já vi o secretário visitando duas, três, quatro cidades no mesmo dia, inclusive, num sábado, em reunião com os prefeitos daqui do Norte de Minas, em que se discutia a onda roxa. Ele poderia muito bem passar pelo comitê e decretar, mas simplesmente pediu para ouvir e, na forma de consenso, expandir a área roxa.

Sr. Secretário, eu deixo aqui três colocações. Na primeira hora, eu trago aqui uma conquista de V. Exa., que foi a abertura de um laboratório da Unimontes, laboratório esse situado na cidade de Montes Claros e vinculado à Universidade Estadual de Montes Claros, a Unimontes. Esse laboratório passou a operar no ano passado a partir de uma demanda levada por este parlamentar ao Comitê de Enfrentamento à Covid. Foi aprovado e está funcionando, reduzindo o resultado de um exame de 10, 12 dias para 5 dias. Entretanto, como naquela ocasião era com voluntários... E aí ressalto a importância e parabeno dois juízes, representando as duas justiças: a Justiça estadual, representada pelo Dr. Evandro Cangussu; e o Dr. Wilson Medeiros, representando a Justiça Federal, que, naquela ocasião, destinou todos os recursos das penas pecuniárias para a instalação do laboratório. Entretanto hoje esse laboratório está fechado por falta de custeio. Deixo aqui, Sr. Presidente, à sua secretária a destinação de uma emenda ou para o próprio Estado fazer esse custeio ou coisa pouca para a reabertura imediata.

Por fim, Sr. Presidente, queria colocar duas questões muito rapidamente. A primeira é deixar um pedido ao secretário para buscarmos junto ao governo federal, assim como ele fez em outras regiões do Estado, em que priorizou uma cota a mais, uma cota extraordinária de vacina, que seja solicitada pelo Estado de Minas Gerais uma cota extra de vacina para os municípios que se encontram na onda roxa.

E, só para terminar, deixo aqui também uma sugestão que, logo, em breve, apresentarei no Silegis: a criação de um programa especial de vacinação da Covid, da Covid-19 especificamente, porque nós não podemos fazer o fura-fila, mas nós podemos criar um programa estadual com a condição de liberação de vacinas para a aquisição, porque mais cedo ou mais tarde isso vai acontecer, e aí colocarmos as forças de segurança, colocarmos os professores e colocarmos os chefes de Poder. Não é possível um governador que anda em cinco ou seis regiões por dia não seja imunizado, o chefe do Poder Judiciário da mesma forma e do

Ministério Público e porque não também o chefe do Legislativo. Imaginem homens como esses acometidos da doença. O princípio da aviação comercial é claro: se há uma pane, coloque primeiro a sua máscara, primeiro o seu oxigênio para você ter condição de salvar outras pessoas.

Então, por fim, encerro esta minha colocação, agradecendo e parabenizando, mais uma vez, o secretário Carlos pela condução dos trabalhos. Um forte abraço. Conte comigo!

O presidente – Obrigado, deputado Zé Reis. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Zé Reis. Para mim, é muito importante o laboratório da Unimontes. Eu só pediria que visse quem é o responsável pelo laboratório para que nos procure porque nós precisamos mantê-lo funcionando.

No mais, em relação à solicitação de extras de vacina, o Estado já fez essa ação perante o ministério. Naturalmente nós temos algumas dificuldades, mas temos continuado a fazer essas solicitações no sentido de áreas de maior estresse terem um pouco a mais de vacinas enviadas pelo ministério.

O presidente – Muito obrigado. Pergunto ao deputado Zé Reis se quer fazer uso do seu tempo de réplica.

O deputado Zé Reis – Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente. Obrigado.

O presidente – Obrigado. Com a palavra, para seu questionamento, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas; boa tarde, secretário. Presidente, vou tentar ser sucinto porque o prazo é curto, mas há questões que nós precisamos trazer aqui, aproveitando esta oportunidade do diálogo com o secretário.

A primeira questão que não me deixou satisfeito são as respostas com relação à Funed. Nós acompanhamos todo esse processo, que amplamente repercutiu na imprensa; houve o fracasso na negociação da Funed com a Sinopharm, e parece que isso foi muito por opção do governo. Em um primeiro momento, eles alegam o problema no fuso horário para a realização da reunião. Em um segundo momento, dizem que havia problema de não apresentação das fases 1 e 2 de testagem, e a gente sabe que isso se daria ao longo do processo. E, por fim: a inexistência de planta e estrutura suficientes. Então, acho que todos esses argumentos são fracos. Na minha opinião, foi uma opção do governador Zema continuar à sombra de Jair Bolsonaro; ele foi subserviente para não desagradar Jair Bolsonaro.

Um outro ponto são os investimentos na saúde, quando o secretário é cobrado: "Ora, no momento, isso se dá por causa das dívidas que restaram, dos restos a pagar em um volume muito expressivo e à ausência de recursos". Do outro lado, quando o governador Romeu Zema foi apertado quanto ao baixo investimento na saúde de Minas Gerais, menos 3,7%, a sua resposta foi que nem tudo se resumia a dinheiro, ou seja, também era uma questão de gestão. Nessa linha, eu queria fazer a seguinte pergunta: é uma questão também de gestão? A política de controle da pandemia de Minas Gerais segue as irresponsabilidades do governo federal, e exemplo disso é a aplicação dos testes de detecção da Covid. Dados do IBGE de dezembro de 2020 mostram que Minas Gerais foi o 3º Estado que menos testou, com 9,3% da população – índice menor mesmo que a média nacional, que é 12%. Todo o planejamento que o governo de Minas diz ter com a reabertura do Minas Consciente depende de realização de testagem para se antecipar ao surto de contagens. Aqui destaco a criação da zona roxa e da zona lilás, e na minha opinião já estamos na zona negra quanto à questão da Covid nesse plano.

E a outra questão é a parte da atual crise que poderia ter sido evitada se houvesse testagem em maior número. Os infectologistas e especialistas da OMS são unânimes ao apontar testagem em massa como um dos principais métodos de prevenção de contenção à pandemia e combate também à pandemia. Então, eu queria que o secretário respondesse a essas questões e também falasse sobre o plano de vacinação. Hoje, presidente, não há transparência. Até hoje nós não sabemos direito quem está sendo

vacinado e qual o critério de distribuição que os municípios devem adotar internamente. Por que Minas ainda não tem mecanismo de fiscalização e controle da vacinação? Não há um painel atualizado para a gente acompanhar?

Agora, encerrando mesmo, dentro do meu prazo, o secretário disse que a vacinação dos servidores da Secretaria de Saúde, aqueles que não estão na linha de frente da atuação – alguns, inclusive, segundo a denúncia, estão até de maneira remota, aqueles que tratam somente dos fluxos da burocracia nos processos internos da secretaria –, se deu depois que 70% foram garantidos aos municípios para vacinar os profissionais de saúde que estão na ponta – e são 70%, não se falou em 100%. Eu pergunto se isso não causa um desconforto ao secretário, sendo 70% e não um percentual maior, em um cenário em que mais de mil servidores de saúde já morreram em Minas Gerais – só no mês de janeiro, já tivemos aí o óbito de mais de 185 profissionais da saúde no Estado que atuam na linha de frente.

Então, presidente, essas são as minhas questões, e gostaria de aguardar aqui a resposta do nosso secretário.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cristiano Silveira. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado. Em relação à Funed, eu volto a reforçar, nós temos vários contatos, com vários laboratórios; o que para nós é fundamental é que a gente tenha a condição efetiva de viabilizar alguma vacina. Em relação a investimento, nós falamos também. Eu acho que é fundamental entender que o Estado hoje vem num processo de recuperação, mas nós estamos muito longe de ter um estado que não deve mais e que teria condições de fazer investimentos altos. Em relação à testagem em massa, tem-se um conceito sobre essa testagem, mas essa é uma crise mundial, não é uma crise de Minas: as novas cepas da Covid atingiram todos os países, mesmo aqueles que testam em massa. Então, não tem como nós pensarmos que isso seria um diferencial sobremaneira neste momento. É nós, em Minas, mantemos o mesmo padrão de testagens. Isso para nós é interessante porque a gente consegue ver o desempenho e como vai a evolução da epidemia.

Em relação à transparência da fila, deputado, eu acho que isso é fundamental. Nós temos uma deliberação da Cibe. Essa deliberação traz todos os itens, toda a fila, toda a priorização. Isso é em comum acordo dos secretários municipais de Saúde com a Secretaria Estadual de Saúde, com 100% de transparência e divulgado no IOF. Toda vez que chega a vacina, nós fazemos uma nova reunião da Cibe, uma nova deliberação falando quanto está andando a fila. Então eu até aceito sugestão, se tiver jeito de ser mais transparente que isso.

Em relação ao momento da vacinação, eu reforço que quem operacionaliza a vacinação são os municípios, quem fornece os dados das pessoas que foram vacinadas, lá nos municípios, é o próprio município, no painel do governo federal. Em Minas, nós temos um "vacinômetro", que faz parte dos nossos painéis de PI(?), em que é publicada diariamente a atualização. Acho que são essas perguntas.

O presidente – Com a palavra, para réplica, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, é evidente que, se não se testou no momento em que não havia variação do vírus, infelizmente agora é que não vai se testar. Então, quando nós tínhamos apenas uma cepa do vírus, Minas Gerais foi o 3o Estado da Federação que menos testou. Para vocês terem uma ideia, o governo não comprou insumos para ter estoque de testagem. Mesmo usando pouco, 9% da população testada, ainda assim fica faltando. Quero lembrar que, mesmo com falta de insumos em Minas Gerais, o governo federal teve insumos vencidos, inclusive teve insumos para fornecer para o Haiti.

Eu não entendo o governo Zema tão submisso e subserviente ao governo Bolsonaro, do qual não conseguiu sequer adquirir os insumos para uma testagem em massa, já que havia essa disponibilidade no governo federal. Pior que isso, talvez a não testagem em massa tenha sido também uma opção de governo, e não contingência. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cristiano Silveira. Agora vamos passar a palavra ao deputado Dr. Carlos Pimenta. Com a palavra, o deputado Carlos Pimenta, pelo prazo de 3 minutos, para o seu pronunciamento.

O deputado Carlos Pimenta – Muito bem, presidente. Está dando para escutar direitinho aí? Quero desejar uma boa tarde para o senhor, uma boa tarde para o secretário Carlos Eduardo. Também ao presidente da Comissão de Saúde, João Vítor. Espero que este ano a gente possa trabalhar muito nessa comissão.

Mas eu queria, presidente, cumprimentando também os senhores deputados, tocar num assunto aqui que acho fundamental. Primeiro, escutei hoje aqui uma proposta de uma comissão de CPI para poder analisar alguns pontos que foram aqui colocados. Meu Deus! Eu estou vendo aí um esforço muito grande, o esforço do governador de Minas, o esforço do Sr. secretário Carlos Eduardo, neste momento, porque está aqui há mais de 6 horas. Ele nos passou uma confiança muito grande. Isso trouxe segurança para que a gente possa continuar nessa luta de enfrentamento dessa Covid.

Eu vi o esforço que a Assembleia promoveu, meu caro Agostinho Patrus, ao devolver mais de R\$80.000.000,00 ao governo do Estado para a área da saúde. Eu vejo um esforço muito grande dos prefeitos, a agonia que está aí no meio das famílias, no meio das pessoas. Eu vejo uma exaustão dos médicos, dos enfermeiros, dos fisioterapeutas, o esforço sobre-humano dos hospitais para que a gente possa vencer essa fase. Nós estamos aqui, por exemplo, no Norte de Minas, meu caro Agostinho, meu caro secretário, na onda roxa. Tudo fechado aqui. A partir de 8 horas da noite, nem delivery está funcionando mais. A polícia está trabalhando, a guarda municipal está trabalhando. Houve um consenso de todos os prefeitos, liderados pelo prefeito Humberto Souto, para que a gente pudesse efetivamente aderir a essa onda roxa. Então eu vejo esse esforço, e esse esforço não pode ser em vão. Nós temos de tirar proveito.

Estou aqui em convalescença da Covid já há quase duas semanas, e passei pelos piores dias da minha vida. Graças a Deus, estou vencendo mais essa etapa. Sei o que estão passando as famílias, o que está no consciente das pessoas, no intelectual, com essa massificação, esse medo que as pessoas estão tendo. Mas vejo também um esforço muito grande por parte do governo do Estado e por parte do secretário.

Muitas vezes as pessoas falam em vacina, mas mesmo se tivéssemos vacina, ou mesmo se houvesse um excesso de vacina no mundo, os estados e municípios não poderiam comprar porque isso faz parte de um Plano Nacional de Imunização. Quem tem que comprar essas vacinas é o governo federal. Ele demorou? Demorou sim, mas não vamos aqui ficar chorando o leite derramado; não vamos olhar pelo retrovisor não. Temos que pensar para frente e fazer igual ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, está fazendo. Ele está atuando, assim como também está atuando o presidente da Assembleia.

Então, meu caro secretário, quero terminar a minha fala, e, ao cumprimentá-lo, não quero entrar em alguns detalhes porque acho que essas coisas foram muito bem explicadas pelo senhor. O senhor falou que não tem nada a esconder, e acredito. Mas gostaria de terminar a minha fala, ao cumprimentá-lo, fazendo uma solicitação. O senhor está vendo que Montes Claros e todo o Norte de Minas estamos na área roxa. Em Montes Claros, secretário, estamos aqui vivendo o caos. Hoje, se for preciso uma pessoa ir para um hospital, não há hospital para ela ir. E ontem passei às mãos de V. Exa. o ofício da secretária Dulce, solicitando 20 respiradores, e teremos condição de aumentar, de imediato, 20 leitos de CTI. Há mais um hospital particular, o Hospital Médico Pró-Vida, que está se dispondo a parar com todo o atendimento particular e colocar os 10 leitos de CTI à disposição do SUS e do povo de Montes Claros.

O prefeito Humberto Souto já abriu um hospital de retaguarda com 32 leitos. Foram contratados mais 32 leitos do Prontosocor, que parou de atender tudo para ficar exclusivamente para a Covid, com mais 10 leitos de UTI. E a gente está vendo aí as ambulâncias correndo o Norte de Minas e chegando a Montes Claros. Estamos sofrendo com essa agonia. Então peço ao senhor, mas não é para hoje não, é para ontem, se possível dentro das próximas horas, que encaminhe, pelo amor de Deus, esses 20 respiradores para Montes Claros, e que credencie o Hospital Pró-vida de Montes Claros porque ele já tem 10 leitos prontos, e com equipe preparada, para poder atender os pacientes do SUS.

Termino a minha fala prestando uma grande homenagem a esse Sistema Único de Saúde que, graças a Deus, está salvando a vida da maioria das pessoas. Minas Gerais não está fazendo feio não. São Paulo está com 2.150.000 casos e 62 mil mortes; Minas

Gerais tem 920 mil casos e 19 mil mortes; Rio de Janeiro tem 600 mil casos e 34 mil mortes. A gente chora quem morreu, chora os nossos irmãos mineiros, mas a secretaria faz do coração o ponto de partida para enfrentar, com galhardia, com força e com coragem, essa segunda onda de pandemia que tem machucado tanta gente e causado tanta dor. Que Deus o abençoe, que Deus abençoe o presidente, e que Deus abençoe o povo de Minas Gerais.

O presidente – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta, feliz em ver que V. Exa. tem se recuperado a cada dia, que está cada vez melhor, e que, em breve, poderá retornar conosco aos trabalhos.

Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Pode ter certeza de que faremos o máximo para dar o suporte necessário à região Norte. Muito obrigado.

O presidente – Questiono o deputado Carlos Pimenta se quer fazer novamente uso da palavra. Se não, passaremos a palavra ao deputado Arlen Santiago.

O deputado Carlos Pimenta – Não, presidente, acho que já falamos o que tínhamos que falar. Além de Montes Claros, também precisamos de socorro para Pirapora, Brasília de Minas, Salinas, Bocaiuva, Janaúba, Porteirinha e Taiobeiras, que são centros de microrregiões e que têm dado esse suporte, principalmente na alta complexidade, aos nossos pacientes. Então, por favor, secretário, olhe, com equidade e com carinho, a região Norte de Minas que está aí nessa onda roxa e precisando muito, mas muito mesmo, do governo do Estado e do governo federal.

O presidente – Muito obrigado. Com a palavra, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Boa tarde a todos os colegas, presidente, secretário. Secretário, vou fazer algumas perguntas e gostaria que o senhor pudesse anotá-las. A primeira é que eu não entendi bem até agora... Eu quero só o número, quanto o governo federal repassou para a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais no ano passado.

Outra questão é a seguinte: a assessoria do deputado Tibé me falou que as emendas de alguns deputados federais estão sumindo aí, na secretaria, e não há com quem conversar e resolver, tanto que nós queríamos botar uma verba dele para uma estrada, ele queria botar como transferência especial, mas eles estão muito resistentes, porque falam: "Ah, a Secretaria de Saúde acabou com a credibilidade do governo de Minas nessa questão de repasse".

Uma outra questão, sobre a qual eu conversei com o senhor, inclusive, no sábado, e o senhor me pediu para não tocar naquele assunto na hora porque o que estava sendo decidido ali era que teria uma satisfação – não é? – para nós, parlamentares, e também para o pessoal dos prefeitos para a entrada da onda roxa. E aí o que aconteceu? Nós, então, entramos na onda roxa. Mas eu queria falar com o senhor, quando o senhor falou comigo que não era a hora de pensar em tomógrafo, em carrinho de anestesia... Muito bem. Então talvez agora seja a hora. No Norte de Minas, nós temos, dos hospitais com UTI, quatro de Montes Claros que têm tomógrafo, um de Taiobeiras que tem tomógrafo e foram credenciados mais leitos lá agora. Em Brasília de Minas, as pessoas só estão sendo entubadas porque o hospital de Montes Claros emprestou um carrinho de anestesia para lá, pois o hospital está completamente sucateado. O tomógrafo de lá faz quatro anos que não funciona. Em Pirapora, nós temos tomógrafo; em Salinas, nós não temos tomógrafo; e, em Janaúba, eu não consegui ver, mas acho que não temos. De maneira que, se o senhor conseguir mandar dois carrinhos de anestesia para Brasília de Minas, dois carrinhos de anestesia para Salinas, dois carrinhos de anestesia para Janaúba e mandar um tomógrafo para cada uma dessas cidades, seriam apenas três, em uma próxima onda – porque ninguém pode falar que não haverá próxima onda –, esses tomógrafos já poderão salvar muitas vidas. Então, nós temos que nos preparar. Não nos preparamos no ano passado. Os prefeitos receberam também muitos recursos, muitos recursos, e podiam ter comprado isso também, como o governo federal mandou. E aí, então, nós precisamos que o senhor envie três tomógrafos.

Além disso, eu ouvi os deputados falando a respeito do Noroeste de Minas. Fica tudo concentrado em Unai. Eu queria dizer para o senhor que existem cidades pequenas que são muito bem gerenciadas. Por exemplo, em Urucuia, no ano passado, mesmo com

pandemia, foram feitas 600 cirurgias eletivas. Nós colocamos R\$700.000,00 de emenda lá, e o deputado Fred Costa botou mais R\$350.000,00, porque assim eles tinham a certeza de que poderiam remunerar as pessoas. E aí fizeram, então, 600 cirurgias eletivas. E lá é o cantinho do Noroeste, quer dizer, muitas cidades podem ir para lá. Lá já existem, não UTI, mas leitos com respiradores e uma sala de tomógrafo pronta. Quer dizer que, entre o Noroeste e o Norte de Minas, existem salas prontas para receber um tomógrafo e também carrinhos de anestesia, e nós queremos então que o senhor avalie isso com urgência.

Outra coisa é pedir ao senhor para que não aconteça mais como aconteceu no final do ano passado: o atraso nos recursos para o Pro-Hosp e para os leitos de Covid, que foram pagos atrasados. Isso cria um total descompasso na questão dos hospitais, que, às vezes, ficam atrasando o pagamento do seu pessoal. Sempre a gente ouve falar que está faltando gente, talvez para contratação pelo Estado, pelo Estado, porque, nos outros hospitais, com certeza, há como contratar. Precisa haver é dinheiro, o que os hospitais não têm. Basta ver que a Santa Casa de Montes Claros tem 100 apartamentos, e está completamente proibida de utilizar esses apartamentos para receber dinheiro e tratar melhor os pacientes do SUS.

Uma outra questão também, Carlos: foi aprovado um requerimento ontem para o senhor. Nós temos alguns postos de saúde que estavam sendo construídos, parece que eram 95 em Minas Gerais, no ano passado, e, se não forem retomadas essas obras, eles irão acabar se deteriorando completamente. A exemplo disso, eu vi um, há poucos dias, na cidade de Cachoeira de Pajeú, no Vale do Jequitinhonha. Eu acho que esses postos de saúde sendo terminados também irão ajudar a resolver isso aí. Por exemplo, os doentes de hemodiálise têm de andar de carro todo dia para ir até onde existe a hemodiálise. Nós conseguimos, através do secretário de Planejamento, o Otto, a liberação da última parcela das obras para fazer hemodiálise no centro de Minas Novas. E, se o senhor puder fazer uma força-tarefa para ajudar nesse credenciamento lá, muita gente vai poder parar de andar 400km pelas estradas, que não estão boas.

Além disso, eu queria que o senhor me explicasse também sobre aqueles recursos que teve de devolver para o Ministério da Saúde, os R\$75.000.000,00 que foram devolvidos, e quando foram devolvidos. Inclusive nós montamos um projeto, entregamos ao Mandetta, mas aquele Mandetta parece que não queria muita coisa com Minas Gerais, inclusive falou algumas coisas desagradáveis da maneira como o Estado estava gerenciando a questão da saúde que nós não queremos replicar aqui. Mas foi feito um novo projeto, um novo projeto que beneficiaria os Samus e os hospitais oncológicos. Seria importante tentar reaver esse recurso para Minas Gerais. É um recurso que ficou aqui muito tempo; que a secretaria, desde antes da sua entrada, também não conseguiu gastar, e aí, no governo Zema, teve de devolver. O que o senhor fez para reaver esses R\$75.000.000,00? Ou veio outro dinheiro do governo federal além do da Covid para cá? E aí, se for o caso, podem procurar o presidente do Congresso, o senador Rodrigo Pacheco, para tentar voltar com esses R\$75.000.000,00 para equipar melhor o Samu, arrumar dinheiro para os hospitais.

Então, há uma série de perguntas, e eu gostaria, Sr. Presidente, que, dado o interesse extremamente grande que tem provocado nos deputados e algumas respostas que não estão assim... O secretário realmente é muito habilidoso com as palavras, e às vezes as respostas não tem aquele "pão-pão, manteiga-manteiga". Eu acho que deveríamos marcar uma nova reunião dentro de 15 dias para que o novo presidente da Comissão de Saúde possa receber essas respostas, preparar o secretário para responder alguns dados que ele não tem aí – a equipe dele é que está lá –, e também os deputados se prepararem um pouco melhor para que a saúde em Minas Gerais possa ser melhor. Sem sombra de dúvida, melhor que o governo passado qualquer um seria, porque o governo passado deixou de aplicar mais de R\$7.000.000.000,00, parou praticamente tudo, foi uma tragédia; deixou aí hospitais, prefeituras, programa Saúde em Casa, assistência básica, tudo sem pagar. E o governador tem aquela escolha de Sofia. Por exemplo, o governo passado pegou o dinheiro que descontava da folha do funcionalismo público, R\$1.000.000.000,00, e não pagou os bancos, jogando todo mundo no SPC e Serasa, e o governador já pagou esse R\$1.000.000.000,00 aí de apropriação que o governo passado fez dos funcionários. Poderia ser dinheiro que teria sido aplicado e aí melhoraria o grau de aplicação.

Eu quero desejar sorte ao senhor. Veja se depois poderá responder. E, se não tiver a resposta na ponta da língua, poderá me responder por escrito também, por favor. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Arlen Santiago. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado. Foram várias as perguntas, então, seria melhor eu encaminhar algumas por escrito. Em relação ao repasse federal, nós tivemos um programa do ministério em que foi repassado para os municípios e para os estados em torno de R\$10.000.000.000,00, sendo R\$7.000.000.000,00 para os municípios e R\$3.000.000.000,00 para os estados. Naquela época, Minas recebeu R\$300.000.000,00. Esse dinheiro serviu e ainda serve para o custeio de leitos que nós temos, haja vista que nós hoje financiamos em torno de R\$53.000.000,00 por mês dos leitos da rede. O dinheiro serviu ainda para a compra de EPIs, serviu para a estruturação da rede e além disso para a compra de kit de exames.

Em relação aos tomógrafos, aparelhos de anestesia, nós estamos dando a opção de, em vez de a secretaria fazer um processo licitatório para vários tomógrafos, que às vezes não preenchem sequer o objetivo daquele hospital específico, trabalharmos com uma solicitação fundamentada, mostrando o impacto assistencial imediato. Dessa forma, a nossa área técnica pode avaliar, e a gente pode tentar o mais rápido possível, havendo esse impacto assistencial e a forma de colocar em operação imediatamente o equipamento. A gente sempre tenta viabilizar. O objetivo disso é não ter equipamentos encaixotados no Estado, que eu tenho certeza que não é o caso em questão. Então é assim que nós estamos trabalhando.

Em relação aos postos de saúde, temos inúmeros postos de saúde parados no Estado em obras desde 2012. As prefeituras têm manifestado o interesse de continuar com alguns postos; de alguns outros, as prefeituras não têm interesse mais de continuar a obra. Então é preciso avaliar caso a caso. Eu já anotei a respeito da hemodiálise de Minas Novas.

A respeito dos recursos devolvidos, é muito importante, deputado, que se entenda o que aconteceu. Nós tínhamos convênios federais de vários anos anteriores a essa gestão, e muitos desses convênios tiveram sequestro de valores das contas dos convênios e foram tendo sequestro, sequestro, sequestro, e os convênios acabaram não sendo operacionalizados em governos anteriores. E, quando chegou a nossa vez, tivemos que devolver o dinheiro porque eram convênios já vencidos. Então, não houve outra alternativa. Por outro lado, também o nosso objetivo de solicitar ao governo federal é para que tenhamos um estorno desses valores, ainda que em uma política de hospitais de pequeno porte, que é o nosso objetivo. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Pergunto ao deputado Arlen Santiago se quer fazer alguma consideração.

O deputado Arlen Santiago – Exatamente, gostaria de falar sobre o que o secretário falou sobre a questão dos pagamentos, o Pro-Hosp, a lei de Covid. Ele acabou não falando sobre isso para a gente.

Eu gostaria de dizer, secretário, que a cidade de Brasília de Minas já teve duas reuniões na secretaria com essa questão do tomógrafo. Ela é uma cidade que recebe 32 outras cidades, que tem leito de UTI, tem sido uma barreira para a questão da Covid. Nós já entregamos... Já tivemos audiência com o seu secretário adjunto. Acho que outros deputados também já tiveram a mesma audiência. Ou seja, é para mandar isso de novo ou vai ter alguma resposta disso aí? Nós mandaremos as outras de Salinas. Vamos ver aqui Janaúba, para poder ver... Acredito que, se esses carrinhos de anestesia estiverem lá... Por exemplo, na nossa cidade de Brasília de Minas, se não fosse o hospital de Montes Claros mandar um carrinho para lá, não tinha como entubar ninguém, nem tinha como fazer uma cirurgia de emergência ou alguma coisa assim. Então eu acho que tem que ver o seguinte: essa questão da fundamentação vai ser feita para quem? Ela está sendo feita para o senhor, mas entregue às vezes para o seu secretário adjunto ou para outra pessoa, chefe de gabinete ou alguma coisa assim. Quem vai avaliar isso?

Se perguntarem para qualquer deputado do Norte de Minas se Brasília de Minas é um hospital que segura as coisas, se Salinas é um hospital que segura as coisas, se Janaúba é, seriam três. E, se o senhor quiser, Urucuia também, porque já tem até sala de tomógrafo. São quatro. É só pedir explicação ou então pedir ao seu pessoal das GRS para ir ao local e avaliar: precisa ou não precisa, vai fazer ou não vai fazer? Agora, precisamos de resposta. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Arlen Santiago. Solicito aos deputados que, por gentileza, permaneçam dentro tempo – nós estamos com muito pouco tempo e com muitos inscritos –, sob pena de termos deputados que não poderão usar a palavra.

Com a palavra, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente, nobres colegas, gostaria de cumprimentá-los e cumprimentar o secretário Carlos Eduardo Amaral e também todos os telespectadores da TV Assembleia.

Falaram aqui que o nosso secretário é a favor de "fura-fila". Gente, acho que é uma hipocrisia tão grande. O nosso secretário não fica na secretaria dando ordens, ele não fica só remotamente, não. O nosso secretário vai para dentro dos hospitais, vai para dentro de UTIs, com Covid, não foge a sua responsabilidade e está constantemente ali onde está vivo o vírus. Então, secretário, tenha aí o nosso respeito. Imaginem, se o nosso secretário pegasse Covid e se afastasse, e o seu staff, que está na frente também, o trauma que seria a gestão desta pandemia em Minas Gerais.

Falou-se aqui também que o nosso governador tem sido subserviente ao governo federal. O nosso governador não quis foi politizar esta pandemia, o nosso governador tem sido coerente, tem sido do diálogo, do respeito, tanto é que os resultados têm sido positivos, diferente da maioria desses governadores que assinaram esse documento, porque politizaram esta pandemia, inclusive provocando muitas mortes neste país sem necessidade de acontecer. Vejo dessa forma e lhe agradeço, secretário. Na semana passada, inclusive, gerou-se uma polêmica com a transferência de pacientes de Uberlândia, de Uberaba e do Alto Paranaíba para São Sebastião do Paraíso, minha terra, para o nosso hospital. Mas este governo, a secretaria, o Bira, que é um grande parceiro também e está aqui, inclusive liguei para ele na hora, é um governo que sabe ouvir e entendeu que não era a melhor forma, e isso não vai acontecer. Hoje o secretário ainda me garantiu isso.

No governo Zema, comandando aqui a secretaria do Dr. Carlos Eduardo e sua equipe, quando se compara gastos, qualidade de gastos, nem se compara. Fala-se que gastou-se pouco, mas, gente, vamos falar de qualidade de gasto. Quanto gastou-se para comprar o mesmo respirador em outros estados, talvez até em outros países? Quanto gastou-se em Minas Gerais, que tem seriedade, a capacidade de buscar o mais barato, mas com qualidade? O mesmo respirador muitas vezes custando 1/3, 1/4 do preço de outros, inclusive com parcerias importantes com a Fiemg. E cumprimento o Dr. Flávio Roscoe, da empresa Tacom, que hoje produziu muitos respiradores, de excelente qualidade e a um custo muito barato. Ou seja, em Minas há união, há resultado, há parceria, há criatividade e há respeito ao dinheiro público.

Secretário, também como disse o deputado Arlen Santiago sobre os postos de saúde, a gente vê isso muito na minha região e até em outras regiões, inclusive ali próximo a Juiz de Fora há Lima Duarte, que o senhor conhece bastante, onde há praticamente um PSE, um posto de saúde lá quase se acabando, precisando de poucos recursos, para onde a gente pede uma atenção especial, e também para Ibiraci, para Claraval, para um monte de lugares, para várias cidades da nossa região que ainda têm esses postos.

E, encerrando, o prefeito de Arcos esteve ontem na secretaria propondo uma parceria. Já há toda a estrutura praticamente pronta, onde se poderiam montar ali mais 10 leitos de UTI e também 20 de enfermaria. Então peço uma atenção especial a esse projeto também, a essa proposta, como é o caso de Três Corações, para Hospital da Fhemig, onde o prefeito, o Gordo Dentista, solicita a parceria, pois está disposto a colocar R\$5.000.000,00 da prefeitura também no Hospital da Fhemig. É uma parceria que eu acho muito importante também.

Enfim, para encerrar, falou-se muito de ampliar leitos, mas se esqueceram de lembrar, porque a memória é curta, que, de 2010 a 2018, o governo federal fechou mais de 34 mil leitos, e esses leitos estão fazendo muita falta agora. Então, secretário, a minha fala é mais no sentido de falar que estamos juntos.

Na semana passada, perguntei a um empresário que é político e me apoia: "Você ainda continua trabalhando com o Estado? Porque você estava desanimado". E ele falou assim: "Agora, não. Agora, eu trabalho, recebo e há muita seriedade". Vende avental, vende um monte de coisa, e falou que recebe direitinho, e hoje dá para competir até com os chineses. E antes vendi e tive muito

problema; e, para receber, recebi depois, no governo Zema. Ou seja, é um governo que paga a conta, que está fazendo tudo para pagar em dia, e que está fazendo o dinheiro público chegar na ponta com seriedade e com qualidade de gastos. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Antonio Carlos Arantes. Com a palavra, o secretário.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado. Eu acho que suas palavras reforçam o esforço diário, quicá hercúleo, que nós temos para poder dar conta de, num cenário de crise, tanto crise financeira, quanto crise de saúde, enfrentamento da Covid, mantermos a estrutura da máquina pagando em dia, pagando o que se propõe a pagar, e buscando entregar o máximo de saúde para a sociedade. Muito obrigado.

O presidente – Deputado Antonio Carlos Arantes, agradeço a V. Exa., que dá oportunidade a outros deputados de falar. Com a palavra, o deputado Bruno Engler, para os seus questionamentos.

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas aqui presentes, todos que nos acompanham, e boa tarde, secretário de Saúde, Carlos Eduardo.

Secretário, eu tive que ouvir aqui alguns parlamentares da oposição fazendo críticas infundadas ao presidente da República, porque deve ser difícil ser oposição a este governo e não conseguir apontar um escândalo de corrupção, não haver uma acusação concreta para fazer. Então são precisos ataques, ofensas, algumas até em flagrante crime contra a Lei de Segurança Nacional, como chamar o presidente de genocida. Apesar de parecer que a Lei de Segurança Nacional só se aplica quando se ataca o Supremo, e só se aplica quando se é de direita, porque o pessoal de esquerda já falou inclusive em fechar o Supremo Tribunal Federal, e nunca nada lhes aconteceu.

Mas além das ofensas gratuitas e infundadas, existe também a distorção dos fatos, como o fato de o presidente Bolsonaro, por ser um negacionista, ter impedido que o Brasil comprasse vacinas, ter trabalhado contra as compras das vacinas, o que é uma grande mentira, e pode ser rebatida com fatos. Eu trago aqui os dados levantados pela Universidade de Oxford, num estudo chamado Our World in Data, que deixa bem claro que o Brasil é o 4º País que mais vacina, em números absolutos, com 11.36 milhões de vacinas distribuídas, e o 5º País que mais vacina, em números proporcionais, com 5,34% da sua população vacinados. O governo federal, assim que as vacinas foram liberadas pela Anvisa, mobilizou-se para comprar, disponibilizar e distribuir as vacinas por todos os estados, e promover uma vacinação, que está sendo feita.

Agora, do outro lado, infelizmente, aqueles que negam a eficácia de um tratamento precoce, que tem dado resultados promissores, trabalham ativamente para que as pessoas não tenham acesso a esse tratamento. Eu tive o privilégio de conversar com a secretária de Saúde de Porto Seguro, Dra. Raíssa Soares, que me explicou a fundo todo o trabalho que foi realizado na cidade. Essa cidade entrega resultados excelentes, considerando-se o fato de que é uma cidade extremamente turística, e que recebe gente do mundo todo, com percentual de recuperados de 97,4%. Da primeira vez que eu trouxe esse tema, um parlamentar trouxe a preocupação pertinente da alta ocupação dos leitos de UTI, mas isso se dá pelo fato de que o hospital de Porto Seguro é um hospital regional, e atende pessoas também de outros municípios, que não necessariamente adotaram o tratamento precoce.

Assim sendo, Sr. Secretário, eu gostaria de saber se existe alguma diretriz, algum estudo por parte do governo de Minas em relação ao tratamento precoce. Em conversa com V. Exa., V. Exa. já me afirmou que é uma responsabilidade dos municípios, mas eu imagino que muitos prefeitos aguardam uma posição, uma diretriz ou mesmo uma orientação Secretaria de Saúde sobre como proceder. Eu mesmo, na última semana, fui aos municípios da onda roxa conversar com os prefeitos, tratar sobre esse problema, e muitos deles, com medo de reações, com medo de críticas. Estive com a prefeita de Uberaba, que anunciou que daria essa opção ao cidadão uberabense de contato com o vírus, e infelizmente foi massacrada por muita gente, como se estivesse fazendo alguma irresponsabilidade ou coisa do tipo. Simplesmente por dar opção ao povo de Uberaba, se desejar, de ter o tratamento precoce.

Por isso, faço uma indagação: existe algum planejamento, alguma previsão, alguma posição do governo de Minas em relação a esse tratamento? E faço um convite a V. Exa. Estou tentando marcar com o secretário Igor. Tenho certeza que a agenda do

senhor em meio a esta crise está muito atribulada, mas a Dra. Raíssa, que é uma das precursoras desse tratamento, colocou-se à disposição para vir aqui, em Minas Gerais, e conversar com o senhor e sua equipe e demonstrar o que foi feito lá, por que está dando certo e o que a gente pode trazer para Minas Gerais.

O presidente – Obrigado, deputado Bruno Engler. Com a palavra, o secretário.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado, obrigado pela pergunta. Acho que é muito importante entender isso. A ideia do tratamento quem o escolhe é o profissional médico no momento da atenção. Isso é fundamental, porque cada paciente tem sua clínica, cada paciente tem os seus sintomas, as doenças associadas e o momento de evolução da doença. Por que falo isso? Porque o SUS já dispõe de todos esses medicamentos na rede SUS. Esses medicamentos são da atenção básica. Como eu havia lhe falado, são medicamentos do ponto de vista da atenção municipal, da farmácia municipal. O que nós fizemos, desde o início, enquanto Secretaria de Estado, foi manter as farmácias municipais com financiamento necessário para a aquisição de medicamentos. É isso que, enquanto estado, podemos fazer; é essa a nossa função legal para esse tipo de farmácia básica. Agora, nós devemos fazer uma transferência de mais R\$90.000.000,00 para os municípios, e, sendo para compor, não há nada que se impeça nesse sentido.

O presidente – Com a palavra, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Agradeço a posição de V. Exa. em manter os municípios abastecidos, mas, ainda assim, acho que seria interessante uma análise da eficácia desse tratamento que tem sido demonstrada. Recentemente, o Ministério Público Federal de Goiás está recomendando a adoção de um protocolo de tratamento precoce para os pacientes que assim o desejarem. Gostaria de ter a oportunidade de trazer à nossa Cidade Administrativa a Dra. Raíssa, para que ela possa explanar o que ela aprendeu com essa experiência prática em Porto Seguro. Não só Porto Seguro, existem outros casos de sucesso no Brasil, mas Porto Seguro foi um dos primeiros que deu resultado. Então, gostaria de trazer aqui, para Minas Gerais, para ver o que de bom, o que deu certo em outro estado, em outra região do País, para a gente trazer para Minas Gerais e ajudar os mineiros no combate a esse vírus. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bruno Engler.

Vamos passar agora a palavra à deputada Rosângela Reis. Estamos com problema no áudio de V. Exa., deputada. Não estamos ouvindo adequadamente. Enquanto a senhora verifica o seu som, vou passar a palavra ao deputado Raul Belém. Com a palavra, o deputado Raul Belém.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, o deputado Raul Belém já fez as perguntas no início da reunião, como líder do nosso bloco. Então, ele abre mão desses questionamentos agora.

O presidente – O.K. Muito obrigado. Com a palavra, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas parlamentares; boa tarde, secretário; boa tarde ao nosso presidente da Comissão de Saúde, deputado João Vítor Xavier.

Secretário, são cinco questões, uma correção e uma observação. Vou começar pela correção, secretário. Ouvi atentamente, várias vezes, o senhor justificar que as despesas com saúde foram impactadas pelas dívidas do governo anterior e que por isso a diferença entre um e outro. Busquei as informações. O comportamento do governo do Estado, governo Zema, 2019-2020 – pelo visto, deve se repetir em 2021 – foi exatamente o mesmo, não teve um comportamento melhor em 2019, pagando dívidas do governo anterior. Em 2019, o pagamento foi 8,93%; em 2020, 8,34%.

Então, não houve diferença. Justificar a mudança de um ano para o outro, jogando a responsabilidade no governo anterior... Não se fez na prática em relação à execução dos recursos da saúde. Essa é a minha observação.

Farei as perguntas, secretário. A primeira pergunta: no dia 24 de fevereiro, o governo anunciou seis macrorregiões na onda amarela. Seis dias depois, o governo cria a onda roxa e decreta o fechamento em duas regiões. Isso foi no dia 24 de fevereiro e,

depois, no dia 3 de março. Dia 10 de março: "Minas pode ter novo pico de pandemia cinco vezes maior do que o primeiro, alerta o secretário". Por que as três datas? Porque, no dia 24, V. Exa. anunciou que o Estado estaria preparado para o retorno presencial das atividades escolares e, seis dias depois da onda amarela, pulamos para uma onda roxa. Isso causa muita insegurança, porque, ontem, o governo disse que estava preparado; hoje, há a onda roxa em seis macrorregiões. Então essa é a minha primeira pergunta: qual é a real situação de Minas Gerais? Qual é a tranquilidade do povo mineiro para a reabertura das escolas, como vocês têm anunciado, sendo que, em tão pouco tempo, nós saímos de uma onda amarela para uma onda roxa, ou seja, se, em tão pouco tempo, há dados cada vez mais preocupantes? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: em abril de 2020, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais estabeleceu protocolos de segurança para que vocês pudessem convocar os trabalhadores em educação para trabalhos presenciais. Em outubro de 2020, o mesmo Tribunal de Justiça estabeleceu protocolos de segurança para que vocês convocassem o retorno das aulas presenciais. Nenhum desses protocolos foram cumpridos até agora, março de 2021. Por que o governo não conseguiu cumprir esses protocolos de segurança sanitária e afirma que as escolas estariam seguras para o retorno presencial?

Terceira pergunta: qual é o Plano Estadual de Vacinação, secretário? Até agora, V. Exa., assim como fez no final do ano passado, demonstrou um plano de logística, de entrega das vacinas que chegam. A pergunta que nós fizemos na Comissão de Saúde, no ano passado, e faço novamente é: qual é o Plano Estadual de Vacinação? Ou seja, um plano estadual que estabeleça o cumprimento da lei estadual, estabelecida, votada por esta Assembleia Legislativa, que, inclusive, determina campanhas publicitárias, determina grupos prioritários? Então, é preciso que nós tenhamos a apresentação, se não hoje, pelo tempo que já estamos aqui... Mas é preciso que Minas tenha um Plano Estadual de Vacinação.

A quarta pergunta: quais são as ações estratégicas, imediatas em relação à produção da vacinação? Com relação às questões trazidas pela Funed pelos meus colegas que me antecederam, eu compartilho do tempo que nós perdemos – no mínimo um ano – para que a nossa Funed não fosse colocada num lugar estratégico em relação à produção e à pesquisa. Então, o que vai ser feito de imediato em relação a essa questão? A minha última observação para fechar os questionamentos, secretário, presidente, todos os demais colegas aqui presentes e os que nos acompanham: "Zema critica prefeitos e diz que coronavírus tem que viajar um pouco". Essa foi a afirmação de abril de 2020. O senhor disse que é preciso ter uma boa comunicação, exatamente para que nós possamos fazer esse enfrentamento. Secretário, um governador que diz que o vírus precisa viajar até um governo federal... Uma análise de 3.049 normas federais de 2020 demonstram que Bolsonaro executou estratégia institucional de propagação do Coronavírus. Essa é a nossa realidade. Eu vi algumas vezes o senhor dizendo que está dando certo, que estamos sendo eficientes. Desculpe-me, mas não deu certo. Se tivesse dado certo, nós não teríamos quase 20 mil mineiros e mineiras mortos. Não era fatalidade. Não eram mortes corriqueiras. Era o enfrentamento a uma pandemia. Não deu certo. Não está sendo eficiente. O povo não está protegido, porque nós temos os líderes mandando o vírus viajar. Nós temos os líderes sabotando o enfrentamento ao Coronavírus em âmbito nacional. Não deu certo. Se tivesse dado certo, nós não estaríamos com os números que nós estamos. Se tivesse dado certo, nós cumpriríamos o mínimo constitucional em saúde e educação. Não vou nem falar da pauta da educação, pois vocês também não cumprem os 25%.

São essas as minhas considerações, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo, para as respostas.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputada Beatriz, obrigado pelas perguntas. Eu acho muito importante quando nós falamos de atividades escolares. É que nós orientamos, lá atrás, que já tínhamos conhecimento científico de que as atividades escolares poderiam voltar, uma vez que a transmissão intraescolar era muito pequena. E sendo pequena a transmissão escolar, nós tínhamos que ter as medidas habituais de controle que a gente tem na sociedade. Não se justificavam medidas, a exemplo de um CTI ou alguma coisa parecida assim.

Dessa vez nós reforçamos, chamamos especialistas, tentamos trazê-los novamente, e nós falamos com muita clareza, ou seja, só se tem condições de voltarem as aulas na onda amarela. Por que isso? Porque nós já sabemos que, em outros lugares no País, havia a epidemia um pouco mais avançada. Aí, a exemplo, quando você fala de onda roxa, nós já sabemos que no Triângulo estávamos tendo casos a mais lá. Isso é importante, isso está válido. Nós entendemos que, quando passar esse momento de aumento de casos, é importante as escolas voltarem. As crianças têm tido problemas emocionais. Nisso a sociedade de neuropediatria e neuropsiquiatria infantil é muito clara. Eu acho que a gente tem que tentar levar isso como sendo uma informação muito séria.

O Plano Estadual de Vacinação (– Falha na transmissão do áudio.) Plano Estadual de Vacinação, e o papel do estado é de logística. Literalmente é isso, não é? Além disso, nós tentamos buscar aquisição de vacinas. Essa busca de aquisição de vacinas é o que nós estamos fazendo diariamente. Nós temos servidores dedicados a esses contatos, o que acontece são as limitações no sentido de que grande parte se não a totalidade das empresas definem que vão negociar, do ponto de vista de entrega imediata, somente com o governo federal. É isso que tem sido feito.

E, do ponto de vista da Funed, hoje nós estamos em conversa com a Covax, que é um dos fornecedores mundiais. É uma vacina de tecnologia nova. E o nosso objetivo, se tudo correr bem e não houver nenhum percalço nesse caminho, é que nós consigamos, assim que a vacina tiver mostrado toda sua eficácia, ser um dos fornecedores para o governo federal. E, muito mais do que isso, nós também teremos a transferência de tecnologia para que a Funed seja elevada a um outro patamar.

Em relação à comunicação, de uma forma geral, para nós é muito importante. Entendo que o governador Romeu Zema é um dos governadores mais coerentes do Brasil. O apoio que ele nos dá, do ponto de vista da saúde, é irrestrito. Então, definitivamente, só tenho a elogiar a postura do governador, inclusive, na condução, não só neste momento de epidemia, do Estado como um todo. Eu acho que o Estado de Minas hoje vive um momento muito diferente do que foi no passado.

O presidente – Com a palavra, a deputada Beatriz Cerqueira, para sua réplica.

A deputada Beatriz Cerqueira – A minha réplica, na verdade, presidente, é a constatação, como todas as respostas anteriores, de uma falta de dados concretos, objetivos. Então, aquisição de vacina: "Estamos buscando". Quando? Que dia? Quando será? Quando foi? O que foi feito em 2020 em relação às negociações para a compra das vacinas? A gente não tem respostas objetivas, não é?

Eu escutei aqui que foi marcado um horário com a reitora. Mas, agora, que tratativas foram feitas em 2020? Nós estamos numa pandemia, pessoal. Não é uma gripezinha, não é algo que semana que vem tudo volta ao normal. Exatamente por ser uma pandemia, precisávamos de um processo de longo prazo e um processo que começasse com uma negociação em 2020. A forma como a gente tem escutado as respostas aqui; elas são genéricas: "estamos conversando", "liguei essa semana", "marquei uma conversa". Eu não acho que essa deva ser a prestação de contas de um processo tão complexo em relação ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

Eu não me senti respondida nas questões relacionadas às aulas. Eu sei o que a Sociedade Brasileira de Psiquiatria e de Pediatria falam sobre a educação. O que vocês estão descobrindo agora, nós sabemos há 20 anos, há 30 anos, há 50 anos. Nós sabemos a importância da escola, mas o que vocês ainda não sabem são as condições estruturais das escolas. Você sabe que não temos 10% das escolas estaduais preparadas para um retorno, as escolas não têm quadra, não têm espaço aberto, não têm ventilação. E nada foi feito em relação a essa infraestrutura das escolas estaduais em 2020. Então a realidade está extremamente distante do que tem que sido anunciado.

O nosso problema, para finalizar, é que, quando vocês vão à imprensa e dão esses sinais de que estamos prontos e de que está tudo bem, mas, depois, vem do amarelo ao roxo essa onda que passa como um tsunami na vida das pessoas, as pessoas ficam extremamente temerosas porque veem no poder público ou deveriam ver uma situação de segurança, de trazer segurança à população.

Eu me esqueci da pergunta, secretário. V. Exa. disse que a sua vacinação foi um ato para dar exemplo. Quando foi esse ato político, em que a população ou a imprensa foi chamada para acompanhar a sua vacinação para que servisse de exemplo, demonstrando que o senhor acredita na ciência, acredita na vacina e que, portanto, essa vacinação era um ato simbólico de exemplo ao povo mineiro? Tentei buscar via imprensa quando esse ato da sua vacinação foi feito e eu não achei. A questão da vacinação. As informações precisam ser públicas, os critérios precisam ser objetivos, precisam estar aí para que todos possam acompanhar. Não se trata de privacidade, mas, sim, de uma pandemia; e, na pandemia, as questões públicas se sobrepõem às questões individuais. Por isso nós precisamos do tratamento enquanto poder público.

Então são essas as considerações em relação a esse processo que nós estamos vivendo. Repito: há necessidade de que nós tenhamos política própria. Vocês estão seguindo o governo federal, que boicotou o enfrentamento à pandemia e a sua estratégia foi de propagação do coronavírus. Não sou eu quem estou dizendo; foram análises técnicas de normas do governo federal. A gente tinha o direito de ter uma liderança com protagonismo para que nós saíssemos dessa pandemia. Não está dando certo. São quase 20 mil mineiros e mineiras mortos.

O presidente – Muito obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, a deputada Rosângela Reis.

A deputada Rosângela Reis – Sr. Presidente, parabéns V. Exa. pelo brilhante trabalho realizado nesta Casa. Foram quase R\$500.000,00 investidos para a compra de equipamentos e investimentos em saúde devolvidos ao Estado e também em vacinas. Quero saudar os deputados aqui presentes e também o secretário Carlos Eduardo.

Dr. Carlos, reconhecemos o seu esforço e o seu trabalho frente à Secretaria de Saúde, que é tão importante para nós, mineiros. Quero aproveitar o momento para parabenizar e agradecer pela implantação do nosso Samu regional no Leste de Minas, que já está funcionando hoje em nove municípios e suas demais regiões. Isso nos orgulha muito. Nós investimos de emenda parlamentar cerca de R\$3.500.000,00, e, juntamente com o nosso deputado federal Hercílio Coelho Diniz, foram também investidos mais R\$1.500.000,00. Essa foi a nossa negociação realizada junto com o senhor e com os técnicos para que pudéssemos aportar 30 bases móveis de Samu, que estão também sendo beneficiadas para o transporte dos pacientes da Covid hoje na nossa região.

Secretário, a nossa região e o nosso Vale do Aço muito me preocupam. Eu sou lá do Vale do Aço. Nós temos visto cada vez mais um número maior de leitos cheios, abarrotados. Para todos nós, mineiros, e para todo o Brasil, o momento é de medo, um momento angustiante. É mais ou menos uma sensação de impotência que nós temos de não resolver todas as questões. Mas sabemos que nós temos que buscar soluções. Esta audiência aqui, nesta tarde, ou seja, esta reunião extraordinária é importante até mesmo neste sentido de podermos ouvir as regiões e também buscar soluções para as regiões onde enfrentamos, todos nós. Os leitos estão cheios. E aí eu gostaria de saber qual é o plano da secretaria para resolver essa situação no Vale do Aço.

Nós estamos precisando lá de respiradores. Eu fiz até um pedido de 10 respiradores para o Hospital Municipal de Ipatinga. Hoje nós estamos vendo lá vários pacientes serem transportados para outras regiões, mas eu gostaria de deixar aqui, secretário, que nós temos um hospital que está para ser retomado: o Hospital de Bom Jesus do Galho, que é um espaço que poderia também atender os pacientes de Covid. E aí eu quero aqui fazer essa sugestão, porque o Hospital Márcio Cunha não tem mais condição de vender mais os leitos para o Estado, e os leitos do SUS já estão todos ocupados.

Há uma outra pergunta que eu gostaria de fazer para o senhor: no Vale do Aço, alguns prefeitos não aderiram ao Minas Consciente, e outros cancelaram a adesão do município. Está havendo resistência dos prefeitos em aderir à onda roxa. Isso impedirá o Estado de decretar a onda roxa? É possível decretar a onda roxa e deixar alguns municípios da micro ou macro de fora?

E uma terceira pergunta que eu deixo: a vacinação é a nossa grande arma para enfrentar a Covid. Há algum plano para aumentar a compra das vacinas? Como fazer para conseguir a vacinação em massa? As vacinas que estão chegando aos municípios não estão sendo suficientes. Eu visitei alguns municípios e vi in loco que os prefeitos estão pedindo a nossa intervenção junto ao secretário. Aí é o que eu digo, não é? Vamos ter que fazer chegar essas vacinas à ponta. E nos municípios como Jaguaráçu, Marliéria?

Na primeira leva, foram 10 vacinas; e aí foi tudo organizado: um aparato de policiamento para ir até a superintendência para transportar essas vacinas. A gente sabe que tem que dar segurança mesmo, que essas vacinas têm que estar no local certo, chegando às pessoas certas, que são as pessoas de risco, aquelas que estão à frente, mas nós precisamos ampliar. A solução, secretário, é a compra de vacina – mais vacinas – e a busca de uma forma de nos dar uma estrutura maior para diminuir o índice que está aí dessa pandemia. O senhor colocou muito bem: ela está se agravando e está para aumentar quatro ou cinco vezes mais. Então, é muito preocupante; a situação é aterrorizante. Obrigada, secretário.

O presidente – Muito obrigado, deputada Rosângela Reis. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputada. Eu acho que é muito importante nós caminharmos assim. É fundamental que nós tenhamos um alinhamento no sentido global – não é? – de orientar a sociedade corretamente, pois o momento é um momento de distanciamento adequado e de muito cuidado, já que essas cepas, na semana que vão vir, realmente estarão circulando muito no Estado, e eu preciso muito, assim, do apoio da senhora como liderança local – não só da senhora como também de todos os deputados – para que nós tenhamos o mesmo discurso. Eu acho que não é o momento para a gente ter um discurso diverso desse.

Em relação à onda roxa, eu vou no meu caminho, ou seja, para haver uma medida mais restritiva, primeiro a gente tem realmente que estar em uma condição séria da epidemia, senão a sociedade não adere, não é? E o outro momento é que nós precisamos ter um alinhamento entre a gestão estadual, as lideranças estaduais – no caso, os deputados – e também as lideranças municipais. Esse alinhamento é fundamental, porque, se nós não falarmos a mesma língua, lá na ponta, o cidadão não sabe quem ele segue: se ele segue A ou segue B. Qual é a importância na tomada de decisão? A importância é que nós sempre estaremos buscando um consenso com os municípios. E sempre peço aos municípios que, naqueles 15 dias, os nossos discursos sejam os mesmos para que a população saiba o que seguir e como se portar. Se isso acontece, os casos caem, e isso a gente já está vendo no Triângulo, no Norte e no Noroeste; e, os casos caindo, as coisas vão voltando. Então, é basicamente isso, ou seja, a gente precisa muito desse alinhamento.

Quanto à vacinação, hoje existe uma competição na indústria do mundo inteiro. A indústria está com dificuldades de entregar, embora já tenha uma compra grande. Eu quero crer que agora que a Fiocruz está produzindo a vacina no território nacional, que já tem o IFA, nós realmente teremos um volume grande de chegada de vacinas. Aí, sim, nós vamos sentir. O que for de vacinação... Nos primeiros grupos, aqueles iniciais mesmos, nós tínhamos grupos muito bem definidos, ou seja, eram idosos que estavam dentro de instituições. Então, se o município não tinha isso, ele não receberia doses para isso. Eram deficientes que estavam dentro de instituições. Se o município não tinha, ele não receberia doses. Era população indígena. Então, se não tinha, não receberia. Então acabou que alguns municípios receberam só para aquele grupo de profissionais da saúde que estavam cadastrados como sendo funcionários que atendiam Covid. Municípios menores às vezes tinham um grupo muito pequeno. Agora já muda. Agora, nós estamos indo para a população. Para a população acima de 90 anos, acima de 85, acima de 80 e acima de 75 é que nós vamos agora. Então passa a ser um percentual da sociedade local. Então a tendência é que seja mais homogênea essa distribuição.

O presidente – Deputada Rosângela Reis, com a palavra.

A deputada Rosângela Reis – Obrigada, presidente; obrigada, secretário. Eu gostaria só de deixar aqui essa atenção na questão da onda roxa no Vale do Aço. Há alguns municípios e prefeitos com resistência em aderir. Agora, à tarde mesmo, houve até um vídeo, um pronunciamento do próprio superintendente regional de saúde. Eu deixo aqui uma observação para que a secretaria mande, envie esses leitos, a compra desses leitos e também dos respiradores. São 10 respiradores para o hospital municipal. Dê atenção especial ao nosso Vale do Aço. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado, deputada Rosângela Reis. Com a palavra, o deputado Noraldino Júnior. Se cada um não cumprir o seu tempo, nós teremos deputados que não terão condição de falar. Peço a todos objetividade na sua fala.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, muito obrigado pela disponibilidade. Houve um erro no sistema. Já estava inscrito anteriormente. Cumprimento todos os parlamentares presentes, o secretário de Saúde e todo o público que nos acompanha.

Presidente, eu queria me dirigir ao secretário e dizer que eu tenho notado secretários, no governo estadual, que têm evoluído muito ao longo destes dois anos. Uma das evoluções que os secretários têm tido é o reconhecimento e o respeito pelo Parlamento mineiro. Eu posso citar aqui alguns secretários: o Cel. Rodrigo. O secretário Igor é um secretário com quem, quando a gente entra em contato, a resposta vem de imediato. Ele dá a devida prioridade, o devido respeito e reconhecimento às atividades parlamentares. Mas eu quero dizer que hoje, e eu espero que mude, eu não sinto esse mesmo respeito, esse mesmo reconhecimento de parte da Secretaria de Saúde. Eu sei de todas as atribuições, do momento que a Secretaria de Saúde vive. Mas, secretário, o Parlamento, nós, deputados, estamos no dia a dia dialogando em todas as nossas comunidades, em todas as prefeituras. Tenho certeza de que, se a Secretaria de Saúde ouvisse mais um pouco o Parlamento, muitos erros seriam evitados. Acertaria mais. Quero deixar isso. Às vezes, é uma coisa que a gente não faz por intenção. Mas nós, parlamentares, sentimos aqui esse reflexo.

Eu vi alguns parlamentares aqui fazerem elogios. Eu acho que isso é muito bom. É sinal de que alguns parlamentares são bem ouvidos. E eu quero, secretário, trazer a secretaria para uma reflexão sobre qual relacionamento que a Secretaria de Saúde quer ter com a Assembleia Legislativa. Eu digo: nós tivemos várias conversas nestes últimos dias, mas toda conversa que eu tenho com a Secretaria de Saúde não tem resultados concretos.

Nesta semana tivemos uma conversa, e ontem eu estava esperando uma resposta da Secretaria de Saúde e continuo esperando hoje também; nem eu nem a prefeitura tivemos essa resposta.

Presidente, já vou fazer uma pergunta: secretário, quantos respiradores e quantos monitores foram distribuídos pela Secretaria de Saúde no Estado de Minas Gerais? Pergunto mais: quantos desses respiradores e quantos desses monitores não estão sendo utilizados neste momento? Eu queria saber se a secretaria tem essa informação. Digo isso, presidente, porque agora, em Juiz de Fora, chegamos a 96,6% dos leitos de UTI ocupados. Diferente de outras regiões, o prognóstico é muito ruim, mas temos a possibilidade, diferente de outras regiões, e a condição de colocar para funcionar mais de 20 a 40 leitos de UTI na cidade de Juiz de Fora, evitando a morte de milhares de pessoas, de dezenas de pessoas – mas não sei precisar os números. Tive uma reunião com a prefeita, na sexta-feira, e com a secretária de Saúde, no sábado, conversei com a secretaria, e também conversei com o Bira que é um assessor que aqui tem sido elogiado por vários deputados por causa da atenção que tem dado ao Parlamento, mas não recebi a resposta que a prefeitura tanto almeja. É o seguinte: fizemos o levantamento, e a informação que tenho é que há muitos aparelhos respiradores e monitores parados, mas a Secretaria de Saúde não tem esse levantamento sobre o número, portanto não pode disponibilizar de forma imediata para a cidade. Consequência: infelizmente a possibilidade de muitos óbitos por causa dessa desorganização. Não falo do secretário, mas falo da pessoa responsável. Aliás, essa pessoa, secretário, que está na secretaria, que distribuiu monitores e que não faz o monitoramento de uso tem que ser mandada embora imediatamente. Não podemos aceitar, no Estado de Minas Gerais, cidades preparadas para aumentar os leitos, respiradores sem utilização... E temos funcionários dentro da secretaria que não atendem prontamente a esse relatório. Esse relatório tem que estar pronto hoje. Esses respiradores têm que estar funcionando hoje, caso contrário, teremos que ter uma resposta, a Prefeitura de Juiz de Fora tem que ter uma resposta. Há funcionário, há leito, mas não há respirador e monitor, ou melhor, há alguns monitores.

As pessoas têm que ter uma resposta porque, se não houver essa participação do Estado, elas terão de correr atrás de outra forma. O que a gente não pode ter é uma sinalização do Estado de que os respiradores e os monitores podem estar disponíveis, mas, apesar de já fazer dois, três, quatro dias que a ocupação de leitos está chegando a 100%, não temos respostas. É por isso que falo, secretário, e quero que entenda, da melhor forma possível, que existe a necessidade de um reconhecimento e de uma consideração maior com esta Casa. Alguns secretários respondem aos deputados na hora, de pronto, sejam eles de oposição ou de situação. Temos contato direto com todas as demandas e com todas as mazelas sociais no Estado.

Então, secretário, eu queria chamá-lo para essa reflexão. Primeiro quero perguntar se o senhor já tem a resposta dos monitores, se já tem esse levantamento; e segundo quero sugerir a imediata demissão desse incompetente funcionário que ainda não trouxe para a secretaria o monitoramento de utilização desses equipamentos porque, antes de eles serem disponibilizados, deveria ter sido levantada a capacidade de operacionalização desses leitos. A segunda pergunta, secretário, é para o senhor entender o que este deputado sente. Agora temos a possibilidade, presidente, de finalizar as obras do tão famoso hospital regional da cidade de Juiz de Fora, isto é, não só do hospital regional de Juiz de Fora, mas também de todos os hospitais regionais. Desde o primeiro mês deste mandato, reuni-me com o secretário, depois já estive novamente em reunião com o secretário, e a resposta que tive foi a seguinte: "Estamos estudando a melhor forma de tomar a decisão em relação ao hospital regional". O problema é que já faz dois anos e dois meses. O problema maior agora é que a Vale vai disponibilizar os recursos para a finalização das obras e para equipar o hospital, mas eu queria, secretário, perguntar ao senhor se, com essa finalização, já existe o modelo definido e a forma de custeio do hospital, porque tem que se readequar ao sistema de urgência e emergência, definir qual será a utilização daquela unidade de pronto-socorro. Mas, sem essa definição imediata, nós estamos comprometendo a eficiência e a eficácia da saúde pública na cidade. Então eu peço, primeiro, secretário... (– É interrompido.)

O presidente – Para finalizar, deputado.

O deputado Noraldino Júnior – Finalizarei aqui. Pergunto se já existe esse estudo definido para o hospital regional.

E o segundo, em relação aos leitos, aos equipamentos: se a cidade vai poder contar realmente com esses equipamentos, quantos equipamentos ou se a cidade não poderá contar com esses equipamentos. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Noraldino. Com a palavra, o secretário.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado. Se eu não tiver atendido, do ponto de vista de relação, a contento, eu deixo aqui minhas desculpas, mas, na verdade, eu tentei, com um esforço muito grande, atendê-lo e eu pretendo melhorar.

Em relação aos ventiladores e outros equipamentos, nós já distribuimos 2.297 equipamentos para a rede. Esses ventiladores e os equipamentos seguiram o que nós fizemos lá no início, que foi um plano de contingência. O plano tinha três pontos muito importantes. O primeiro: como estavam os leitos à época, quais os leitos que conseguiriam abrir numa situação regular e quais os leitos para serem abertos na situação de maior estresse possível. Lá atrás, nós fizemos isso para dimensionar no estresse, transformando em centro cirúrgico, em CTI, enfermaria em CTI, para a gente poder fazer as aquisições dos respiradores naquele momento. E foi isso que foi feito. No fim desse momento, nós começamos, do ponto de vista da expansão da rede, ligar para todos os hospitais perguntando se, em sete dias, teríamos os hospitais funcionando, com os leitos funcionando. E os respiradores só foram para aqueles hospitais que garantiram que estariam funcionando. O que nós fazemos atualmente é justamente isto, ou seja, como a demanda tem flutuado muito de região para região, a gente tenta buscar e levantar ventiladores, inclusive solicitando ao ministério. Nós temos hoje a solicitação de mais de duzentos ventiladores ao ministério, com o objetivo de ter mais segurança na abertura de leitos. Então, é isso que nós estamos fazendo. É um trabalho diário. Não tem sido fácil porque hoje quem tem respirador não está querendo, em hipótese nenhuma, abrir mão, mesmo que o respirador esteja parado. Então, a gente tem feito esse trabalho. Naturalmente, a sua solicitação, de Juiz de Fora... Eu conversei com a própria secretária. É uma solicitação que... Há uma chance de abrir leitos de forma emergencial, então isso atende muito ao objetivo, e a gente está buscando a todo custo conseguir esses ventiladores.

Em relação ao hospital regional, e não só a ele, mas ao projeto como um todo, nós estamos, desde o início de 2019, buscando como viabilizar esses hospitais. O fato é que o custeio... Se nós colocássemos esses hospitais na rede da Fhemig, nós teríamos um impacto mensal em torno de R\$70.000.000,00 de custeio para o Estado, e isso é efetivamente inviável. Não há como pensarmos nisso, nem em OS, que seria custeio direto do Estado. A nossa ideia é tentar fazer parceria com filantrópicas, para elas

entrarem no custeio regular da rede, mas esses hospitais, todos eles, têm de passar, antes mesmo do reinício das obras, por várias operações que nós estamos fazendo: operação de prestação de contas, operação de transferência do que tem de resto de obra para o Estado, para que o Estado possa concluí-la. E, do ponto de vista de impacto local, esse, para nós, é o último que acordaremos, do ponto de vista da rede assistencial. A gente se sentará com cada uma das regiões e das prefeituras, que são as sedes, para definir efetivamente qual vai ser o perfil assistencial de cada um desses hospitais. Essa é programação que nós estamos fazendo.

O presidente – Com a palavra, o deputado Noraldino Júnior. Peço a V. Exa. brevidade, porque temos poucos minutos para o encerramento desta reunião.

O deputado Noraldino Júnior – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Secretário. Eu espero, secretário, que essa decisão seja tomada o mais rápido possível e que a solução seja a mais breve. Volto a dizer que quero manter um excelente relacionamento com todas as pastas, mas essa é uma questão muito urgente e muito grave. Muito obrigado, presidente. Só deixo aqui mais uma questão, que é uma curiosidade minha sobre essa vacinação. Vou perguntar o seguinte: algum outro secretário já foi vacinado dentro do governo? Se o secretário puder...

O presidente – Secretário.

O deputado Bartô – Questão de ordem, presidente.

O presidente – Por favor, o deputado está fazendo um questionamento ao secretário. Por favor, repita a sua pergunta, deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior – Quero só perguntar, Sr. Secretário, se além dos funcionários, houve algum outro secretário do Estado que já foi vacinado. Secretário de Estado, alguma outra autoridade, algum outro...

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Não. Nós, na Secretaria de Saúde, vacinamos somente o pessoal da saúde, seguindo os critérios que nós elencamos lá. E eu fui porque justamente sou da saúde e visito a periferia.

O deputado Noraldino Júnior – Eu tenho tranquilidade com isso. Mas nenhum outro secretário ou autoridade foi vacinada no Estado?

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Não. Não, porque cada um está no seu grupo específico. Então, de forma nenhuma, isso aconteceu.

O deputado Noraldino Júnior – Obrigado.

O presidente – Com a palavra, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Obrigado, presidente. Serei bem rápido mesmo. Já houve uma série de perguntas aqui sobre se a vacinação da Secretaria de Saúde furou fila ou não. O que eu queria saber exatamente é: o Plano Nacional de Imunização determina bem quem são os funcionários da saúde a serem vacinados, que são aqueles de ambulatórios, hospitais, clínicas, laboratórios, enfim, o pessoal que está à frente diretamente no combate à Covid. Já o plano estadual, na verdade, a Deliberação CIB-SUS prevê que secretários estaduais, secretários municipais e membros de outros órgãos estaduais entrem também na preferência, mas lá na última lista dos funcionários da saúde. Então, a pergunta é simples: o Estado tem autonomia para determinar essa ordem de vacinação? E onde essa autonomia está determinada? O Plano Nacional de Imunização é que está determinando que isso poderia ser feito? O senhor comentou aqui que apenas 80% dos médicos foram vacinados. Então, para entender: como você pula de uma etapa para a outra? Você tem que preencher 100% da primeira etapa para ir para a segunda etapa? Como isso funciona?

A outra pergunta agora é relacionada aos leitos abertos de hospitais. O governo informou que foram disponibilizados 2 mil leitos entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021. Eu queria entender: desses 2 mil leitos, quantos realmente foram criados? Na verdade, um leito criado é um leito a mais para a sociedade. Um leito habilitado você retira do sistema privado para colocar no SUS. É para entender especificamente isso. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bartô. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Bartô, obrigado pela pergunta. Eu acho que é muito importante a gente entender o seguinte: o Programa Nacional de Imunização traz a lista e, ao final, coloca todos os outros lá, não é? O que acontece é que dali para a frente nós tivemos inúmeras demandas por conta dos municípios com este questionamento: como nós vamos fazer – e sempre é feito em todos os programas nacionais de imunização – a vacinação daqueles operacionais da saúde? Ou seja, todo mundo que trabalha na saúde é responsável pela saúde. Eu acho que não há como a gente questionar que qualquer servidor da saúde está vinculado à saúde. Pode questionar se ele é da linha de frente, se não é, qual é o momento. Isso eu acho muito interessante. Baseado nesse questionamento, nós fizemos a Deliberação CIB-SUS, que é formal, é 100% legal. Essa Deliberação CIB-SUS junta, no mesmo momento de discussão, os secretários municipais de Saúde e o secretário estadual de Saúde, ou seja, as equipes, com o objetivo de chegar a esse consenso. Naturalmente, tudo isso sob a supervisão e a consulta do que nós temos lá na CIT, que é a instância maior, que é a tripartite. A gente não faz nada sem consultar a CIT. Então, baseados nisso, fizemos todo o ranqueamento, seguindo o Plano Nacional de Imunização até que chegássemos aos servidores tanto da secretaria municipal quanto da estadual. É isso que foi feito.

Quando você me pergunta qual etapa se pula, nós temos que seguir o que há de dado oficial. Então nós temos dentro do Cnes qual o número de profissionais vinculados ao atendimento de ponta, quem são os profissionais psicólogos que trabalham em consultório, quem são educadores físicos que, às vezes, estão vinculados ao Cnes, quem são os nutricionistas, ou seja, isso tudo são dados oficiais. Os dados oficiais são perfeitos? Nunca são, todo mês mudam, sempre há uma atualização. O que acontece é que, toda vez que chega um volume de vacina, nós fazemos uma nova deliberação da CIB junto aos municípios e esta deliberação fala assim: "Chegaram 300 mil doses". Essas 300 mil doses, com base nos grupos que nós temos, vão servir para isso, para isso, para isso, para isso. Isso é aprovado e deliberado. É assim que entendemos os grupos. Então, quando eu falo que 80% dos trabalhadores da saúde foram vacinados, é um somatório, mas isso já é muito mais do que 100% daqueles que estão na linha de frente, muito mais do que os que estão nos raios-x, muito mais do que os que estão nos laboratórios, ou seja, todos aqueles grupos já tinham sido vacinados.

A gente estava começando a ir para os demais grupos de profissionais da saúde que vão desde dentistas, desde educadores físicos, desde psicólogos... É preciso lembrar que há psicólogo clínico que trabalha até em CTI, mas às vezes há psicólogo que trabalha nos recursos humanos, em recrutamento e seleção, que estão dentro do mesmo conselho. É baseado nisso que a gente tem... Então, quando a gente fala de 80%, praticamente todo mundo que tem qualquer relação com a Covid já foi vacinado. Quando eu falo "vacinado" é que a dose foi encaminhada para o município para que o município operacionalize isso. Então, casos específicos... "Ah, não sei quem não foi vacinado." Aí é preciso perguntar ao município qual é a sequência que ele está dando.

A outra pergunta é a respeito de leitos. Esses leitos que temos são eleitos novos, não é transferência de leito de privado para SUS, não. Nós tínhamos 2.072 leitos SUS e fomos para 4.075 leitos SUS, tanto que a gente, no Estado, nem contabiliza leito privado. Leito privado para a gente é privado, não entra nem na contabilidade, porque a gente sempre soube que eles irão flutuar junto ao SUS: quando o SUS estiver cheio, o privado fica cheio também. Na verdade é absolutamente isso que nós estamos vendo. Qual é a importância disso, deputado? Nós, da Secretaria Estadual de Saúde, fizemos um plano que fosse um plano de legado. Preparamos vários hospitais para, quando essa epidemia passar, podermos ter um número maior de leitos SUS. É esse o nosso objetivo, ou seja, queremos sair de 2.072 para um número maior, mas aí nós vamos precisar de discutir muito com o ministério sobre financiamento e como vai ser. Para chegar a esse quantitativo absoluto, já existem solicitações do Conass nesse sentido com o ministério, mas isso será, sem sombra de dúvida, um legado para a sociedade.

O presidente – Deputado Bartô, quer usar a sua palavra para a réplica?

O deputado Bartô – Serei bem breve. Quando você falou que outros funcionários entrariam nos "outros", pelo que vi o plano nacional estava determinando ambulatório, hospitais, clínicas, laboratórios, entre outros. Acho que é em "entre outros", nesse conjunto, que esses quatro se encaixam.

Sobre a questão dos leitos habilitados ou criados é como você falou. Antes havia 2 mil leitos para o SUS, agora tem 4 mil leitos para o SUS. Não ficou tão claro se esses 2 mil leitos foram criados ou se realmente eles foram habilitados para o SUS. Entendeu?

O presidente – Obrigado, deputado Bartô. Obrigado pela sua palavra. O secretário, agora, para o encerramento.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Quando a gente fala "criado" ou "habilitado" é a mesma coisa. São leitos operacionais que estão lá funcionando. Quando se fala "habilitado" é que o ministério está arcando com eles, o restante é credenciado pelo Estado, mas no fundo são leitos operacionais.

O presidente – Agradeço aos deputados. Peço desculpa aos parlamentares que, pelo excesso do tempo, não puderam se manifestar: o deputado Doutor Jean Freire, o deputado Bosco, também o deputado Delegado Heli Grilo. Com certeza V. Exas. podem encaminhar suas perguntas por escrito. Tenho certeza de que o secretário irá responder a todos.

Antes de passarmos ao encerramento, gostaria aqui de dizer um pouco deste momento que vive a Assembleia. Nós travamos aqui uma imensa discussão de diversos temas, temas como a Funed e o seu fortalecimento, uma área pública que merece o apoio e precisa, mais do que nunca, ser incentivada. Tratamos também da questão dos novos leitos, da necessidade urgente de novas habilitações uma vez que temos regiões de Minas Gerais com muita necessidade, com pessoas deixando de ser levadas ao CTI ou mesmo de ser transferidas para os hospitais por falta de leitos. Tratamos também um pouco aqui da questão dos respiradores. Falamos um pouco das ondas do programa Minas Consciente, da necessidade de melhorias também nesse programa visto que os casos em Minas Gerais se demonstram cada vez mais graves. Tratamos também dos valores investidos na saúde ou do que mais poderia ser investido na saúde neste momento.

Mas eu não posso finalizar estas palavras aqui, na Casa dos mineiros, sem trazer o nosso profundo repúdio – de todos os mineiros – ao verdadeiro trem da alegria que foi criado na Secretaria de Saúde. Vacinar pessoas na frente dos outros, secretário, é dar a alguns a condição de não se contaminar, é dar a outros a impossibilidade de estar com a sua família, é deixar que aqueles que estão na rua e mais precisam sejam colocados em segundo plano. Esta Casa, secretário, não vai admitir; irá, se necessário, abrir uma investigação para que nós tenhamos a lista. Se o Ministério Público está investigando, a Assembleia de Minas vai investigar. Vamos cobrar um por um os nomes. Não é possível que aquela senhora que não pode ver os seus netos continue assim e que uma casta que se acha privilegiada, que se entende à frente dos demais, possa ser vacinada num local escondido, sem comunicação à imprensa até que a imprensa descubra o que aconteceu. Tenha certeza, secretário, de que esta Casa vai fazer a sua parte. Isso é um escândalo nacional: furar a fila – isso por parte de um órgão público – daqueles que estão em casa não pode acontecer em Minas Gerais; e esta Casa não irá permitir. Nós não vamos permitir que policiais militares, que policiais civis, que motoristas de ônibus, de táxis, de aplicativos sejam enganados por outros que se entendem mais privilegiados porque trabalham numa área da secretaria e têm por isso privilégio sobre os demais. Leve, secretário, a decepção desta Casa, a decepção dos deputados com V. Exa., com os seus comandados e providencie, de forma mais urgente, essa lista para que essa desconfiança deixe de existir por parte do Parlamento mineiro. Nós vamos investigar a fundo cada uma dessas pessoas. O Parlamento mineiro não vai se calar diante de um maior absurdo. Aqueles que devem vigiar a linha, aqueles que devem tomar conta das galinhas são os primeiros a serem vacinados.

Lembro-me aqui de um comentário esta semana do jornalista Eduardo Costa: "Se a farinha é pouca, o meu pirão primeiro". Queremos a lista, secretário, sob pena de abrimos uma CPI, de abrimos uma investigação e de levarmos V. Exa. a responder aqui nesta Casa por improbidade administrativa. O Parlamento mineiro, através dos seus deputados, não irá se contentar com essa conversinha de que há limite, de que há sigilo. Qual sigilo, secretário? O mesmo que estava sendo feito até a imprensa descobrir? É esse o sigilo? Nós, em Minas Gerais, não aceitamos isso. Minas é exemplo de seriedade, de probidade, de pessoas honestas, e esta Casa vai cobrar um por um desses 500 privilegiados que furaram a fila e deixaram os pobres, aquela senhora idosa, aquelas pessoas que mais necessitam fora da fila.

Solicito, em nome da comissão, que seja imediatamente enviada a lista a esta Casa, sob pena de que o senhor volte aqui como convocado de uma CPI; e terá que dar, sob poder de polícia, as explicações a esses parlamentares. Nós não vamos nos calar. Este é um assunto gravíssimo, gravíssimo, que a Assembleia de Minas não vai deixar passar em vão. Porque eu recebo ligações, os parlamentares que estão aqui recebem ligações a todo minuto: "Quando chegará a vacina? Eu não posso ver minha avó. Eu não posso encontrar com a minha tia. Minha filha não pode ir à aula. As professoras não estão vacinadas." E 500 privilegiados furam a fila? Não, secretário. Isso não passará aqui, nesta Casa, sobre esta conversa que nós estamos tendo aqui. A Assembleia de Minas, a partir de hoje, vai investigar a fundo cada um desses 500. Nós queremos a lista, queremos saber onde eles estão contratados, qual a missão de rua que têm feito, o que têm empregado, qual o risco que têm corrido, para que se justifique tudo isso. Quando V. Exa. não entrega a lista ou dificulta a sua entrega, cria, em todos os 77 deputados, a certeza de que deve haver coisa errada, senão já estaria aqui, na mão de cada um.

Nós estamos vivendo um momento de guerra. Nós não estamos vivendo um momento de dizer assim: "Olhe, eu sou amigo do fulano, eu sou amigo do dono da porta, eu sou amigo do fulano e do beltrano. E esse vai passar na frente". Não, porque é a vida das pessoas, porque é escolher quem morre, é escolher quem sofre, é escolher quem fica doente, é escolher quem vai ter direito a sobreviver. E isso é gravíssimo! Escolher quem vai sobreviver é talvez algo divino, e não há divino em nenhum cargo na Secretaria de Saúde para poder tomar essa decisão.

A Assembleia vai seguir adiante.

Manifesto os agradecimentos ao secretário de Saúde e aos demais parlamentares pela participação. Eu tenho certeza de que a reunião de hoje continua nos próximos dias desta legislatura. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição de 11/3/2021.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/3/2021

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Doutor Jean Freire e da Deputada Beatriz Cerqueira

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 120/2021 (encaminhando os convênios que especifica, aprovados na 331ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz), do governador do Estado; Ofícios nºs 575, 601 e 664 a 669/2021 – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: os Projetos de Lei nºs 2.528 a 2.535/2021 – Requerimentos nºs 7.468 a 7.490, 7.492 a 7.496 e 7.498 a 7.501/2021 – Requerimento Ordinário nº 999/2021 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados João Vítor Xavier, Cleitinho Azevedo e Doutor Jean Freire, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Virgílio Guimarães – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 999/2021; deferimento – Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte

Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mítre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Irineu – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Cleitinho Azevedo, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado João Vítor Xavier, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 120/2021

Belo Horizonte, 10 de março de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Vossas Excelências – Senhoras e Senhores Deputados

Com meus cordiais cumprimentos, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, encaminho a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados –, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, que deverá ratificá-los ou rejeitá-los por meio de resolução, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, e para conhecimento do Povo Mineiro, os convênios constantes da relação anexa a esta mensagem, que foram aprovados na 331ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz.

No ofício que encaminhou a relação o Secretário de Estado de Fazenda aponta quais os convênios deverão ser ratificados ou rejeitados pelo parlamento.

Ressalta-se que os convênios tratam de benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados – e ao Povo Mineiro.

Romeu Zema Neto, governador do Estado.

– A relação de convênios a que se refere a mensagem está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/95/1551095.pdf>

– À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

OFÍCIO Nº 575/2021**(Correspondente ao Ofício nº 65/2021)**

Espera Feliz, 12 de janeiro de 2021.

Assunto: Encaminhamento solicitação (faz)

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor,

O Poder Executivo Municipal, por seu representante que este subscreve, e, no uso de suas prerrogativas, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município, vem, por meio do presente, encaminhar a Vossa Excelência, o Decreto Municipal nº 1.227/2020, de 31 de dezembro de 2020, no qual prorroga pelo prazo de 6 (seis) meses o Estado de Calamidade Pública no Município de Espera Feliz para o enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Não obstante, vimos solicitar com base no art. 65 da Lei Complementar Federal de nº 101, de 10 de maio de 2000 a prorrogação do reconhecimento do Estado de Calamidade devido a Pandemia de Covid-19 que afeta nossa região.

Esclarecemos ainda que a Defesa Civil Estadual já reconheceu a nossa situação emergencial conforme registro Fide (Formulário de informações sobre o desastre) protocolado no sistema SID (sistema integrado de informações sobre Desastre) com numeração MG-F-3124203-15110-20200320.

Lado outro, conforme especificado no decreto em epígrafe, nos últimos 3 (três) meses tem-se aumentado o número de infectados, concomitantemente às internações.

Sendo o que apresenta para o momento renovo os protestos de elevada e distinta consideração.

Atenciosamente,

Rômulo Quintão Donádio, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.227/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/547/602/1547602.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 601/2021**(Correspondente ao Ofício Gab/Prefeito nº 007/2021)**

Laranjal, 11 de Janeiro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Laranjal prorrogou o estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 02, datado de 11/1/2021, com data retroativa do dia 1º/1/2021, visando continuar as medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto, submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual, visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Fernando Gonçalves dos Santos, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 02/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/690/1550690.pdf>

RETIFICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 02/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/907/1550907.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 664/2021

(Correspondente ao Ofício nº 047/2021)

Cuparaque, 5 março de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 010, datado de 4/3/2021, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Rogério Vicente Mendes, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 010/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/688/1550688.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 665/2021

(Correspondente ao Ofício nº 34/2021 – GAB.)

Guaraciama, 5 de março de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Guaraciama decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 2.236, datado em 21/1/2021, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado Decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

José Maria Figueiredo Sobrinho, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.236/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/696/1550696.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 666/2021

(Correspondente ao Ofício nº 015/2021)

Leme do Prado, 8 de março de 2021.

Origem: Gabinete do Prefeito de Leme do Prado.

Destino: Secretaria-Geral da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Assunto: Encaminha Decreto de Prorrogação de Calamidade Pública no Município para fins de reconhecimento pela Alemg.

Exmo. Sr. Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação, deliberação e reconhecimento da respectiva situação por essa egrégia Assembleia Legislativa, o Decreto nº 1.129 de 30 de dezembro de 2020, que “Prorroga, em razão dos efeitos decorrentes da pandemia causada pelo agente novo coronavírus (Covid-19), o prazo do estado de Calamidade Pública no Município de Leme do Prado decretado por meio do Decreto nº 1.064, de 16 de abril de 2020 e contém outras providências – doença infecciosa viral – código Cobrade (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres) nº 1.5.1.1.0”.

Na oportunidade, valho-me de justificativas análogas às contidas em Mensagem do nosso Excelentíssimo Governador Romeu Zema Neto quando do encaminhamento de projeto de lei para atender situação com fins também análogos aos do Decreto em referência, pois, como dito naquela oportunidade pelo referido representante estadual, e situação não diferente vive o Município de Leme do Prado, diante da pandemia do Coronavírus – Covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, o Executivo Municipal vem adotando diversas medidas emergenciais para a redução da velocidade de expansão da pandemia e para o enfrentamento das graves consequências dela decorrentes, dentre elas a edição dos Decretos Municipais nº 1.056/2020, nº 1.057/2020 e nº 1.059/2020, além de diversas outras providências.

Dessa forma, as ações do Município têm como foco preservar a vida, a saúde e a assistência a inúmeras pessoas em todo o território municipal. Nesse contexto excepcional, o Município, mediante a conjugação de esforços de todos os seus órgãos, vem buscando implementar medidas e providências no intuito de tentar obter instrumentalidade necessária e urgente em matéria de elaboração, execução e avaliação de políticas públicas relacionadas à pandemia.

Inúmeras medidas já efetivadas e ainda por serem realizadas estão em sintonia com a decretação do estado de Calamidade Pública em níveis federal e estadual, e no acervo normativo que lhes dão suporte.

Nessa diretriz, o Decreto que ora se apresenta visa especialmente suprir, inclusive no tocante a questões orçamentárias e gastos públicos extraordinários, de forma eficaz e responsável, o aumento exponencial da demanda pelo serviço público de saúde, de maneira a prevenir o colapso no atendimento aos pacientes atingidos pela Covid-19 e sem infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, diante do cenário crítico que o Município, o Estado e o País enfrentam, o apoio de Vossa Excelência e de todos os (as) nobres Deputados(as) que compõem esta Casa Legislativa é essencial para que Leme do Prado tenha condições de responder, a contento, às necessidades e urgências do cotidiano da sociedade, em ambiente de grave crise em saúde pública, vez que, como é sabido e previsto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o decreto de calamidade pública em casos tais, para que produza seus efeitos, necessário se faz o reconhecimento da situação, no caso do Município, por ato próprio da respectiva Assembleia Legislativa.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a editar o Decreto em referência e que justificam o reconhecimento por essa egrégia Casa Legislativa, em regime de urgência e por força do art. 65 da Lei Federal nº 101/2000, da referida situação de calamidade pública.

Envio, na oportunidade, votos de elevada e distinta consideração a Vossa Excelência e a todos(as) os(as) demais integrantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Joseany Cordeiro Santos, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir: 1.129/2020

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/699/1550699.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 667/2021

(Correspondente ao Ofício nº 40/2021)

São João do Pacuí, 4 de março de 2021.

Origem: Gabinete do Prefeito.

Destino: Presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Agostinho Patrus,

Ilustre Deputado,

Por meio de presente, venho dar ciência a Vossa Excelência, bem como aos integrantes desta distinta Casa quanto a prorrogação até 30 de junho de 2021 do Decreto nº 18, de 13 de abril de 2020, que instituiu estado de calamidade pública no âmbito do município de São João do Pacuí, em decorrência da pandemia do Covid-19, conforme documentos anexos, a fim de que seja objeto de deliberação por esta Casa.

Sem mais para o momento, renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Caio Freire Cunha, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 03/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/879/1550879.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO N° 668/2021**(Correspondente ao Of. n° 018/2021)**

Ipuiuna, 8 de março de 2021.

Serviço: Gabinete do Prefeito

Referência: Encaminhamento (faz)

Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminhamos Decreto nº 06/2021 de 19 de janeiro de 2021, que “Dispõe sobre a aplicação de medidas excepcionais e temporárias para conter a transmissão comunitária da Covid-19 no município de Ipuiuna, e dá outras providências”, para que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconheça o Estado de Calamidade Pública em nosso município, uma vez que os casos em nosso município estão aumentando sobremaneira.

Na certeza de um retorno positivo, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,

Elder Cassio de Souza Oliva, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL N° 06/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/697/1550697.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO N° 669/2021**(Correspondente ao Ofício n° 063/2021)**

Vargem Alegre, 8 de fevereiro de 2021.

Ref.: solicitação de prorrogação de prazo de estado de calamidade pública (art. 65, Lei Complementar 101/2000).

A Sua Excelência o Senhor

Agostinho Célio Andrade Patrus (PV)

Senhor Presidente, com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para informar a Vossa Excelência que o Município de Vargem Alegre prorrogou, por 180 (cento e oitenta) dias, o estado de calamidade pública por meio do Decreto Municipal nº 15/2020, datado de 8/3/2021, em decorrência da pandemia de Covid-19.

Dessa forma, para fins de aplicação do art. 65, da Lei Complementar 101/2000, submeto o supracitado Decreto Municipal (anexo) a esta E. Casa, visando a ratificação de nosso ato normativo.

Por tudo exposto, registro que o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de calamidade pública local, em função da pandemia de Covid-19, será importante medida para propiciar ao Município de Vargem Alegre resposta aos inúmeros desafios que se apresentam, permitindo ao ente público municipal se valer do que dispõe o art. 65, da Lei Complementar 101/00, o art. 167, § 3º, da Constituição Federal de 1988, o art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como para dispensá-lo de atingir os resultados fiscais previstos na lei de diretrizes orçamentárias e para os fins do disposto nas hipóteses de dispensa previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

O Procurador Municipal também subscreve o presente ofício, no exercício de suas atribuições legais.

Sem mais, permanecemos à disposição.

Maria Cecília da Costa Garcia, prefeita municipal – Giovanni Neves dos Santos Reis, procurador municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/701/1550701.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.528/2021

Declara de utilidade pública o Grupo Ypê Amarelo, com sede no Município de Além Paraíba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo Ypê Amarelo, com sede no Município de Além Paraíba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2021.

Doutor Wilson Batista (PSD)

Justificação: O Grupo Ypê Amarelo foi fundado em 19/9/2013 e está sediado no Município de Além Paraíba. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através das atividades de educação profissional, especial e ambiental. A entidade atua também na promoção da assistência social às minorias e excluídos, no desenvolvimento econômico e no combate à pobreza.

O Grupo Ypê Amarelo também atua no sentido de promover gratuitamente a educação e a saúde, incluindo a prevenção do HIV-AIDS e o consumo de drogas. Outras áreas importantes de atuação dessa entidade é a promoção do voluntariado e a preservação, defesa e conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável através da educação ambiental.

O trabalho realizado pela entidade é extremamente meritório, sendo, portanto, merecedora do título de utilidade pública estadual, o que lhe dará mais condições para desempenhar sua elevada missão.

Assim, contamos com o apoio de nossos pares para aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.529/2021

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jequeri o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Jequeri o imóvel com área de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados e zero centésimos), e respectivas benfeitorias, situado na Avenida Getúlio Vargas, no Município de Jequeri, e registrado sob o nº 3.124, a fls. 227 do Livro 03-B, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jequeri/MG.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Jequeri.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 3 (três) anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2021.

João Leite (PSDB)

Justificação: No ano de 1994 por meio da lei 11.521/94, o poder Executivo foi autorizado a doar à referida Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Jequeri um imóvel constituído de uma área de terreno urbano, medindo 1200 m² (um mil e duzentos metros quadrados) onde o prédio encontra-se edificado, no entanto, por inércia da então Diretoria, a transferência do imóvel não se concretizou, razão pela qual a lei perdeu sua eficácia.

Em 1998, por lei da Lei nº 12.978, o Poder Executivo novamente autorizou a doação do referido terreno à APAE, sendo que novamente a lei perdeu a eficácia, uma vez que a transferência não se efetivou novamente por inércia da diretoria da época.

Nos anos posteriores, a APAE/Jequeri vem utilizando o terreno em questão através de termo de permissão de uso, expedido pela administração estadual.

A atual diretoria ao se deparar com a questão procurou os órgãos competentes com o objetivo de promover a regularização de transferência do aludido imóvel.

Segundo orientação da Diretoria Central de Gestão Imobiliária, da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, para concretização da transferência/doação é necessária a edição de nova Lei Estadual, devidamente redigida, de forma a autorizar a doação do imóvel.

Ante o exposto, estou apresentando o referido projeto e conto com o apoio dos doutos pares desta Casa Legislativa, para que a referida entidade possa regularizar sua situação e continuar com seus préstimos à população do referido município.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.530/2021

Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do Estado de Minas Gerais em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado de Minas Gerais reconhece as atividades religiosas realizadas nos seus respectivos templos e fora deles, como atividade essencial a ser mantida em tempos de crises oriundas de moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.

Parágrafo único – Para a aplicação da presente Lei, devem ser observadas as recomendações expedidas pelo Ministério da Saúde do Brasil.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2021.

Leandro Genaro (PSD)

Justificação: A presente proposição reconhece as atividades religiosas como atividade essencial a ser mantida em tempos de crises oriundas de moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.

Nas últimas décadas, a ocorrência de surtos epidêmicos e catástrofes naturais têm sido uma triste realidade em nosso planeta. Atualmente, países de todo mundo vivem sob o pânico, por conta do avanço do coronavírus, denominado Covid-19, microrganismo responsável por causar uma doença infectocontagiosa que acomete o sistema respiratório da vítima, podendo levá-la à morte.

Diversos Estados do país têm utilizado o isolamento social total que consiste na permanência dos cidadãos em suas casas, bem como o fechamento da maioria dos órgãos públicos, comércio e serviços em geral, mantendo-se apenas atividades consideradas essenciais ao ser humano, as quais não estão contempladas as atividades religiosas. Contudo, a atividade religiosa, garantida pela Constituição Federal, é essencial, pois como sabemos, a fé exerce papel fundamental como fator de equilíbrio psicoemocional à população. Sua função tem papel indiscutivelmente relevante no atendimento e promoção da dignidade da pessoa, princípio de direito fundamental do ser humano. Além da questão da fé, as instituições religiosas prestam serviços sociais importantes que, em momentos de crise, se tornam essenciais. Temos visto nos últimos tempos em todas as catástrofes naturais, os templos religiosos participarem colaborativamente na arrecadação e distribuição de alimentos, água, roupas e itens de higiene pessoal. Atualmente, neste período de Pandemia, diversos templos religiosos estão distribuindo máscaras e cestas básicas, contribuindo na assistência social à população.

A presente proposição visa resguardar o direito das instituições religiosas realizarem as suas atividades observando as recomendações do Ministério da Saúde. Neste momento, os templos podem e devem estar abertos para um aconselhamento individual, oração, doação de alimentos, cultos, missas, encontros e outras atividades que contribuem com o fortalecimento da fé e equilíbrio emocional das pessoas, bem como a assistência social à população.

O reconhecimento do direito da assistência religiosa como atividade essencial tem como base os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, bem como por nossa Constituição Federal. Vale destacar o Decreto Federal nº 10.292, de 25 de março de 2020, que em seu Art.3º, § 1º, inciso XXXIX inclui as atividades religiosas de qualquer natureza como atividades essenciais, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Carlos Henrique. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.756/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.531/2021

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vargem Bonita o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Vargem Bonita o imóvel com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados e zero centésimos), e respectivas benfeitorias, situado na Rua São Lourenço, quarteirão 17, Centro, no Município de Vargem Bonita, e registrado sob o nº 1.636, a fls. 1.636 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Roque de Minas.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao abrigo dos órgãos municipais da área de saúde.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 3 (três) anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2021.

Cássio Soares, líder do Bloco Minas são Muitas e vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PSD).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.532/2021

Institui o Dia Estadual de Mobilização e Combate ao Assédio Sexual contra Mulheres no ambiente de trabalho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual de Mobilização e Combate ao Assédio Sexual contra Mulheres no Ambiente de Trabalho, público ou privado, a ser realizado, anualmente, no dia 16 de dezembro.

Art. 2º – A data tem como objetivo sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre a necessidade de erradicar o Assédio Sexual contra Mulheres no Ambiente de Trabalho como forma de disciplinamento, punição ou por qualquer motivação e pretexto.

Art. 3º – Na data a que se refere o art. 1º, serão realizadas, no Estado de Minas Gerais, ações de mobilização, palestras, debates, encontros, panfletagens, eventos e seminários, visando ao enfrentamento ao assédio sexual contra mulheres no ambiente de trabalho.

Art. 4º – Serão observadas as disposições penais da legislação federal sobre o assédio sexual.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2021.

Ione Pinheiro (DEM)

Justificação: Propor determinado espaço de tempo, que é o dia, e de forma contínua para mobilizar e combater o assédio sexual é dar valor e colocar em prática a proteção à pessoa.

Não é admissível episódios como o ocorrido com a Deputada Isa Penna (que dá nome ao diploma legal) em que foi dentro do plenário “apalpada” como objeto para embrulho e entrega.

Ao longo da história da humanidade foi sempre exigido da mulher esforço maior para se fazer valorizar e mais ainda diante do “alfa” (pessoa que se porta como macho e não como ser humano) como o relatado.

O ambiente de trabalho tem pressuposto mínimo de igualdade (que deveria se estender a demais ambientes) em que os valores humanos com sua dignidade preponderem.

Olhar para o “corpo” como se pudesse ser “usado”, “manuseado” ou “apalpado” notadamente no ambiente de trabalho deve ser motivo de repulsa, de manifestar, e, de constante conscientizar.

O simbolismo do nome da legislação não encerra, em si, o problema que exige mais de cada um de nós, e, em todos os ambientes para todas as pessoas (de qualquer gênero).

O projeto não transcreve a parte penal que é aplicável por ser de competência exclusiva da União como preconiza o Constituinte Federal.

Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Direitos da Mulher para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.533/2021

Declara de utilidade pública o Instituto Terapêutico Luz do Renascer, com sede no Município de Santana do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Terapêutico Luz do Renascer, com sede no Município de Santana do Paraíso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

Justificação: O Instituto Terapêutico Luz do Renascer, com sede no município de Santana do Paraíso, é uma entidade sem fins lucrativos que não remunera os membros de sua diretoria sob qualquer forma, sendo vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. Trata-se de instituição que tem por finalidade desenvolver ações voltadas aos direitos e interesses dos dependentes químicos e alcoólicos em tratamento, bem como, de seus familiares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.534/2021

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE –, com sede no Município de Passa-Quatro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE –, com sede no Município de Passa-Quatro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2021.

Dalmo Ribeiro Silva, vice-líder do Governo (PSDB).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e da Pessoa com Deficiência, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.535/2021

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Nikkey de Varginha, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Nikkey de Varginha, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2021.

Professor Cleiton (PSB)

Justificação: A Associação Cultural Nikkey de Varginha é uma entidade tradicional na cidade e que tem, como uma das principais finalidades, promover a cultura e fomentar o intercâmbio cultural Brasil-Japão.

Trata-se de um trabalho reconhecido em toda a região sul do Estado de Minas Gerais e que ainda atua na área assistencial em importante colaboração com o Poder Público.

O Poder Público, por sua vez, deve, de acordo com vasta disposição Constitucional, atuar no incentivo e fomento das atividades e a integração cultural dos povos (Art. 4, § único art. 23, III, V e art. 215 da CF/88).

Frisamos que a Associação, conforme faz prova documentação anexa, também teve o reconhecimento de utilidade pública por parte do Município de Varginha.

Assim, cumpridos os requisitos legais, requer aos Nobres pares a aprovação da presente proposta legislativa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.468/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para alocação de recursos financeiros e apoio à produção da vacina raiz, em desenvolvimento pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, para o combate à covid-19. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.469/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja instaurando procedimento criminal e administrativo para apuração e responsabilização acerca da morte do adolescente no Centro Socioeducativo em Divinópolis, bem como para a averiguação de eventuais violações de direitos humanos.

Nº 7.470/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que o governo, por meio da Sedese, intervenha junto à Funai para efetivar, em âmbito estadual, políticas de defesa e preservação dos povos maxacalis, que hoje residem em Ladainha, no Vale do Mucuri, considerando-se que, após decisão da Prefeitura de Ladainha de não renovar o contrato de arrendamento dos terrenos da Aldeia Nova, cerca de 400 famílias ficaram sem ter onde residir em definitivo, e nesse contexto de pandemia de covid-19, essa população requer ainda maiores cuidados para evitar os riscos de contaminação de toda a comunidade.

Nº 7.471/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o terreno que, segundo informações prestadas na 11ª Reunião Extraordinária da comissão, está sob a gestão dessa pasta, cedido à Prefeitura de Diamantina desde 2002 e no qual hoje se localiza a Ocupação Vitória, especificando-se a atual situação de propriedade e de posse do referido terreno; tamanho da área cedida à Prefeitura de Diamantina e da área em posse do Estado, se houver; data e motivo da cessão; acompanhamento, por parte do governo do Estado, do atendimento da finalidade da cessão; possibilidade de reversão dessa cessão e destinação dessa área, ou parte dela, para fins de regularização

fundiária da Ocupação Vitória, acompanhado do *link* da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2020, com a finalidade de debater as ações de despejo promovidas pela Prefeitura de Diamantina na Ocupação Vitória. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.472/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas a que seja pautado o Projeto de Lei nº 1.975/2020, que dispõe sobre a suspensão do cumprimento de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em despejos, desocupações ou remoções forçadas durante o estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia de covid-19.

Nº 7.473/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências relativo ao descredenciamento de pátios na região Sul do Estado e ao suposto direcionamento das remoções para um único pátio, localizado em Paraguaçu, com credenciamento para uma área de 3.500m, que atenderia a 10 cidades.

Nº 7.474/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que reforcem o efetivo policial no Município de São João Nepomuceno e realizem, com a brevidade possível, força-tarefa de combate aos crimes que vêm ocorrendo no município, especialmente homicídios.

Nº 7.475/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam convocados os candidatos excedentes no Curso de Habilitação de Oficiais – CHO/2020 –, tendo em vista o princípio da economicidade e da valorização do público interno, bem como os argumentos administrativos e legais já apresentados pela comissão de representantes dos excedentes, em documento entregue ao chefe do Estado-Maior, Cel.-PM Eduardo Felisberto Alves.

Nº 7.476/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que reforcem o efetivo policial no Município de Itamarandiba e realizem, com a brevidade possível, força-tarefa de combate aos crimes que vêm ocorrendo no município, tendo em vista depoimentos de moradores, vítimas constantes de furtos e roubos.

Nº 7.477/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências com vistas à adaptação de meios de comunicação por rádio nas viaturas da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Nº 7.478/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Renato Gavião, delegado regional de Polícia Civil de Pouso Alegre, pelo comando da operação que desmantelou uma quadrilha especializada na prática de furto de gados, que vinha praticando esse crime em diversas cidades do Sul de Minas, e que culminou na prisão de vários integrantes da quadrilha no interior do Estado de São Paulo, em 16/2/2021.

Nº 7.479/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento ou desfecho da Denúncia nº 0006669511/2020 ofertada pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg – em face dos Editais Sejustp 01/2020 a 06/2020, que se referem a gestão das unidades. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.480/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, ao governador do Estado, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para a revogação imediata da Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020 firmada entre esses órgãos, tendo em vista o seu impacto negativo para a população mineira em decorrência do alto índice de presos liberados que se envolveram em crimes, conforme demonstram dados divulgados pelo Ministério Público de Minas Gerais – MPMG.

Nº 7.481/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para o retorno imediato da entrega postal da Carteira Nacional de Habilitação – CNH – no endereço cadastrado pelo condutor no Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG.

Nº 7.482/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da investigação que resultou na prisão dos principais autores de roubo de caminhões transportadores de carga da região do Médio Jequitinhonha e Alto Rio Pardo, em Medina.

Nº 7.483/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Polícia Militar e a Polícia Civil de Campos Altos pelo brilhante trabalho em ação conjunta que recuperou, em 20/1/2021, em Campos Altos, na região do Alto Paranaíba, 830 peças de dormentes que haviam sido furtadas de uma linha férrea, em dezembro do ano passado.

Nº 7.484/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Presidência do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais pedido de informações sobre as farmácias que aderiram à campanha Sinal Vermelho, contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, no Estado.

Nº 7.485/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que seja divulgada, no âmbito do Poder Executivo, a campanha Sinal Vermelho, contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, promovida pela Associação dos Magistrados do Brasil – AMB –, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, e que os depoimentos de mulheres que foram salvas pela campanha sejam exibidos nos órgãos de comunicação do Estado, especialmente no canal de televisão Rede Minas.

Nº 7.486/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho por deturpar fatos relativos a um crime de estupro, com base em acusações misóginas, expondo a vítima a sofrimento e humilhação.

Nº 7.487/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao juiz Rudson Marcos por deturpar fatos relativos a um crime de estupro, com base em acusações misóginas, expondo a vítima a sofrimento e humilhação.

Nº 7.488/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao promotor de justiça Thiago Carriço de Oliveira, por deturpar fatos relativos a um crime de estupro, com base em acusações misóginas, expondo a vítima a sofrimento e humilhação.

Nº 7.489/2021, do deputado Hely Tarquínio, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam adiados os efeitos do Edital Fhemig nº 01/2021, que trata do processo de seleção para escolha da organização social que gerará o Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, até que cessem os efeitos da pandemia. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.490/2021, do deputado Hely Tarquínio, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o edital de processo seletivo e o contrato de gestão publicados em 24 de fevereiro de 2020 acerca da terceirização da gestão do Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, uma vez que a publicação dos referidos documentos não pôs fim às dúvidas e incertezas quanto à legalidade do processo, à alteração no modelo de gestão, ao futuro dos atuais servidores e à qualidade de atendimento que será prestado pela organização social que ficará encarregada pelo hospital. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Professor Cleiton. Anexe-se ao Requerimento nº 7.401/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 7.492/2021, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam realizadas, com urgência, as intervenções necessárias com vistas a que o Estado crie linhas de crédito ou colabore na sua criação para financiar o

capital de giro das micro e das pequenas empresas e dos produtores rurais do Município de Santa Maria de Itabira, que foi fortemente castigado pelas chuvas na madrugada de 21 de fevereiro de 2021. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 7.493/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à coordenação da Mesa de Diálogos e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais pedido de providências para que se priorize e promova, em caráter de urgência, todos os debates e negociações cabíveis destinadas à resolução do conflito envolvendo a Ocupação Vitória e a Prefeitura de Diamantina.

REQUERIMENTO Nº 7.494/2021

– O Requerimento nº 7.494/2021 foi publicado na edição anterior.

REQUERIMENTO Nº 7.495/2021

– O Requerimento nº 7.495/2021 foi publicado na edição anterior.

REQUERIMENTOS

Nº 7.496/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca do contrato celebrado entre o Estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e o Instituto Elo, para que o referido órgão se posicione sobre a legalidade dos recursos repassados por força do contrato pactuado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.498/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que seja apreciada com especial atenção a possibilidade de expansão da malha de gasodutos, incluindo-se o Município de Ouro Fino. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 7.499/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que seja apreciada com especial atenção a possibilidade de expansão da malha de gasodutos na região Sul de Minas, incluindo-se os municípios próximos a Pouso Alegre. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 7.500/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que seja apreciada com especial atenção a possibilidade de expansão da malha de gasodutos na região Sul de Minas, incluindo-se os municípios próximos a Extrema. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 7.501/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à secretária de Estado de Educação – SEE – pedido de informações sobre a destinação a ser dada ao imóvel localizado no Município de Nanuque, na Rua Três Corações, nº 223, onde funcionava a Escola Estadual Emiliana Passos, e que, atualmente, encontra-se em situação de abandono e depredação, bem como sobre as providências que estão sendo adotadas para assegurar a preservação desse patrimônio. (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 999/2021

– O Requerimento Ordinário nº 999/2021 foi publicado na edição anterior.

Oradores Inscritos

O deputado João Vítor Xavier – Sr. Presidente, Srs. Colegas, Sras. Colegas e público que nos acompanha, vivemos, no dia de ontem, na Assembleia, uma das tardes mais estarrecedoras desta Casa. Aqui estive o secretário de Saúde do Estado, Dr. Carlos Eduardo, na tentativa de explicar o inexplicável, na tentativa de dar legalidade para o que é imoral, na tentativa de fazer normal aquilo que é inaceitável para cada mineiro e para cada mineira. O secretário ficou aqui, por aproximadamente 7 horas, tentando explicar para o povo mineiro porque ele e seus assessores foram vacinados de forma secreta, sigilosa e fora da lista de prioridades definida pelo governo federal, de que essa Secretaria de Estado de Saúde deveria ser a principal guardiã.

Eu digo aqui que compreendo que o secretário Carlos Eduardo deveria, sim, ser vacinado, pelo menos essa é a minha avaliação, porque considero que ele está na linha de frente do combate à Covid, trabalha, vai a campo, visita hospitais, vai à clínica, reúne-se com médicos, com infectologistas. Ele, de fato, compõem a linha de frente. Mas eu pergunto a V. Exa., deputado Cleitinho: um jovem, na casa dos 20 ou 30 anos, que trabalha na Cidade Administrativa, na equipe de comunicação, como *web design*, é prioritário? Uma secretária que faz um trabalho burocrático, sentada na Secretaria de Estado de Saúde, lá na Cidade Administrativa, se faz prioritária? No que ela é mais importante do que os nossos policiais militares? Por que ela ou esse jovem são mais importantes? Por que são mais importantes do que a nossa Polícia Civil? Por que eles são mais importantes que os nossos bombeiros, que, debaixo de chuva, de sol, continuam enfrentando a lama de Brumadinho, atrás dos corpos perdidos?

A nossa sociedade está se acostumando a emendar uma tragédia com a outra. Emendou a tragédia da Samarco, contra o povo de Mariana, com a tragédia da Vale, contra o povo de Brumadinho, e agora, lamentavelmente, enfrentamos uma epidemia mundial. Ninguém tem controle sobre ela. Não é culpa de José, Manuel, Maria ou Ana, mas nós somos responsáveis pela gestão desta pandemia, nós somos responsáveis por aquilo que fazemos como poder público para enfrentar a maior catástrofe sanitária e de saúde pública da história da nossa sociedade. Essa é a nossa responsabilidade: aquilo que fazemos para minimizar a dor alheia, para ter empatia com quem precisa, para ter solidariedade com aqueles que não podem sair de casa para trabalhar porque não foram vacinados, os filhos que não podem ver os seus pais, os pais que não podem ver os seus filhos, os avós que, há cerca de um ano, não abraçam os seus netos, as pessoas que perderam tudo no comércio, na indústria, no serviço. O que nós podemos fazer todos os dias para diminuir a dor dessas pessoas? É essa pergunta que temos obrigação de nos fazer todas as manhãs, quando acordamos. E aí eu pergunto. O que nós podemos fazer como Estado é vacinar, pela Secretaria de Saúde, os funcionários da Secretaria de Saúde na frente da nossa população?

Eu conheço idosos, deputada Beatriz, de 80 anos que ainda não foram vacinados, homens e mulheres com comorbidades que ainda não tiveram o privilégio, porque hoje é um privilégio. Se você perguntar para um brasileiro se ele quer um carro zero ou se ele quer a vacina, a grande maioria escolhe ter a vacina. E o secretário de Saúde tenta, nesta Assembleia, legalizar o ilegal, moralizar o imoral. Porque foi isso que ele fez no dia de ontem, tentou moralizar o que é imoral.

Mas quero dizer, como presidente da Comissão de Saúde: eu acredito na boa-fé do governador Romeu Zema. Acredito e quero continuar acreditando que nós temos um homem de bem no governo do Estado, porque para mim o Zema é um homem de bem. Eu não apoiei o Zema, eu não sou da base de governo do Zema. Eu aliás não sou como meia dúzia que há aqui, que passa o tempo todo puxando o saco do Zema. Estive com ele pouquíssimas vezes, e todas institucionais e a trabalho. Mas eu respeito o Zema. Tenho nele um cara trabalhador, dedicado, honesto, decente. Nunca ouvi falar do Zema metido em rolo, em nada de errado, tentando qualquer coisa errada. Eu respeito o Partido Novo. Tenho divergências ideológicas em relação ao Partido Novo, penso diferente deles em muitas coisas, mas eu acho que a presença do Partido Novo é importante no cenário político. Trouxeram boas ideias. A discussão da liberdade econômica tem dado contribuições. E eu torço muito para que eu continue respeitando o governador do Estado e para que eu continue respeitando o Partido Novo. Para eles pode não fazer diferença o meu respeito; mas, para mim, como homem público que sou e construtor da democracia que busco ser, faz muita diferença. Poder olhar para o governador do meu estado e dizer: “Esse cara erra, esse cara acerta, mas esse cara é um cara de bem, e ele não defende o que está errado”. Esse partido erra e esse partido acerta, mas esse partido tem boas intenções e está tentando fazer o melhor. E é um sentimento que eu tenho em relação ao governador Romeu Zema e em relação ao seu partido, o Partido Novo. Tenho que o partido é formado, em sua maioria, por pessoas de bem, e que tem as suas ideias, que são legítimas. E tenho no governador um homem de bem e que está buscando fazer o melhor que ele pode.

No entanto, deputado Cleitinho, a quem vou conceder aparte, estamos vivendo um momento decisivo, e a linha é tênue. Até o dia de hoje, o problema do fura-fila é um problema do secretário de Saúde. A partir de hoje, se não for resolvido pelo governo, passa a ser um problema de governo e do governador. E isso é muito grave, porque quem é conivente com o malfeito, malfeitor também o é.

Quem concorda com o errado, errando também está. E eu não gostaria de ter essa tristeza e essa decepção de saber que o governo – o governo – passará a compactuar com o malfeito, que até agora é do secretário.

Ele esteve aqui ontem e disse que o que fez foi através de uma deliberação. A deliberação foi feita por ele, liderada por ele, endossada por ele, e para o privilégio dele e dos seus. Isso é imoral, isso é inaceitável. E eu vejo a repulsa do povo mineiro na rua. As pessoas estão revoltadas. Eu recebi centenas de mensagens, de contatos, de ligações, pelas redes sociais, pelo WhatsApp, pessoalmente, nas ruas. As pessoas não engoliram essa canalhice, que foi vacinar gente de vinte e poucos anos, que trabalha dentro de escritório, no lugar de idoso, no lugar de hipertenso, no lugar de diabético, no lugar de médicos. Nós temos aqui, nesta Casa, deputados que são médicos, e que até hoje não foram vacinados. Eu recebi um relato de pessoas da saúde que ainda não tiveram a oportunidade de se vacinar. E nós estamos tendo gente de trabalho burocrático e administrativo se vacinando. E vem aqui o secretário dizer: “Olha, se eu não vacinar a moça que paga os convênios, não há dinheiro”. Então, secretário, que vacinasse o secretário de Fazenda. “Olha, eu fiz isso para dar bom exemplo.”

Então, secretário, que o fizesse publicamente, sob a luz do dia, em frente às câmeras, e não às escondidas como foi feito. É das páginas mais tristes da história de Minas. Nenhum estado fez o que Minas Gerais fez; nenhum secretário de Estado fez o que o nosso fez; nenhum lugar do Brasil repetiu a prática que Minas Gerais repetiu. A partir de hoje, temos um divisor de águas para decidir se essa é uma falha do secretário ou do governo. Estarei atento aguardando essa definição para saber se teremos uma falha do secretário, com a sua equipe, com o seu corpo, ou se teremos uma falha do governo do Estado.

O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte) – Eu só quero deixar uma contribuição aqui, porque acho importante a gente falar sobre isso. Ontem mesmo o nosso companheiro aqui da Assembleia, Ulisses, propôs também uma CPI, a qual vários deputados assinaram. Eu também assinei, porque cabe a nós fiscalizar. É atribuição dos deputados fiscalizar. A gente tem três atribuições dentro da Assembleia: legislar, fiscalizar e representar. Eu, que sou muito dessa parte de fiscalizar, como é que não assino uma CPI como essa? É mais do que justo assinar uma CPI como essa, até para a gente mostrar para a população mineira o que está acontecendo de verdade.

Em vez de a gente discutir aqui, João, mais vacinas, a gente está discutindo que furaram fila. Será que a gente não vai aprender durante essa pandemia, não? Tem ainda que passar mais vergonha? A gente viu aí um vice-prefeito de uma cidade de Minas Gerais também furando fila.

Vou dar um exemplo para vocês. O meu irmão virou prefeito da cidade lá, João. Ele é prefeito. O meu pai viaja três vezes por semana. Ele vai fazer 68 anos agora e viaja três vezes para o Ceasa para buscar verdura para a gente vender no varejão que a gente tem lá. Se o meu irmão fosse um cara insequente, que não tivesse consciência, poderia chegar lá e passar o meu pai na frente: “Vacinem o meu pai aí”. O meu pai está correndo risco de vida. Mas, como ele tem consciência, vai seguir a lei, porque a lei é para ser cumprida, ele não vai fazer isso. E que isso sirva para todos. Lei tem que ser cumprida! Então, não tem que furar a fila, não. A gente tinha que discutir aqui mais vacinas, mais compra de vacinas, para vacinar policiais, professores; vacinar todo mundo, porque toda vida é prioridade. Aquele morador de rua que está na praça, aqui, é tão importante quanto o governador. Então, todo mundo é prioridade. Infelizmente não tem vacina para todo mundo ainda. Mas que seja justo. Foi o que falei com ele ontem: “Seja justo!” Fico triste, porque, hoje, o secretário ia estar na minha cidade, Divinópolis, até para olhar a questão do hospital regional, para reabrir, para ter mais leitos, mas não foi. Parece que foi porque assinei a CPI. Quero deixar bem claro que não é nada, João, contra o secretário.

O deputado João Vítor Xavier – Isso é uma canalhice!

O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte) – Não vou prevaricar, não, porque a minha função é esta, de fiscalizar. Se chegar uma CPI contra mim aqui, eu tenho que assinar. Quem não deve não teme. Se a CPI mostrar que não tem nada de errado, nós teremos, todos os deputados, humildade de falar: não teve nada de errado. Agora, se tem, que os culpados sejam punidos. Está bem, João? Muito obrigado pelo aparte.

O deputado João Vítor Xavier – A minha solidariedade a você, deputado Cleitinho; a minha solidariedade ao seu irmão, prefeito de Divinópolis; a minha solidariedade, em especial, ao povo de Divinópolis. É uma canalhice, é uma canalhice um secretário de Estado se recusar a ir a uma cidade porque um deputado assinou uma CPI. Isso é uma canalhice. Isso é um ato de bandidismo, isso é inaceitável. Falo aqui como seu companheiro de Parlamento e como presidente do seu partido, deputado Cleitinho: conte com a minha solidariedade! O secretário vai à Divinópolis ou por bem ou por mal, porque, se ele não for a Divinópolis, atendendo ao convite, ele atenderá à convocação da Comissão de Saúde, para que lá ele dê as explicações sobre o hospital regional.

Ontem, ele esteve aqui e enrolou tudo sobre os hospitais regionais também. Ou ele vai por bem ou ele vai por mal; ou ele vai no convite ou ele vai na convocação. Mas ele vai ouvi-lo e vai ouvir o povo de Divinópolis. É uma canalhice um deputado estadual receber uma ligação da secretaria de Estado desmarcando uma agenda de um secretário porque um deputado cumpriu o seu papel e assinou uma CPI. Lamentavelmente, isso demonstra que não tem a menor condição ética, moral e política de estar à frente de uma secretaria dessa importância neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito Obrigado, deputado João Vítor Xavier. Parabéns pela condução dos trabalhos à frente da Comissão de Saúde, trazendo sempre temas relevantes a esta Casa.

O deputado Cleitinho Azevedo – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, deputadas e deputados, público presente, servidores desta Casa, povo mineiro.

Na minha fala de hoje, eu queria deixar uma conscientização para a classe política. Não só para a classe política, mas para os três Poderes. A gente sabe da situação, da gravidade da pandemia, do que vem acontecendo em nosso país. A gente precisa de vacina urgente. O que cada governador, cada prefeito e o presidente têm que priorizar agora é a vacina. Mas eu queria chamar a atenção aqui da classe política e também dos três Poderes para isto. Estou vendo alguns políticos – não estou aqui generalizando – falando para as pessoas ficarem em casa, falando que agora o trabalhador tem que ficar dentro de casa. E como esse trabalhador vai fazer? Eu faço uma pergunta aqui: o que há de incentivo do governo federal, do governo estadual e dos municípios? Em relação a esse trabalhador que tem uma empresa, que fecha o seu comércio agora, quem vai pagar a sua energia, quem vai pagar a sua água à Copasa? Quem vai pagar o seu aluguel? Se ele ficar com o seu comércio fechado durante um mês, você acha que o dono do aluguel ou a locadora vai isentá-lo de pagar o aluguel? Aí que eu faço essa pergunta.

Nessa situação, a gente tem que ser solidário a essas pessoas. A gente tem que achar o equilíbrio e parar de punir o comércio, de achar que o vilão dessa história é o comércio. O vilão não é o comércio, não; pelo contrário. Eu queria aqui chamar a atenção da classe política, dos três Poderes, de todos. Eu ouvi alguns políticos falando: “Vamos fechar tudo”. Então abram mão do seu salário, abram mão dos seus privilégios, abram mão das suas regalias, abram mão de tudo, até porque o patrão de verdade é o empresário, é o trabalhador que paga os impostos para pagar o nosso salário, para pagar o salário do Judiciário, do Legislativo e do Executivo. É muita hipocrisia um político, num momento como este, mandar fechar tudo e continuar recebendo o seu salário em dia e recebendo seus privilégios e suas regalias. Pior: ainda estou vendo fazerem algumas PECs lá no Congresso Federal mandando congelar o investimento na educação, o investimento na saúde, mas não mandam congelar o salário dos políticos, não mandam congelar o salário do Judiciário. Pelo contrário, você vê o salário aumentando. Se houvesse um deputado, um senador de peito, ele deveria mandar congelar todos os salários. O mais importante é reduzir, não é? Mas reduzir é um sonho. Mas mandar congelar... Parece que a gente está vendo o contrário. A gente está vendo, numa cidade de Minas Gerais, um prefeito comprando carro de luxo de R\$260.000,00. A gente está vendo numa cidade aqui perto, em Itaúna, vereadores brigando para aumentar o salário. Então, em vez de se congelar tudo da classe política, do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, está-se aumentando. Que país é este? Que hipocrisia é essa? Que demagogia é essa de mandar fechar tudo? O trabalhador, que é o nosso patrão, fica sem trabalhar, fica sem pagar imposto e ainda tem que pagar o nosso salário em dia, tem que pagar aumento de salário, como a gente vê no Judiciário, como a gente vê promotor, procurador falando que um iPhone de R\$3.000,00 é lixo. Veja se um trabalhador tem direito a um iPhone! O que é isso,

gente? Parece que o ser humano só aprende na dor. Será que o nosso país e a classe política nem na dor vão aprender neste momento? Será que a classe política, o Judiciário não vão aprender neste momento, não? Estão tentando aumentar ainda mais... Como eu falei para vocês, lá na cidade de Itaúna há vereador querendo aumentar salário numa situação desta, e estão mandando ficar em casa. Espere aí, mas como o trabalhar vai pagá-lo? Ele o paga trabalhando. Faço esta pergunta: que incentivo existe agora para a classe trabalhadora, gente, se ficarmos em casa?

Qual incentivo que ele tem? Nenhum. E ainda tem que ficar dentro de casa pagando mordomia e privilégio só para o Judiciário, para nós aqui, os políticos – me coloco nessa aqui também. Não estou aqui generalizando, estou falando para toda a classe aqui, para todos os três Poderes, por isso este país agora precisa passar por uma revolução que se chama reforma política urgente neste país. Não tem condição uma situação dessa, não. Mandam fazer para cortar gastos, não é? Vão congelar teto, vão congelar gastos na educação e saúde, mas congelar a turma do Judiciário, do Legislativo, dos políticos, não congelam. Pelo contrário, aumentam.

Então vou deixar essa dica aqui para todo o Brasil. É um ótimo momento agora para a gente acabar com o fundo partidário. Vamos acabar com o fundo partidário. É um ótimo momento. Vamos acabar com o auxílio-paletó, com o auxílio-moradia, com os cartões corporativos, com o auxílio-alimentação. Vamos acabar com tudo agora, vamos acabar com os privilégios. Alguns políticos não estão mandando o povo ficar dentro de casa? Então o povo vai ficar dentro de casa e continuando a pagar mordomia e privilégio para vocês? Espere aí. Está errado isso aí. Está errado. Então vamos parar de hipocrisia e demagogia. O político que fica falando aí: “Fica em casa. Não vão trabalhar, não”. Abra mão do seu salário, abra mão de seus privilégios. Isso vale para todas as classes políticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A presidente (deputada Beatriz Cerqueira) – Com a palavra, para seu pronunciamento, deputado Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, Sra. Presidenta Beatriz Cerqueira, colegas deputados aqui presentes, servidores desta Casa. Boa tarde, público que nos assiste pela TV Assembleia.

De um ano para cá, esta tribuna tem sido ocupada várias vezes para debatermos sobre a pandemia. Uns defendem que fechem o comércio, outros falam que não, outros julgam quem é o vilão da história. O vilão da história é o vírus. Quem mata é o vírus, mas deputada Beatriz, a ignorância também mata. E é evidente que o nosso país, pela dimensão que tem, pela diversidade de cada região, cada estado se torna um país e, às vezes, aquela região no estado é um país. Pela diversidade, a gente sabia que a pandemia, quando aqui chegasse, iria tomar proporções. E nós sabíamos que a chance de batermos recordes, triste recordes... Recorde é alguma coisa que, quando a gente fala, a gente pensa em vitória, não é? Mas sabíamos que o triste recorde, no dia a dia, seria grande. Infelizmente quem deveria liderar esse processo banalizou isso, foi ignorante, está sendo ignorante.

Eu costumo dizer que em algumas questões – e aqui eu não tenho nenhuma procuração para defender político algum... Mas eu quero aqui lembrar uma frase do prefeito de Belo Horizonte lá no início da pandemia, o Kalil. Ele chamou os especialistas, os infectologistas, os estudiosos, a ciência e disse: “Eu não entendo sobre isso. Eu tenho a sensibilidade, mas eu não entendo”. Basicamente isso: “O que vocês falarem eu vou seguir”. E naquele momento Belo Horizonte foi fundamental para que Minas não tomasse uma proporção absurda no que diz respeito ao crescimento da pandemia. Em muitos momentos a gente via o governador falar que Minas estava uma maravilha, que aqui estava sendo feito diferente, que estava sendo feito daquele jeito.

Deputados e deputadas, povo mineiro, Minas de ontem: 263 mortes em 24 horas; Brasil de ontem para hoje: 2.286. Minas, deputada Beatriz, bateu recorde, triste recorde; Brasil bateu recorde, triste recorde. Será que podemos dizer que há alguma comparação a ser feita? Há alguma semelhança entre o que está sendo feito pelo governo federal e pelo governo estadual no que diz respeito à pandemia?

Amigos e amigas, não banalizem a morte. Não banalizem a morte! Um ano atrás, quando ouvíamos falar que na Itália ocorriam 400 mortes por dia, nós nos assustávamos; 600 mortes, nós nos assustávamos; no Brasil, 100 mortes, nós assustávamos; 200,

300 mortes, nós nos assustávamos. O Brasil demorou dias para chegar a 2 mil mortes; e agora, em 1 dia? Não banalizem a morte. Não se trata aqui de questões político-partidárias. Trata-se de uma questão política, mas não partidária, não de cores, não de ideologia. Já é passada a hora de o País e de o Estado se unirem para combater efetivamente a pandemia.

Colegas deputados, eu não aguento mais ver gente morrer. Eu não aguento mais. (– Emociona-se.) Eu não aguento mais ter que entubar um paciente, correr para outro paciente. Eu não aguento mais estar na minha casa e ouvir o telefone tocar pedindo vaga. O que eu posso fazer por uma vaga que antes nós já tínhamos dificuldades de conseguir na nossa região – e a temos até hoje em relação a vaga para CTI geral. Hoje a maioria é de vaga para a Covid. Deputado Cleitinho, eu não aguento mais isso. Quem está na linha de frente está cansado. Os colegas da enfermagem estão cansados. A fisioterapia, que nunca foi valorizada neste país, está cansada; ela, que ajuda tanto a respirar, já não está tendo fôlego mais. Por isso vamos ouvir a ciência. Pelo amor de Deus, vamos ouvir a ciência! Quando a gente está doente, quando o nosso filho adocece, a gente o leva a quem? À pediatra ou ao pediatra. Quando o problema é neurológico, leva ao neurologista; quando é cirúrgico, leva ao cirurgião. Mas por que fugir da ciência quando a resposta está lá? Eu ouço até hoje pessoas falarem: “Olha, não acredito na vacina porque foi feita muito rápido”. Não há remédio mais seguro que vacina. Não existe remédio mais seguro que vacina. Foi feita muito rápido porque o mundo está estudando essa questão. Todo mundo está debatendo isso, vários laboratórios, vários países, e nós não podemos perder o trem da história. Nós não podemos perder o trem da história. Se voltarmos lá atrás na história... Eu vejo pessoas hoje debatendo, dando mau exemplo e falando contra as máscaras. Se recorrermos à história, a gente vai ver que em quadros, pinturas, em determinadas épocas de pandemia o povo estava usando máscara. É triste ouvir as pessoas falarem assim. E às vezes começam a usar, de uma hora para outra, pensando em uma questão eleitoral. Bastou, deputada Beatriz, bastou o Lula aparecer de máscara e explicar que ia ter que tirá-la naquele momento porque estava respeitando a distância para o presidente da República mudar o seu ritual e usar máscara. Daqui a pouco, aqueles que o seguem devem estar perguntando se é preciso defender vacina, máscara ou se ainda podem bater...

O deputado Bartô (em aparte) – Obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Só queria ressaltar aqui como é clara a ordem do mercado. Uma coisa é o monopólio, quando o candidato está tranquilo, fazendo o que bem entende; outra coisa é uma pessoa chegar e apresentar risco de concorrência real para ele começar a alterar o seu próprio padrão para servir àquilo que ele entende que é o melhor, que é o que a população gosta. Então, mais uma vez, a concorrência demonstra que só ela é capaz de melhorar os serviços ou até mesmo de baixar os preços. Obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire – OK, deputado Bartô. E, pegando a sua lógica, do outro lado, o vírus é o nosso concorrente, o vírus é o nosso concorrente. Não sou neoliberal, mas pegando a sua lógica, se o vírus está aí sendo o nosso concorrente, por que não combatê-lo seguindo a ciência? Por que não seguir os ensinamentos da ciência? É isso o que eu digo aqui.

Eu não poderia deixar de debater aqui o assunto traçado nesta Assembleia ontem e o que o deputado João Vítor Xavier também colocou aqui: a vacinação. É preciso avançar mais, é preciso haver transparência, é preciso entender quem realmente está na linha de frente. Quem faz a limpeza de um hospital está na linha de frente; quem é recepcionista de um hospital está na linha de frente; quem é motorista de ambulância está na linha de frente; servidores do Hemominas estão na linha de frente. Esses estão na linha de frente. Quem está em casa, trabalhando de casa não está na linha de frente. E nós queremos saber disso.

Aqui quero defender e ser solidário à fala do nosso presidente Agostinho Patrus ontem. A fala do nosso presidente foi a fala de alguém que está indignado, e a indignação toca fundo em todos nós; a indignação toca o nosso interior, toca o nosso coração. O povo mineiro pede respostas. O meu celular e o celular de vocês... Com certeza, no dia a dia, as pessoas estão perguntando. O parlamentar que anda e que trabalha, o parlamentar que escuta o povo, que escuta as suas bases, no dia a dia, é questionado. Então, colegas deputados e deputadas, acima de discutir o certo e o errado, vamos escutar a ciência de maneira verdadeira.

Eu termino a minha fala mandando um forte abraço a todas as mulheres e, me permitam as mulheres, de uma maneira especial, a todas as mulheres que estão na linha de frente, que são muitas. A maioria da enfermagem, com certeza, é de mulheres que estão na linha de frente, que têm jornada dupla ou tripla, que chegam em casa e ainda vão fazer o serviço de casa.

Então eu costumo dizer que não é um mês nem uma semana nem o dia 8 o momento de simplesmente falar parabéns. É um dia de luta, é uma semana e um mês de luta, e deve ser cada dia do ano de luta. Então, parabéns às mulheres que estão na linha de frente fazendo um belíssimo trabalho. Nós temos pesquisadoras fazendo belíssimos trabalhos; nós temos médicas, enfermeiras, fisioterapeutas, técnicas de enfermagem. Então fica aqui o meu abraço, e, abraçando vocês, eu abraço cada mulher deste país, cada mulher deste nosso estado. Quero dizer a vocês que a luta é árdua, mas nós não devemos nunca parar; nós devemos, no dia a dia, lutar para empoderar e para as mulheres ocuparem mais espaços. A deputada Beatriz brincava ali quando eu a convidei para presidir enquanto eu fazia uso da palavra. Nós lutamos realmente, deputada, para que cada dia mais as mulheres ocupem esse espaço. A mulher realmente tem de estar no lugar que ela quiser estar. Então fica aqui um abraço às mulheres.

Quero dizer a todo povo mineiro que não é tempo de relaxar, é tempo de a gente pensar lá no início da pandemia e continuar nos entristecendo com as notícias do dia a dia. Precisam parar de achar que, quando a gente chega aqui; precisam parar de achar que, quando um político fala isso, está fazendo política em cima de pandemia. Não. Mas o povo mineiro, o povo brasileiro cobra no dia a dia. E nós não queremos ver mais, estampados nos jornais, nós não queremos ver mais, na televisão, nos jornais, nos telejornais do dia a dia, recorde de recorde na questão da morte por Covid. Não banalizem a morte, por favor, pelo amor de Deus.

A presidente – Eu devolvo a presidência dos trabalhos ao deputado Doutor Jean Freire.

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Muito obrigado, deputada Beatriz. Com a palavra, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde. Boa tarde, colegas parlamentares. Não há dor maior para um homem e uma mulher, em qualquer país do mundo, do que levantar de manhã e não ter a certeza de um café e um pãozinho com manteiga para tomar. Não há dor maior para um ser humano do que ele chegar na hora do almoço e não ter um prato de feijão com farinha para dar para o seu filho. Não há nada pior do que o cidadão saber que ele está desempregado e que, no final do mês, não vai ter o salário para sustentar a sua família. Essa dor que a sociedade brasileira está sentindo agora me faz dizer para vocês: a dor que eu sinto não é nada diante da dor que sofrem milhares, milhões e milhões de pessoas; é muito menor que a dor que sofrem quase 270 mil pessoas que viram os seus entes queridos morrerem: seus pais, seus avós, sua mãe, sua mulher, seu marido, seu filho, seu neto, e sequer puderam se despedir dessa gente na hora que nós sempre consideramos sagrada; ficaram sem a última visita e o último olhar na cara das pessoas que a gente ama.

E muito mais gente está sofrendo. E, por isso, eu quero prestar a minha solidariedade nesta entrevista às vítimas do coronavírus, aos familiares das vítimas do coronavírus, ao pessoal da área da saúde sobretudo, de toda a saúde privada e pública, mas sobretudo aos heróis do SUS que, durante tanto tempo, foram descredenciados politicamente. Foram descredenciados no exercício da sua profissão porque só mostravam as coisas ruins que aconteciam no SUS. Quando veio o coronavírus, se não fosse o SUS, teríamos perdido muito mais pessoas do que perdemos, apesar de o governo tirar tanto dinheiro do SUS e de o governo ser um verdadeiro desgoverno no trato à saúde. Vocês sabem que a questão da vacina não é uma questão de se ter dinheiro ou de não se ter dinheiro; é uma questão de saber se amo a vida ou se amo a morte; é uma questão de saber qual é o papel de um presidente da República no cuidado com o seu povo.

O presidente não é eleito para falar bobagens e *fake news*. Ele não é eleito para incentivar a compra de armas, como se estivéssemos necessitando de armas. Quem está precisando de armas são as nossas Forças Armadas e a nossa polícia, que muitas vezes sai para a rua para combater a violência com um revólver 38 velho e todo enferrujado, e não sociedade brasileira.

Com essas palavras, presidente, inicio o meu pronunciamento no dia em que completamos um ano de pandemia no nosso país, com mais de 270 mil mortes no Brasil. É como se hoje, ou todos os dias, ou nos últimos dias caíssem 10 aviões lotados e ninguém sobrevivesse. Essa é a nossa dimensão da pandemia. Palavras de empatia, de entender a dor do outro, de compreender o papel de um estadista, e de compreender que a sua função pública precisa ser uma função de referência para as pessoas, essa fala é a do melhor presidente que o Brasil já teve. Com essas palavras, inicio reportando e lendo o discurso do presidente Lula, que aconteceu no dia de ontem, dada a sua importância histórica e política. Aliás, se escutássemos esse discurso, como fiz, sem identificar a pessoa, saberíamos que esse deveria ser o discurso de um presidente, o discurso de um governante sobre a valorização do SUS, um discurso de empatia com aqueles que estão sofrendo. Não é falar “e daí?” e boicotar o enfrentamento à pandemia, como estudos recentes mostraram a partir da análise das normas do governo federal.

O momento que o Brasil vive é gravíssimo. Ontem eu dizia ao secretário de Estado de Saúde, quando, além de se vacinar escondido, ele ainda se vangloriava de que as coisas em Minas davam certo, pois falava como se fosse um *ranking*, uma competição de estados em relação à pandemia, que a verdade é que deu tudo errado, deu tudo errado no Brasil, deu tudo errado em Minas Gerais. Estamos com recordes diários de mortes e de contaminação. Se tivesse dado certo e se houvesse eficiência, não estaríamos nas condições que estamos hoje.

Assim sendo, ninguém pode celebrar eficiência no Brasil, ninguém pode celebrar que deu certo. Quando você recebe o imposto do cidadão, e fala-se muito do direito do cidadão e de sua liberdade, ou melhor, o cidadão paga o seu imposto por meio de um contrato social que diz que parte daquele imposto vai ser destinado a determinadas áreas do Estado, mas o governo descumpra esse pacto, não investe o mínimo constitucional em saúde, passa mais de 5 horas sentado nessa cadeira próxima a V. Exa., e não nos explica o porquê de o governo de Minas, no pior ano da pandemia, ter investido menos. Ele tem ainda o desrespeito de associar a sua baixa eficiência ou a sua ineficiência ao governo anterior, como se a responsabilidade fosse do governo anterior. Fez isso dizendo que, no ano de 2019, teve que fazer um aporte maior de recursos, o que não foi preciso fazer em 2020, já que, em 2019, precisava pagar as dívidas do governo anterior.

O governo Zema não desceu do palanque, a sua incapacidade de disputar conteúdo na política e conteúdo de políticas públicas o faz repetir discursos eleitorais até hoje. Os dados demonstram que tanto em 2019 como em 2020, o investimento em saúde foi tão baixo quanto. Não há diferença no que foi efetivamente pago, no que foi empenhado, e naquilo que foi liquidado.

Os dados demonstram que não há diferença. Então é um governo que prega uma eficiência não cumprindo o pacto com a sociedade, porque, se é uma regra, 12% dos impostos que o povo paga precisariam ir para a saúde. Como eu disse, eu ainda vou trazer o balanço da educação, porque, na educação, o governo também é devedor de bilhões de reais. Tem dinheiro em caixa, tem dinheiro do Fundeb e não faz os investimentos necessários.

Mas esse debate eu vou trazê-lo em outra oportunidade, porque, no tempo que me resta, eu quero trazer a realidade dos meus colegas de profissão, que, neste momento, sofrem com medidas completamente desnecessárias. Eu estou falando do prefeito municipal de Ipatinga. Nós estamos no pior momento da pandemia, nós estamos em luto por mortos e mais mortos todos os dias e, a despeito de a rede de saúde de Ipatinga estar em colapso, 100% ocupada, ele mantém a determinação de aulas presenciais. Para aqueles que defendem o retorno presencial das aulas neste momento, os dados de quem já retornou irão nos ajudar, porque hoje o Município de Ipatinga está com suas escolas abertas, e a prefeitura não cumpre o próprio protocolo por ela determinado. Não é incrível? A prefeitura, que é onde o cidadão deve depositar a sua, não sei, fé, esperança... Mas deve entender que o que a prefeitura fala ela fará, corresponde à realidade. A prefeitura determinou protocolos que ela não segue. E não há uma efetiva fiscalização dos órgãos competentes em relação a isso no Município de Ipatinga. Então eu estou com a tarefa de falar sobre a vida ou risco de morte que os nossos colegas e a comunidade escolar vivem em Ipatinga, que tem hoje 35 mil matrículas na educação básica – isso fora a rede estadual.

(– Lê:) “O prefeito autorizou o funcionamento das escolas municipais e privadas, colocando em circulação e deslocamento, no mínimo, 40 mil pessoas” – porque o retorno da atividade presencial significa uma maior circulação de pessoas naquela comunidade, naquela sociedade. “Ipatinga está entre as cidades mineiras de maior população de idosos e adultos de grupo de risco para a Covid, residentes em domicílios com pelo menos uma criança ou um adolescente.” Dados também relevantes: “Temos um número alto de crianças com comorbidade. São mais de 600 crianças pequenas. Há cerca de 45 dias, os índices de contaminação, óbitos e taxas de ocupação de leitos só crescem. Nos últimos três dias, a taxa de ocupação de UTI Covid e não Covid varia entre 100% e 103%, evidenciando o colapso no sistema de saúde. Enquanto isso, nas escolas, ocorrem situações de aglomeração e descumprimento de regras básicas para evitarmos a transmissão das doenças. Ocorrem tanto no entorno quanto no interior das escolas” – eu estou com vários registros fotográficos aqui que me foram enviados pelos trabalhadores em educação e pelo Sind-UTE, subsede de Ipatinga. “A Secretaria Municipal de Educação não conseguiu comprar equipamentos de proteção individual. As pessoas estão indo trabalhar sem o fornecimento de equipamentos de proteção individual. Na maioria das escolas, as crianças realizam todas as atividades na sala de aula, incluindo as refeições. Essa foi a saída encontrada e orientada pela Vigilância Sanitária no município” – então a escola é o lugar da aula, é o lugar da refeição. “A Secretaria Municipal de Saúde atestou a contaminação de dezenas de profissionais nas primeiras semanas de trabalho. Muitos não receberam...” – estou falando da rede municipal de Ipatinga – “...muitos não receberam orientações de como proceder a partir do teste positivo e...”Pasmem!”...alguns foram orientados a continuar trabalhando porque estavam assintomáticos.” Eu vou repetir: professores testaram positivo para a Covid – professores da rede municipal de Ipatinga –, estavam assintomáticos e foram orientados a continuar trabalhando na escola, a escola que está aberta e, em tese, recebendo crianças e adolescentes. “No dia 12 de fevereiro, a Secretaria Municipal de Educação enviou comunicado às escolas indeferindo atestados médicos...” Indeferindo atestados médicos. “...de pessoas que estão classificadas como grupo de risco à Covid, como é o caso dos portadores de diabetes ou doenças respiratórias crônicas, e convocando-os para o trabalho presencial.”

Isso foi em fevereiro. A Secretaria Municipal de Educação ainda ilegalmente está impondo restrições na contratação de profissionais que participaram do processo seletivo. Faltam profissionais de limpeza e de cantina em todas as unidades, o número de professores contratados está abaixo da necessidade. Qual é o resultado disso? As direções das escolas estão assumindo as salas de aula, e, nas hipóteses em que não conseguem garantir essa cobertura, os estudantes estão sendo liberados. O trabalho remoto não está acontecendo para atender os estudantes cujas famílias optaram pelas atividades não presenciais. É aquele discurso: a família faz opção se quer levar o filho à escola ou se quer ficar com o filho em casa em trabalho não presencial. Na minha opinião, aqueles que fizeram corretamente a opção pelo trabalho não presencial contam com um trabalho remoto que não está atendendo os estudantes. A prefeitura já recebeu orientações em relação à gestão da Secretaria de Educação por parte do Ministério Público. E aí o processo de vacinação, como em todo o Estado e em todo o País, segue lento e marcado por uma série de denúncias de fura-fila. Vejam a coincidência do assunto. Há muitas denúncias sobre o descaso com a população idosa, são muito familiares relatando uma verdadeira batalha junto aos postos de saúde para que seus entes queridos sejam vacinados.

As professoras me trouxeram várias fotos de movimentação, de circulação e de aglomeração no entorno das escolas. Aqui temos os nomes das escolas, as datas de aglomeração, as situações que caracterizam atividades escolares sendo realizadas sem um distanciamento mínimo previsto em protocolo da própria Prefeitura Municipal de Ipatinga, as atividades com pais e estudantes sem distanciamento, dimensões e organização da sala de aulas não garantem entre mesas e carteiras o distanciamento mínimo. Tudo tem foto. Também vemos funcionários sem uso de equipamentos e máscaras de proteção. Estou me dedicando a falar de um município através do relato das professoras porque são elas que conhecem a realidade. E eu fico com quem conhece a realidade para dizer dos problemas. Faça o meu apelo para que o prefeito municipal de Ipatinga reveja o retorno presencial e tenha uma postura em defesa da vida.

Para finalizar, presidente, eu quero manifestar a minha solidariedade àquela que era nossa querida deputada federal e hoje é prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão. A política se faz na disputa das ideias, a política se faz na disputa eleitoral. A sociedade

discute projeto, vota e vai administrar aquele projeto vencedor. A política não se faz ameaçando as pessoas. E a minha solidariedade à Margarida, que é a nossa prefeita em Juiz de Fora, e também ao vice, Kennedy Ribeiro, foi exatamente por eles terem recebido ameaças de morte depois que tomaram medidas corretas de decretação de fechamento de serviços não essenciais em função dos números da pandemia da Covid-19. Quem faz a luta pela vida merece o nosso aplauso; quem está na política tem que fazer a disputa das ideias, e não a política da morte, como ameaças como a prefeita Margarida e seu vice receberam pelas redes sociais. Então, deixo meu abraço à prefeita Margarida Salomão. Prefeita, você me representa com tudo o que traz para a política e pela representação das mulheres. Muita força! Estamos com você! Fique firme! Fascistas e política do ódio não passarão!

O deputado Virgílio Guimarães – Boa tarde, presidente. Quero ser bem ouvido neste momento. Eu queria iniciar me somando à deputada Beatriz. Estendo a minha solidariedade à nossa prefeita de Juiz de Fora. Ela teve uma trajetória política vitoriosa, sempre enfrentou dificuldades, enfrentou todo tipo, inclusive *fake news*, enfrentou política de baixo nível, mas enfrentando a política. Sempre respondeu na política, respondeu nas realizações, respondeu na sua postura altiva diante dos ataques. As ameaças que recebe agora mostram que continua no bom caminho, corajosa que é, e, sobretudo, contando com o apoio não só nosso, dos parlamentares, mas daqueles com quem convive, politicamente e pessoalmente, e de todo o povo da cidade de Juiz de Fora.

Queria, Sr. Presidente, também dizer que serão muitos os comentários sobre a questão posta ontem dos processos que ocorrerão em termos dos critérios adotados pela Secretaria de Estado de Saúde a respeito da fila das prioridades da pandemia. Analisei com cuidado não só os regramentos que foram feitos no final do mês de janeiro, com base naquilo que deveriam ser os protocolos nacionais para as prioridades, e vi realmente, com muita preocupação, porque me pareceu que havia uma predisposição já de preparar o terreno para fazer isso que foi feito, ou seja, é claro que havia a necessidade de cada estado e das prefeituras também estabelecer os critérios da aplicação das suas prioridades, de acordo com a sua realidade, claro que sim. O Estado de Minas não fez isso.

No dia 29, teve o protocolo mineiro, em observância ao plano nacional que foi publicado ainda naquele mês de janeiro. Nele fica claro que as regras estabelecidas para o Estado de Minas, aplicáveis às prefeituras, inclusive para que as prefeituras possam dar cobertura aos funcionários, não só os de linha de frente mas também os demais funcionários da Secretaria de Saúde, sejam eles faxineiros, porteiros, atendentes de todo tipo, motoristas sobretudo, desde que tenham contato com o público. Isso está claramente anunciado no Plano Nacional de Imunização. Ao reafirmar isso, ele colocou de uma forma um tanto, eu diria assim, marota, antes mesmo dos idosos, os servidores públicos em geral da Secretaria de Saúde.

Uma vez que esse plano da Secretaria de Saúde se aplicaria aos municípios, poderia, isto posto, valer também para a própria secretaria, mas ele já está no enunciado do *caput* do art. 1º, que depois é desdobrado em diversos incisos que se seguem, inclusive com esse que aparece ali: “os demais funcionários da Secretaria de Saúde”, mas ele tem que obedecer àquilo que está claramente colocado no *caput*, obedecidos os critérios do Plano Nacional de Imunização. Portanto, parece-me que houve não só uma interpretação equivocada, é claro, sujeita a verificações das mil vacinas, portanto suficientes para 500 pessoas. No âmbito administrativo da secretaria, me parece, num primeiro olhar, que já indica a existência de uma interpretação abusiva desse dispositivo.

Portanto, faço aqui apenas uma análise mais cuidadosa daquilo que me pareceu ser o único argumento que teria a secretaria para aplicar isso, que seria pela regulamentação, que foi publicada. Ela era pública e serviu de base, talvez, para essa forma de aplicação, mas uma forma de aplicação que, me parece, ser mais grave. Passa-me a impressão, ao ler o texto, a maneira como foi escrita, ao dar um destaque nesse item dos servidores em geral da secretaria, que ninguém faz um nexos imediato com aquilo que está no *caput* do art. 1º: “Obedecidas as normas e as diretrizes do Plano Nacional de Imunização”. Portanto, desde que evidentemente aqueles fossem agentes também de contato público. Ele pode ser escriturário ou qualquer um, desde que tenha a diretriz correta. Mesmo que não seja um profissional de saúde, outro no âmbito da estrutura administrativa da saúde poderia receber prioridade, desde que estivesse em atividade, mantendo contato. Isso porque aquele que está numa atividade administrativa recebe pessoas do hospital,

recebe diretamente profissionais da saúde. É claro que tem que haver também a imunização prioritária para protegê-lo e para proteger os demais pela possibilidade ampliada de disseminação do vírus.

Portanto, esse número, numa análise fria, não em todos os casos, mas em muitos casos, dá a entender, pela quantidade muito elevada que foi aplicada, que, de fato, houve uma preparação cuidadosa de um terreno para isso. Não sei se o secretário foi envolvido ou se não foi, mas isso carece realmente de verificação, da verificação que o governo prometeu. Então que seja feita. Mas a Assembleia Legislativa tem obrigação fiscalizatória, e ela tem, portanto, todo o instrumental para verificar isso, inclusive para ver a extensão da preparação desse critério que foi aplicado de uma maneira tão estranha e, uma vez realmente comprovado, de uma maneira quase, eu diria, criminosa para a população em geral, à medida que deixou exposta por mais tempo uma parcela da população mais fragilizada – muitos deles podem, inclusive, ter sido conduzidos a óbito em decorrência do atraso provocado pelo desvio de finalidade dessa vacinação.

Portanto, diante de tantas pessoas que já se pronunciaram, eu trago aqui uma análise, eu diria, um pouco mais técnica sobre isso. Assim, encerro o meu pronunciamento.

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Muito obrigado, deputado Virgílio Guimarães.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXV do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 999/2021, cujo teor foi publicado na edição anterior.

Questão de Ordem

O deputado Ulysses Gomes – Presidente Agostinho Patrus, queria aqui, de forma muito especial, cumprimentar V. Exa. e dizer do nosso grande orgulho, como parlamentar, de ser o primeiro signatário dessa proposta que V. Exa. acolhe neste momento e que teve apoio, como V. Exa. muito bem afirmou, de 39 parlamentares da nossa Assembleia Legislativa. É um papel fundamental que a nossa Casa legislativa se propõe a cumprir dentro do seu compromisso constitucional de fiscalizar os gastos e as ações da administração pública. Então, eu quero aqui parabenizar V. Exa. pelas palavras, mas sobretudo pelos atos que V. Exa. vem praticando como exemplo para Minas Gerais e para o País. Eu tenho certeza, presidente, de que essas denúncias levantadas pela mídia nos últimos dias foram aqui muito debatidas na tarde de ontem, quando recebemos, por mais de seis horas, o secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais e procuramos, através de um debate franco, com perguntas, cumprir o nosso papel. Infelizmente, da parte do secretário, em nome do governo do Estado, representando o governador Zema, ele não cumpriu com aquilo que é o seu papel, de, como gestor, prestar contas e esclarecimentos diante de graves denúncias que correm por todo o Estado de Minas Gerais devido a irregularidades. E eu estendo isso, lamentavelmente, a muitos municípios – nós estamos vendo acontecer. Deveria vir – e deve vir – da parte do Estado o maior exemplo, o que infelizmente não aconteceu e não vem acontecendo. Então caberá à Assembleia Legislativa, liderada por V. Exa., dar esse exemplo. Por isso eu compartilho o meu orgulho, a minha satisfação, o meu agradecimento, presidente, por essa confiança, mas, sobretudo, por aquilo que o senhor se propõe a fazer como presidente desta Casa: fazer valer o papel da Assembleia Legislativa, instituindo essa comissão. Como primeiro signatário e provavelmente como membro da comissão – o Regimento prevê –, além dos demais que serão indicados pelos blocos, eu tenho certeza de que nós vamos a fundo dar uma resposta

ao povo de Minas Gerais, procurando averiguar cada uma das denúncias para a gente garantir lisura e, sobretudo, garantir vida ao nosso povo que hoje tanto sonha em ter essa vacina. Esse será o nosso papel. Mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. e rapidamente, presidente, se assim me permitir, em público, citar os 39 deputados que assinam conosco a CPI: deputada Ana Paula Siqueira, deputado Alencar da Silveira Jr., deputado André Quintão, deputada Andréia de Jesus, deputada Beatriz Cerqueira, deputado Betão, deputado Cássio Soares, deputado Celinho Sintrocel, deputado Charles Santos, deputado Cleitinho Azevedo, deputado Cristiano Silveira, deputada Delegada Sheila, deputado Delegado Heli Grilo, deputado Douglas Melo, deputado Dr. Jean Freire, deputado Doutor Paulo, deputado Duarte Bechir, deputado Elismar Prado, deputado Fernando Pacheco, deputado Hely Tarquínio, deputado Inácio Franco, deputada Ione Pinheiro, deputado João Magalhães, deputado João Vítor Xavier, deputado Leandro Genaro, deputada Leninha, deputado Leonídio Bouças, deputado Mário Henrique Caixa, deputado Marquinho Lemos, deputado Mauro Tramonte, deputado Osvaldo Lopes, deputado Professor Cleiton, deputado Repórter Rafael Martins, deputado Sargento Rodrigues, deputado Sávio Souza Cruz, deputado Tadeu Martins Leite, deputado Thiago Cota e deputado Virgílio Guimarães. São 39 deputados e deputadas, representando toda a Casa Legislativa – mais da metade da Assembleia representada –, o que mostra o compromisso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com a verdade, com a transparência e com a lisura, para a gente buscar a verdade e apresentá-la ao povo de Minas Gerais. Parabéns, presidente. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 16/3/2021.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/3/2021

Às 10h12min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Marquinho Lemos e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Ana Paula Siqueira e Beatriz Cerqueira e os deputados Hely Tarquínio, João Leite, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Ulysses Gomes, João Magalhães, Charles Santos e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Gustavo Mitre, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa e que a reunião destina-se a eleger presidente e vice-presidente da comissão. Registram-se as candidaturas das deputadas Andréia de Jesus, para presidente, e Leninha, para vice-presidente. Submetidas a votação, cada uma por sua vez, são eleitas, por unanimidade, as deputadas Andréia de Jesus para presidente e Leninha para vice-presidente. O presidente *ad hoc*, deputado Gustavo Mitre, declara empossada a presidente eleita, deputada Andréia de Jesus, que assume a direção dos trabalhos. A deputada Andréia de Jesus declara empossada a vice-presidenta, deputada Leninha. Cumprida a finalidade da reunião a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta – Leninha – Betão.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 12/3/2021, a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, encaminhando a lista dos servidores da Secretaria de Estado de Saúde que foram vacinados contra a covid-19.